

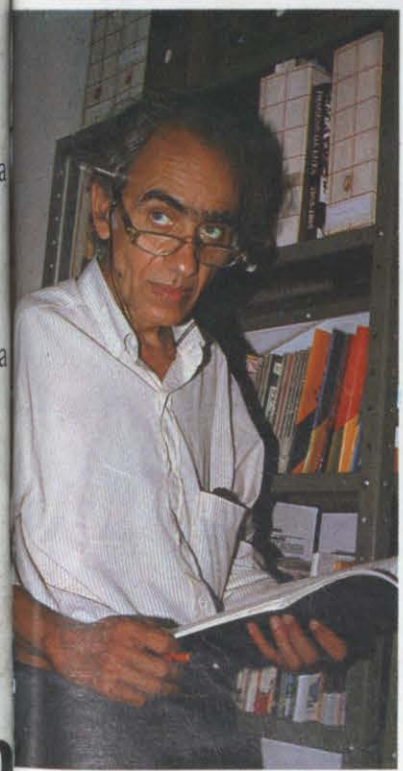
CADERNOS DO
**terceiro
mundo**

PANAMÁ

*As
propostas
secretas
de Reagan*

CONSTITUINTE

BETINHO



**Prêmio
Nobel
da Paz**



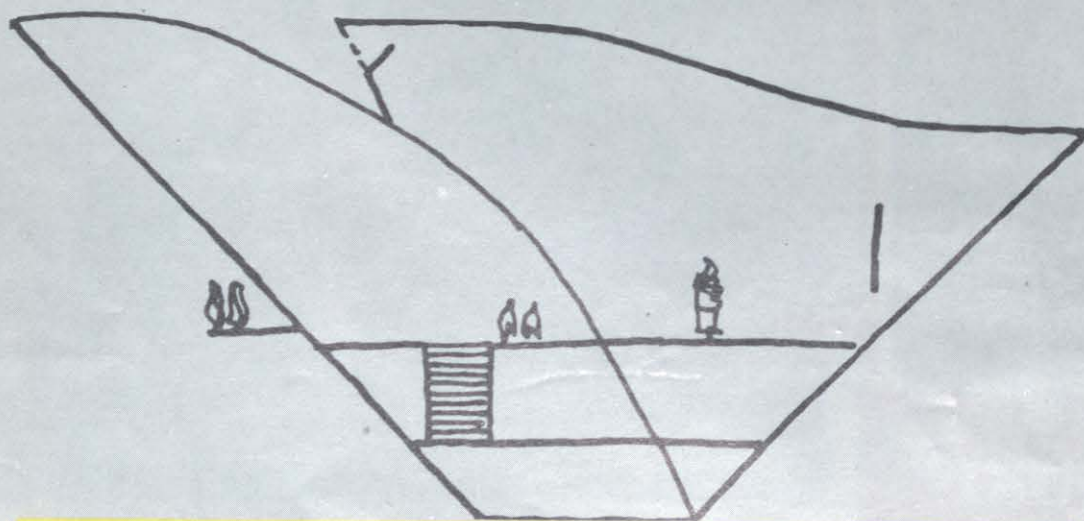
A RETA FINAL

PUBLICAÇÃO MENSAL • NÚMERO 109 • CZ\$ 250,00 - BOA VISTA, MANAUS CZ\$ 325,00 • ANO XI

BRASÍLIA

28 ANOS

PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE
ANO I/UNESCO/21 DE ABRIL DE 1988



NOVA REPÚBLICA/PRESIDENTE JOSÉ SARNEY
GOVERNO JOSÉ APARECIDO

AOS LEITORES

No mês passado, visitaram o Brasil três chefes de estado: da Argentina, Uruguai e Moçambique. Os dois primeiros, dando prosseguimento ao processo de integração econômica impulsionado pelos presidentes Alfonsín, Sanguinetti e Sarney, que tem sido uma das iniciativas de maior sucesso dos seus respectivos governos.

Quanto ao presidente Joaquim Chissano, de Moçambique, a sua breve visita, a primeira de um chefe de estado desse país africano ao Brasil, teve um significado especial, simbolizado no fato do presidente Sarney lhe ter concedido o Grande Colar do Cruzeiro do Sul.

Com os parceiros do Cone Sul, o Brasil tem um longo caminho a percorrer, explorando ao máximo a potencialidade da complementação econômica. Com relação a Moçambique, a situação é diferente: o Brasil tem que se juntar ao esforço de outros países, em particular os europeus, que estão colaborando com o governo da Frelimo. O Brasil só tem a ganhar com esse apoio: não só porque estaria retribuindo minimamente uma dívida histórica para com o continente africano – e isso ganha maior significado neste ano do centenário da abolição da escravatura –, como estaria ampliando seu espaço político e econômico numa área com muitas potencialidades. A médio prazo, uma vez terminada a guerra promovida pelo regime do *apartheid*, Moçambique e Angola podem ser parceiros comerciais chaves para o Brasil, desde que os alicerces desse relacionamento se construam agora, num momento em que ambas as nações necessitam do impulso externo para seguirem adiante.

SUMÁRIO

- 2 **CARTAS**
- 6 **PANORAMA TRICONTINENTAL**
- AMÉRICA LATINA**
- 12 **Panamá:** Os planos secretos de Washington
- 16 Continuar vivendo
- 18 **Argentina:** "Não podemos integrar nossa miséria", entrevista com o dirigente peronista Rubén Cardozo
- 20 **Bolívia:** Tristeza nas minas
- ÁFRICA**
- 22 **África do Sul:** Botha perde o rumo
- 24 A guerra dos zulus
- ÁSIA**
- 28 **Sri Lanka:** No fogo cruzado
- 32 **Butão:** O dragão fecha as portas
- CIÊNCIA & TECNOLOGIA**
- 34 **Peru:** Uma técnica ancestral eficaz
- 36 **Quênia:** Pescar mais e melhor
- COMUNICAÇÃO**
- 38 Editores para o Terceiro Mundo
- 39 Notas
- ESPECIAL**
- 41 Em canoa, do Amazonas ao Caribe
- PÁGINA ABERTA**
- 46 Olhando para o Chile
- SUPLEMENTO BRASIL**
- 48 **Política:** Presidencialismo, um passo à frente
- 52 **Economia:** As incertezas de Maffson
- 54 A dança da dívida
- 55 **Bancos:** Reforma bancária desperta temor
- 56 **Turismo:** O Rio corre atrás do turista
- 57 **Março**
- 59 **Marginalidade:** Rebeldes sem causa?
- 63 **Opinião:** Nobel da Paz – Betinho: Por que não?
- 65 **Mulher:** Persiste a discriminação
- 67 Dia Internacional da Mulher
- 68 **Cultura:** O livro enfrenta a crise econômica



Canal do Panamá, alvo das pressões dos Estados Unidos



África do Sul: Botha mantém o cerco às organizações anti-apartheid



Constituinte: últimas definições, na reta final



Sobre um artigo de Galeano

Sou assinante de **terceiro mundo** há anos; uma revista que tem me ensinado muito sobre a vida política, social e econômica dos países do Terceiro Mundo. Porém, nesta oportunidade, lhes escrevo para, através da sessão de Cartas, mostrar minha decepção com o grande historiador e escritor latino-americano que é Eduardo Galeano. Ao se referir favoravelmente à homossexualidade (no artigo "Homenagem à liberdade", publicado no número 105 da revista), Galeano distorce o conceito de sexo e violenta a natureza humana.

Semear a liberdade, sim. Mas jamais confundir-la com libertinagem.

Marcelo Barbosa Alves
Vitória - ES - Brasil

Racismo e socialismo

O socialismo é uma proposta de organização da sociedade que tem por objetivo primordial eliminar as desigualdades sociais profundas e os obstáculos ao desenvolvimento.

O racismo é a ideologia que justifica as desigualdades entre os seres humanos, fundamentada em diferenças biológicas, em particular a cor da pele.

Nós, socialistas - me incluo entre eles -, entendemos que nossa visão do mundo e da sociedade se choca frontalmente com o racismo, por sua própria essência. Se o socialismo propõe uma sociedade igualitária, repudia veementemente

toda ideologia que se baseie na inferioridade de umas pessoas em relação a outras.

Por essa razão, não se pode pensar em acabar com o racismo numa sociedade capitalista, onde a base de tudo é a concorrência, a especulação, a defesa da propriedade privada, a dominação de um grupo sobre os demais.

Os grupos étnicos do nosso país - negros e índios - só poderão se libertar do racismo se juntarem-se a outros setores da sociedade, também oprimidos, para lutar pela causa da liberdade. Ser negro e ser índio é, antes de mais nada, assumir um compromisso revolucionário.

José Antonio Carlos Pimenta
Universidade de Brasília
Grupo de Estudos Afro-Brasileiros
Brasília, D.F. - Brasil



A seca na Índia

Quando li o artigo "Índia, estado de emergência" (ver **terceiro mundo** nº 106) comecei a meditar sobre as tragédias que nos unem aos países do Terceiro Mundo: secas, inundações, fome. Como também são comuns as causas de tantas adversidades, que têm sua origem no sistema econômico que nos domina.

Mas, nossa identidade de países do Terceiro Mundo terá sempre que passar pela tragédia?

Manuel Dias Galvão
Manaus - AM - Brasil

Montevideu rock

A cultura é parte dos povos. E o rock é parte da cultura. Por isso, durante dois dias (27 e 28 de fevereiro), Montevideu se transformou na "capital do rock". Apresentaram-se grupos e músicos da Argentina (GIT, KGB, Charly García, Fito Fáez), do Brasil (Paralamas do Sucesso), do Chile (UPA) e, obviamente, do Uruguai (Los Traidores, Los Tontos, Los Estómagos, Zaffaroni, Alcavast e muitos mais).

Durante os dias do festival, entre 20 e 25 mil jovens compareceram ao estádio de futebol "Luis Franzini", onde viram um espetáculo de bom nível artístico, tanto por parte dos grupos uruguaios como estrangeiros, que deram ao festival um caráter internacional.

O que se poderia considerar negativo desse evento foi o ostensivo policiamento, a revista na entrada e as prisões, com a desculpa das "drogas".

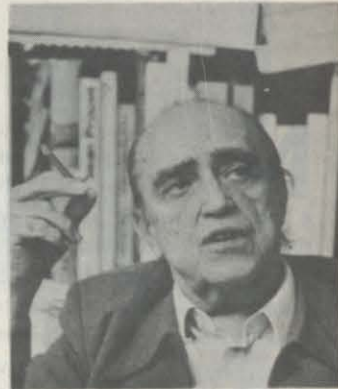
Carlos Amaral
Montevideu - Uruguai

Suriname e Haiti

Li os artigos sobre Suriname e Haiti, publicados recentemente e que me ajudaram numa pesquisa que estava realizando na faculdade sobre a realidade do Caribe (ainda que o Suriname esteja na América do Sul, sabemos que há uma tendência a considerá-lo um país caribenho, por suas afinidades linguísticas e culturais).

Agora, estou pesquisando sobre o Haiti. Espero que se volte a abordar o tema em próximas edições de **terceiro mundo**, porque o governo de Manigat, surgido de eleições de tão duvidosa representatividade, deverá provocar uma série de reações, das quais se necessita estar atento não só para acompanhar o processo como também para, cada um dentro de suas possibilidades, ajudar o povo haitiano em sua luta por um retorno verdadeiro à democracia.

Isabel Cienfuegos
Caracas, Venezuela



Arquitetura e povo

Muito bonitas as reflexões do arquiteto Niemeyer (ver **terceiro mundo** nº 104, "Niemeyer, os oitenta anos de um gênio"), sem dúvida um dos grandes patrimônios do Brasil de hoje. Quando afirma que "o povo não quer favores, quer uma vida decente", diz uma grande verdade. Nenhum povo quer regalias, que o Estado paternalista resolva seus problemas. Mas, sim, quer oportunidades, possibilidades de trabalhar, de estudar, de ter acesso a um sistema adequado de medicina, de transporte, de comunicações.

Bonita também a herança arquitetônica que deixa para as gerações futuras.

Martín Horacio Echeverry
Buenos Aires, Argentina

Sem fantasia

Há muito tempo acompanho o trabalho da equipe de **terceiro mundo**. Creio que o mais importante que nos oferece é uma apresentação realista dos países do Terceiro Mundo, sem as fantasias que nos vendem outras publicações ou a televisão, que não só nada tem a ver com o que acontece nesta região do mundo, como nem sequer nos respeitam como seres humanos, com nossos problemas, frustrações, desafios.

Como jornalista, sinto prazer em abrir a revista cada vez que ela chega às minhas mãos, pois tenho muito o que aprender com os povos dos quais vocês têm sido portavozes.

Sérgio José Baeta Neves
Belo Horizonte - MG - Brasil

CARTAS

A Nicarágua merece viver em paz

Os últimos acontecimentos na América Central me motivam, e me obrigam, a expressar meu repúdio, como uruguaio e latino-americano, ao ataque que a Nicarágua e o Panamá sofrem.

Mais ainda, o fato de ter estado na pátria de Rubén Darío e ter convivido com os filhos de Sandino e com brigadas internacionalistas (fiz parte da 2ª Brigada "José Artigas" na colheita do café em 1987) faz com que eu assumo mais profundamente o compromisso da solidariedade e da denúncia.

Solidariedade para com o povo irmão da Nicarágua que, com seu esforço, tenacidade e heroísmo, vai construindo uma sociedade democrática. Solidariedade para com o povo irmão do Panamá, que luta pela recuperação de sua soberania na faixa do Canal.

Denúncia diante do ataque, da agressão e da prepotência do imperialismo yanque, pois desconhece a soberania e a autodeterminação dos povos. Estamos diante de uma nova intervenção direta de tropas estrangeiras em solo de nossa Pátria Maior. Que não tome a acontecer o mesmo de Granada ou Malvinas.

A Nicarágua deve viver em paz!
Guillermo Font
Montevideu - Uruguai

Uma forma de integração

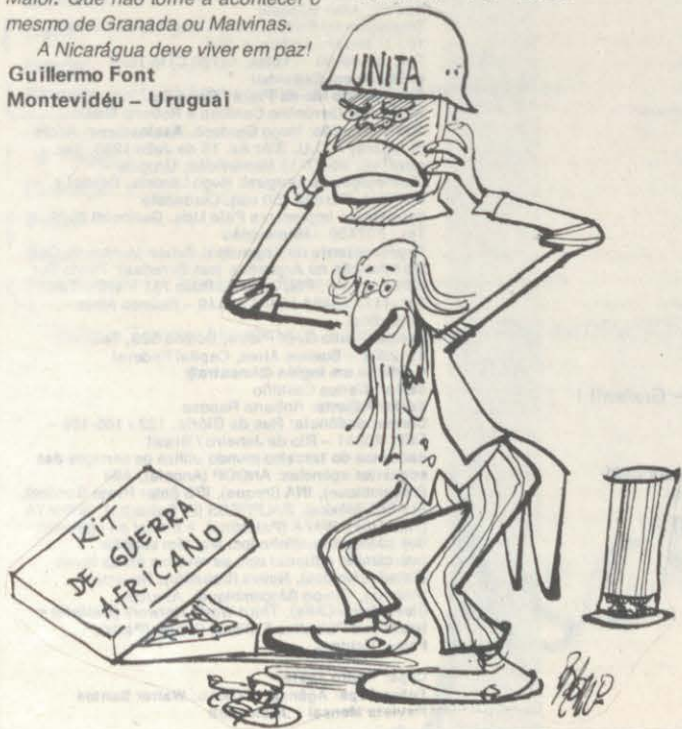
Sendo leitor e assinante de sua revista, melhor dizendo, excelente revista, solicito-lhes me incluir na seção Intercâmbio, pois creio que a amizade é uma das formas dessa integração latino-americana, tão necessária para se ir adiante, nesses momentos difíceis que vivemos. Parabéns, portanto, pela revista, única fonte séria de informações para se conhecer a problemática do nosso castigado Terceiro Mundo.

Antonio Torossian
Montevideu - Uruguai

Sobre Angola

Quero parabenizá-los pelas excelentes matérias apresentadas por terceiro mundo sobre o nosso país irmão, Angola, abrindo espaço para que os brasileiros estejam informados da determinação e perseverança com que o povo angolano vem empunhando a bandeira da autodeterminação e do não-alinhamento. A história realmente saberá julgar seus passos.

Erry Ailton Ferreira
Londrina - PR - Brasil



INTERCÂMBIO

- João de Deus
P.O. BOX 370
Sunbe - Angola
- Anibal Borca da Silva
Rua Saint Roman 480/606
Ipanema
Rio de Janeiro - RJ
- Erry Ailton Silva Ferreira
Cx. Postal 1331
86100 - Londrina
Paraná - Brasil
- Luis Barreiros
Cx. Postal 372
SBC, CEP 09700, SP
Brasil
- Domingos Sebastião (Minguinho)
Cx. Postal 2036
Luanda - Angola
- João de Deus
Cx. Postal 218
Sumbe - Angola
- Joana Maravilha (Mará)
Epuec 42 - Agostinho Neto
Isla de la Juventud - Cuba
- Matias Augusto António Lourenço
Cx. Postal 1558 - C/ Mena Diniz
Benguela - Angola
- Eduardo Joaquim
Cx. Postal 1707 - Bairro da
Frenteira
Benguela - Angola
- Paulo Muay (Paulinho)
Cx. Postal 3843
Luanda - Angola
- José Celso Manuel
Cx. Postal 580
Benguela - Angola
- Luis Filipe José Jaime
A/C Leonardo Manuel Sequin
Cx. Postal 1908
Benguela - Angola
- Joaquim Helenio A. Gomes
Cx. Postal 2091
Fortaleza - CE
- Emílio João Franco
A/C de Joana António Garcia
Cx. Postal 1400 - Correios -
D.N.R.H.
Luanda - Angola
- Paulo Raimundo
Rua comte Cassambe 15
Cx. Postal 266
Benguela - Angola
- Paulino José Salvador - Lino
Cx. Postal 509
Luanda - Angola
- Jornal Universo
Rua Venezuela 212/402 -
Espinho
52.020 - Recife - PE
- Rui Carlos Alberto Ribeiro Faria
Cx. Postal 304
Benguela - Angola
- António Joaquim Martins Kidis
Cx. Postal 18.584
Luanda - Angola
- Fernando Domingos
A/C de Firmino Jamba
P.O. Box 745
Rua Nando Sá 88
Cidade de Acácias Rubras
Benguela - Angola
- Hashemy Haidula Butty
Cx. Postal 18.584
Luanda - Angola
- Isabel José Fernandes
Gabinete Cant. Técnica -
D.G.A.T.
Cx. Postal 3010
Luanda - Angola
- José Celso Manuel
Rua Dr. José Antonio
Cx. Postal 580
Benguela - Angola
- Alexandre C. R.
Rua António Dias 102 - Sto
Antônio
30.350 - Belo Horizonte - MG
Brasil
- António Helder Lemos
Cx. Postal 3048
Luanda - Angola
- Tony Cruz
Cx. Postal 908
Luanda - Angola
- Francisco Fernando da Silva
Pedro
Cx. Postal 1327
Benguela - Angola
- Roberto Carlos Dias dos Santos
Cx. Postal 2424 - SIGA
Luanda - Angola
- António Pedro
Cx. Postal 16.299
Luanda - Angola
- Luwana-Nzila
Cx. Postal 3534
Luanda - Angola
- Manuel Miguel Adão Paulo
A/C de B. José
Cx. Postal 18.186 - Vila Alice
Luanda - Angola
- Domingos David de Barros
Cx. Postal 1708
Benguela - Angola
- José Alberto Pinto
Bairro de Sta Luzia 23
4930 - Valença - Portugal
- Domingos Jerónimo Neto
Cx. Postal 3371
Luanda - Angola
- Gaspar Mateus de Jesus
Cx. Postal 3804
Luanda
Angola

INTERCÂMBIO

- **Joelto Fernandes da Silva**
R. José Maria de Figueiredo 717
Vila Figueiredo - Rio Grande da Serra
SP - CEP 09450
Caixa Postal 90
Brasil
- **Carlos Pereira de Barros Conlé**
Caixa Postal 344
Offset Limitada
Luanda - Angola
- **Isabel Fátima do Espírito Santo (chez Gaud Emile)**
Baume de Transit
Route de Bouchet
26790 St Paul 3 chateaux
France
- **Jac Makky Ding**
IPUEC /26, "25 de Septiembre"
Isla de la Juventud
Cuba
- **Maurício Roberto Müller**
R. Belém 110
Indaial - SC
Cep 89130
Brasil
- **Tadeu Ferreira Gomes**
R. Princesa Isabel 372
Santo Antônio
Juazeiro - BA
Cep 48900
Brasil
- **Jorge B. Fernandes (Joca)**
Caixa Postal 1250
Benguela - Angola
- **Zelirino António Quibundo, "Zézé"**
Aluno da E.T.P. Saúde Pública do
K/Norte em Ndalatando
C. Postal 18
R. P. Angola
- **Leonardo da Costa**
Cx. P. 579
A/C Alfredo Bernardo
Benguela - Angola
- **Patricia Vialli Nicolini**
Cx Postal 166
Pouso Alegre - MG
Cep 37550 - Brasil
- **Antônio Pedro (Tony)**
D.N.R.H. dos Correios
Cx. P. 1400
Luanda - Angola
- **Delcimar Bueno da Silva**
R. Diógenes de Moraes 222
B. Cazeca
Uberlândia - MG
Cep 38400 - Brasil
- **Orivaldo Florcarvalho**
R. Ângelo Magioni 364
Av. Rio Branco
Caxias do Sul - RS
Cep 95065 - Brasil
- **Jose António Bento da Costa Neto**
Caixa Postal 1185
Egrosbind - UEE - Benguela
R. P. A.
- **Israel Rodrigues F. da Cunha**
Caixa Postal 1294
R. João de Deus
Largo da Praça
Benguela - Angola
- **Gringo "Silver" - "Goop" - "Zeca"**
C.P. 14699 - São Paulo
Luanda - Angola
- **Paulo Roberto Domingos Eduardo**
A/C de José Eduardo Junior
C.P. 285 C.F.B.
Benguela - Angola
- **Angelino José**
C.P. 1541
A/C de Jimi Cliff
Benguela - R.P. Angola
- **Luis Lopes "Papytex"**
Caixa Postal 16299
Luanda - Angola
- **Rodríguez Miguel Gaspar Maiabla "Mix"**
Caixa Postal 3327
Luanda - Angola
- **Lafaiete Otaviano Costa**
R. José Reynaldo 46
Raposos - MG - Cep 34400
Brasil
- **Jairo Silas Lima**
Caixa Postal 32870
Rio de Janeiro - RJ
Cep 21943
Brasil
- **José Albino da Silva**
R. Princesa Isabel 165 / 61
Boa Vista - Recife - PE
Cep 50000
Brasil
- **Fernando Hilário**
Av. Anhanguera 3135 apt 1001/B
Centro - Goiânia - GO - Cep 74000
Brasil
- **Antonio Ferreira**
C. Postal 1258
Benguela - R.P. Angola
- **Gilberto Boaventura Salvador (Mitókas)**
A/C João António Teixeira
2º Sector Avião dos C.T.T.A.
Estação Postal Central
Luanda - Angola
- **Tito Chinguineca**
Azep. r. Toaky 370153
KBBUKY n/x 21A
Az-CCP-CCCP-URSS
- **José António da Costa**
Cx. Postal 98
Cacuaco - Luanda
R. P. Angola
- **Elias S. Silva**
Cx. Postal 229
Benguela - R. P. Angola
- **Miguel Pedro Campos**
Unidade Militar 9696
Regimento Presidencial - Grafanil I
Luanda - Angola
Cep. 18585
- **Gilberto Boaventura Salvador Mitó**
A/C João António Teixeira
2º Sector Avião dos C.T.T.A.
Estação Postal Central
Luanda - Angola
- **Luciano Evaristo**
Cx. Postal 218
Sumbe - Angola
- **Destino Pedro (Gugu)**
Cx. Postal 3876
Luanda - Angola

terceiro mundo

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Diretor Geral: Neiva Moreira
Diretor Geral Adjunto: Pablo Piacentini
Editora: Beatriz Bissio
Sub-editores: Roberto Remo Bissio, Carlos Castilho
Conselho Editorial Internacional: Darcy Ribeiro, Henry Pease Garcia, Eduardo Galeano, Juan Somavia
Redação Permanente: Artur Poerner, Cláudia Neiva, José Carlos Gondim (Brasil), Roberto Bardini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai).
Correspondentes: Horacio Verbitsky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandra Adoum/Eduardo Khalife (Equador), Rafael Roncagliolo/César Arias Quincot (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Arqueles Morales (Nicarágua), Etevaldo Hipólito (Moçambique), Claude Ahvares (Índia)

Colaboradores: Abdul Nafey, Adrián Soto, Alberto Maríantoni, Ash Narain Roy, A.W. Singham, Carlos Aveline, Carlos Cardoso, Carlos Núñez, David Coetzee, Fernando Molina, Francesca Gargallo, Gérard Pierre-Charles, Gregorio Selser, Govin Reddy, Hebert de Souza, João Melo, Ladislau Dowbor, M. Venugopala Rao, Marcela Otero, Mario de Cautín, Mia Couto, Narinder Koshia, Nils Castro, Phill Harris, Ricardo Bueno, Roger Rumrill, Theotonio dos Santos, Medea Benjamin, Jaime Brener, Juan Carlos Gumucio, Norma Marcos e Adam Keller.

Departamento de Arte: Pedro Toste (editor), Miguel Efe, Reginaldo Caxias, Adérito Gusmão (colaborador). **Centro de Documentação:** Maria Helena Falcão (diretora), Elizabete Mesquita, Sônia Lana Drum, Aldo Gamboa. **Administração do Banco de Dados:** Raimundo José Macário Costa.
Digitadores: Álvaro G. Rodrigues, Sérgio Luiz S. Schettino. **Composição:** Luiz Correia, Lillian Ausquia Leão. **Revisão:** Cléa Márcia Soares.

SEDE CENTRAL NO BRASIL:
Endereço: Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP 20241 - Rio de Janeiro - Tels.: 222-1370 / 242-1957 Telex: (021) 33054 CTMB-BR
Departamento Comercial: Maria Neiva. **Deptº de Assinaturas e Promoção:** Henrique Menezes. **Editora Terceiro Mundo Ltda.:** Rua da Glória, 122 / 105-106 CEP: 20241 - Rio de Janeiro/Brasil - Tels. 222-1370/242-1957/252-7440 Telex: (021) 33054 CTMB-BR

EDIÇÕES REGIONAIS:
• **Edição em Português:** Circulação no Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe
Diretor: Neiva Moreira
Suplemento Brasil:
Editor: Procópio Mineiro.
Sucursais: Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memélia Moreira (Brasília).
Sucursal de Lisboa:
Diretor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda. - Calçada do Combro, 10 / 1º andar - Lisboa, 1.200
Tel.: 32-06-50 Telex: 42720 CTM-TE-P

• **Edição em Espanhol**
Sucursal do Rio da Prata / Cone Sul
Diretores: Gerónimo Cardoso e Roberto Bissio
Administração: Hugo Cardoso. **Assinaturas:** Alicia Bidegaray A.C.U. S/A: Av. 18 de Julio 1263, 3er. piso/Tel.: 90-87-13 Montevideu, Uruguai -
Distribuição no Uruguai: Hugo Lacosta, Berriel y Martínez, Paraná 750 esq. Ciudadela
Impressão: Imprenta Polo Ltda. Garibaldi 2579
Tel.: 802420 - Montevideu

Representante na Argentina: Rubén Montes de Oca
Distribuição na Argentina (em livrarias): Punto Sur Editores - Av. Pte. Julio A. Roca 751 - 4º C - Tel. 331-4117 / 6461 / 7344 / 6619 - Buenos Aires - Argentina
Bancas: Julio C. Di Pietro, Bolivia 529, Tel.: 6112801 - Buenos Aires, Capital Federal

• **Edição em Inglês (bimestral):**
Editor: Carlos Castilho
Editor Adjunto: Roberto Raposo
Correspondência: Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP: 20241 - Rio de Janeiro / Brasil

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), ALASEI (México), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFPA (Palestina), e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ile-Filipinas-Chile), Third World Network (Malásia) e Israel and Palestine Political Report (Paris), Fotos: Reuters.

Capa: Pedro Toste
Fotos Capa: Agência O Globo; Walter Santos
Revista Mensal - Abril 1988

APLIQUE EM BOA INFORMAÇÃO E GANHE DA INFLAÇÃO

ATÉ 35% DE DESCONTO, HOJE,
JÁ É BOM. CONSIDERANDO OS
INEVITÁVEIS AUMENTOS DE
PREÇOS QUE VOCÊ NÃO VAI
PAGAR SE ASSINAR AGORA,
FICA MUITO MELHOR!

Nº DE ASSINATURAS	VALOR POR ASSINATURAS CZ\$	TOTAL A PAGAR CZ\$	BRINDES
1	2.550,00	2.550,00	-
2	2.400,00	4.800,00	2 Livros de nossa escolha
3	2.300,00	6.900,00	3 Livros de nossa escolha
4	2.100,00	8.400,00	1 Assinatura de "Cadernos"
5	1.950,00	9.750,00	4 Livros de nossa escolha

Preencha os cupons em letra de forma. Junte cheque(s) nominal(is) ou vale postal (ag. Lapa) no valor dos pedidos, de acordo com a tabela acima e envie para a Editora Terceiro Mundo.

1 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:
Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. Lapa

5 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:
Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. Lapa

2 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:
Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. Lapa

CUPOM DO BRINDE - REMETENTE

ESTE PEDIDO REFERE-SE A: Assinatura(s) captada(s) junto aos amigos.
 Assinatura(s) de presente aos amigos.

Solicito de 1 a 5 assinaturas anuais - 12 exemplares - de "cadernos". Remeto cupons e valores conforme instruções e tabela.

De acordo com a promoção, remeto Cz\$ em () cheque(s) nominal(is) ou () vale postal - ag. Lapa, em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda. Aguardo o brinde a que tenho direito.

3 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:
Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. Lapa

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:

4 Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.:
Remessa por () cheque nominal ou () vale postal-ag. Lapa

Editora Terceiro Mundo Ltda. - Deptº Comercial - Rua da Glória, 122 gr. 104 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241 - Tel.:(021)252-7440

Assine **CADERNOS DO terceiro mundo**

Chissano na América Latina



Os presidentes Chissano e Sarney, no Palácio da Alvorada (acima). Embaixo: na residência de Águas Claras, o governador do DF, José Aparecido, o chanceler Abreu Sodré, Oscar Niemeyer, o chanceler moçambicano Pascual Mocumbi, o presidente Chissano e Neiva Moreira

□ A visita do presidente de Moçambique à Argentina, Cuba, Nicarágua e Brasil revestiu-se de um significado especial, não só do ponto de vista político e diplomático, como econômico. Cuba e Nicarágua mantêm uma relação muito estreita com Moçambique e não era estranho que a viagem àqueles países propiciasse novos acordos. Mas, também na Argentina, a visita revestiu-se de impor-



tância para os dois países. O governo do presidente Alfonsín expressou a solidariedade argentina para com Moçambique, empenhado em consolidar sua independência e repelir a agressão sul-africana. Foram examinadas as possibilidades do incremento de suas relações culturais, políticas e econômicas. A delegação moçambicana fez para **terceiro mundo** uma avaliação positiva das conversações em Buenos Aires, Havana e Manágua.

Ligado a Moçambique por laços seculares, o Brasil mantém hoje, com esse país do Índico, como com as demais nações africanas de língua portuguesa, relações que se inspiram numa história comum e em aspirações e interesses coincidentes.

Esse sentido de unidade refletiu-se na calorosa recepção dada ao presidente Joaquim Chissano, nas conversações com o presidente José Sarney e nos encontros de protocolo da delegação

moçambicana com seus colegas brasileiros.

Sarney fez, aos funcionários brasileiros que participaram das conversações, recomendações para que procurassem encaminhar as negociações de acordo com a decisão política do seu governo de consolidar e ampliar as relações entre os dois países.

As relações culturais, o problema da dívida e as perspectivas futuras do intercâmbio econômico, para o qual a exploração do carvão de Moatize com cooperação brasileira é ponto-chave, foram examinados pelas delegações e serão objeto de novas conversações entre especialistas dos dois países.

No seu discurso, Sarney expressou a Chissano a total solidariedade do Brasil na luta de Moçambique para superar os seus atuais problemas e resistir às agressões do racismo sul-africano. Num gesto inesperado, mas que deu à visita maior significado, condecorou o presidente Chissano com o Grande Colar do Cruzeiro do Sul, a mais alta distinção brasileira. Chissano fez um discurso no qual enumerou as múltiplas frentes em que luta Moçambique e ressaltou a importância da fraterna amizade dos brasileiros e da solidariedade do seu governo.

Um almoço informal à delegação africana — que contou com a presença de políticos, diplomatas, altos funcionários, parlamentares e empresários e de um grupo de índios ianomamis, chefiados pelo cacique Raoni — foi oferecido na residência de Águas Claras, em Brasília, pelo governador do Distrito Federal, José Aparecido.

PANORAMA

El Salvador

ULTRADIREITA VENCE AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Um porta-voz da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) comentou a recente vitória eleitoral da ultradireitista Arena como sendo "uma nova derrota da administração Reagan", que apóia o governo democrata-cristão de Napoleão Duarte.

Observadores internacionais da Democracia Cristã viram com apreensão o crescimento da extrema-direita, que alcançou 50% dos votos, enquanto os democratas-cristãos obtiveram a terça parte.

Membros do PDC também expressaram sua preocupação pelos resultados das eleições. Um alto dirigente do partido disse que o triunfo da Arena tornaria ainda mais escassas as possibilidades de diálogo com a esquerda rebelde. Entretanto, os dirigentes da Arena manifestaram sua intenção de, se chegarem ao poder, dialogarem com os guerrilheiros.

As eleições em El Salvador se realizaram em meio a um boicote aos transportes decretado pela FMLN e com uma abstenção de cerca de 35%.

Colômbia

ESQUERDA SE CONSOLIDA COMO TERCEIRA FORÇA

O Partido Liberal ganhou 420 das 1.008 prefeituras em disputa nas eleições municipais realizadas no mês passado na Co-

lômbia, enquanto que o Partido Social Conservador (PSC) venceu em 402 municípios e a União Patriótica (UP), de esquerda, ganhou 18 prefeituras. Outro dado importante das eleições colombianas é o aumento do abstencionismo, um fenômeno que tem marcado a história política do país e que, dessa vez, chegou a 52% do eleitorado. Nas eleições de 1986, a abstenção ti-



A eleição de Andrés Pastrana (esq.) rompeu a supremacia liberal

na sido de 39%.

No caso da capital, Bogotá, onde a vitória de Andrés Pastrana, de 33 anos, do PSC, rompeu com a tradicional supremacia liberal, o potencial de eleitores chegava a um milhão e meio. No entanto, se inscreveram para votar só um milhão e 200 mil, dos quais menos de um milhão efetivamente compareceram às urnas.

Observadores políticos comentam que o aumento da abstenção evidencia o ceticismo de amplos setores da população, que não encontraram nenhuma opção entre os 11 partidos e as mais de 500 coligações que concorreram nas elei-

ções. Nos últimos 20 anos, a tendência abstencionista se manteve abaixo dos 50% e seu nível mais alto foi atingido em 1974, quando 47% dos cidadãos não compareceram às urnas.

O avanço da oposição de direita questiona o esquema de governo do presidente Virgílio Barco. Depois das eleições, o ex-presidente Misael Pastrana Borrero – pai do novo prefeito de Bo-

Bolívia

PREFEITO DO MIR ASSUME NA CAPITAL



Emma Obleas de Torres

Após três meses de discussões políticas no Conselho Deliberativo da cidade de La Paz, o candidato do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), Raúl Salmón, foi confirmado como prefeito. As duas forças políticas mais votadas nas eleições municipais de dezembro de 1987 – a Ação Democrática Nacionalista (ADN) e o MIR – firmaram um acordo pelo qual estabelecem um sistema de rodízio na Prefeitura. Segundo esse acordo, Raúl Salmón, do MIR, assumirá a Prefeitura de La Paz, nos primeiros oito meses e, a partir de janeiro de 1989, será a vez de Ronald MacLean, da ADN.

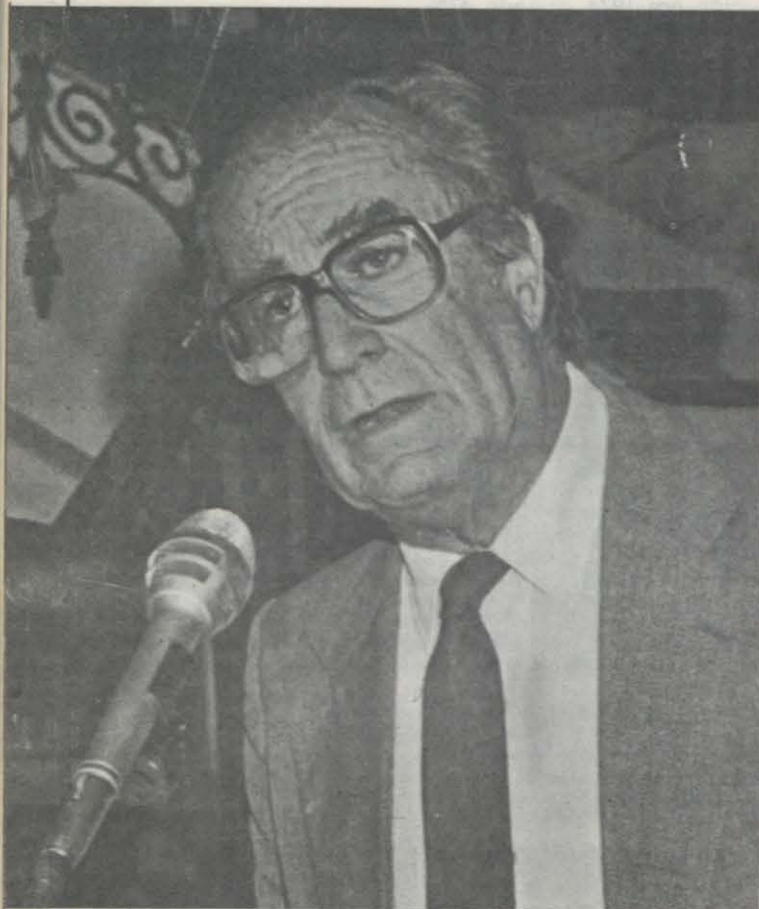
A vereadora Emma Obleas de Torres – viúva do general Juan José Torres, ex-presidente da Bolívia, assassinado em Buenos Aires em 1975 –, que representa a Aliança Patriótica, um partido de esquerda que foi aliado do MIR, afirmou que sua agrupação bloqueou qualquer votação que beneficiasse a ADN, por considerar que "esse partido expressa os interesses do imperialismo na Bolívia".

gotá – disse que a orientação do PSC de governar os municípios com "todos os que tenham obtido um apoio eleitoral significativo, inclusive a UP" tende a "corroer a pirâmide pela base" e a criar "um confronto com o governo".

A maioria conseguida pela União Popular nos 18 municípios, onde se apresentou com candidato próprio (muitos candidatos da UP foram assassinados pela ultra-direita durante a campanha eleitoral), e a vitória em várias outras localidades, onde concorreu em coligação, representam sua consolidação como terceira força política do país.

Uruguai

A MORTE DE WILSON FERREIRA



Wilson Ferreira liderou o Partido Nacional nos últimos 25 anos

□ Milhares de uruguaios acompanharam, no dia 16 de março último, os funerais do dirigente máximo do Partido Nacional ("Blanco"), Wilson Ferreira Aldunate, realizado em Montevideu. Com bandeiras do Partido "Blanco", os uruguaios percorreram sete quilômetros a pé, desde o Palácio Legislativo até o cemitério de Buceo, às margens do Rio da Prata.

Ferreira Aldunate faleceu aos 69 anos de idade, de câncer. No velório, esteve presente o presidente ar-

gentino, Raúl Alfonsín, que era amigo há muitos anos do dirigente nacionalista, amizade que remontava aos tempos em que Wilson Ferreira e outros líderes uruguaios viveram exilados em Buenos Aires, na década de 70.

Wilson Ferreira liderou o Partido Nacional nos últimos 25 anos. Os "blancos" constituem a segunda força eleitoral do Uruguai e, juntamente com o Partido Colorado - atualmente no poder -, são as agremiações partidárias que dominaram

a vida política do país neste século.

Com o desaparecimento de Wilson Ferreira, especula-se qual será o futuro do seu partido, dividido em várias tendências. Ferreira era o dirigente de uma delas, "Pela Pátria", mas era acatado por todos os segmentos partidários e em torno de sua figura se agrupavam desde os setores mais conservadores até os mais avançados.

Detido no seu regresso ao Uruguai, depois de 12 anos de exílio, Ferreira teve os seus direitos políticos cassados, assim como o presidente da Frente Ampla (a coligação dos partidos de esquerda), general Líber Seregni e milhares de outros cidadãos que tinham sido candidatos à presidência ou outros cargos eletivos ou processados pela justiça militar. Por esse motivo, nas primeiras eleições diretas depois da ditadura, realizadas em 1984, Wilson Ferreira não pôde ser candidato.

Apesar de ter sido vítima das regras de jogo que regeram a eleição em que saiu vencedor o dr. Julio María Sanguinetti, do Partido Colorado, Wilson Ferreira Aldunate imprimiu ao seu partido uma política de diálogo e eventual apoio ao governo "colorado". O caso mais claro foi com a controvertida "lei do ponto final", que eliminou a possibilidade de submeter a julgamento os militares que violaram os direitos humanos durante a ditadura. A lei foi aprovada com os votos do Partido Nacional, apesar do preço político que a decisão representou para a figura de Ferreira Aldunate.

BID

QUEIXAS DOS EUA E CRÉDITOS DO JAPÃO

□ Em clima de confronto com os Estados Unidos, foi realizada de 21 a 23 de março, em Caracas, a XXIX Assembléia de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), reunida para tratar das perspectivas financeiras da instituição e dos desafios do futuro.

Ao anunciar uma nova era para o Banco, o presidente eleito da instituição, o economista uruguaio Enrique Iglesias, recebeu aplausos de vários delegados latino-americanos, o apoio dos representantes das nações industrializadas e a indiferença da delegação norte-americana.

O BID atravessa a mais grave crise de seus 29 anos de existência, devido à negativa dos Estados Unidos em participar da sétima reposição de fundos do organismo, no qual participa com 34,5% do capital total e dos votos. Washington resolveu dificultar a reposição dos fundos, como tentativa de aumentar a quantidade de votos a que tem direito e que, atualmente, o coloca em desvantagem em relação à América Latina e Caribe, estes com 53,5% dos sufrágios.

Os Estados Unidos exigem também o direito a veto na concessão de créditos, que deveriam ficar sujeitos a políticas de ajustes internos, uma exigência à qual os países latino-americanos vêm se opondo há quase dois anos. O subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, Allen Wallis,

PANORAMA

afirmou na sessão inaugural, sem rodeios, que o BID deveria aceitar as exigências norte-americanas "ou conformar-se em ser um pequeno banco". Olhando fixamente para Wallis, Enrique Iglesias replicou: "Um pequeno banco não nos serve. Nem aos latino-americanos, nem aos países industrializados".

Enquanto isso, o vice-ministro das Finanças do Japão, Toyoo Gyohten, afirmou que seu país "está preparado para desempenhar uma função cada vez mais importante dentro do BID". Gyohten informou que, no Japão, "existe uma crescente tomada de consciência sobre a importância da América Latina e do Caribe" e que seu governo solicitou oficialmente a realização de reuniões do BID na cidade japonesa de Nagoya. A possibilidade de conseguir ajuda financeira do Japão despertou expectativas, especialmente depois que o país anunciou que destinaria 30 bilhões de dólares do seu superávit para créditos a nações endividadadas, dos quais quatro bilhões iriam para a América Latina e o Caribe.

Afeganistão

POSSÍVEL MEDIAÇÃO SAUDITA

Devido à suspensão das negociações para a solução do conflito no Afeganistão, o Paquistão poderia pedir o apoio da Arábia Saudita para encontrar uma saída para o problema. Alguns observadores em Islamabad, capital paquistanesa, assinalaram que, diante do impasse nas conversações de paz, que se realizam em

Genebra, entre os governos do Afeganistão e Paquistão e os rebeldes afegãos, ganhou importância uma reunião realizada entre o chefe dos serviços de inteligência da Arábia Saudita, príncipe Turki Al-Faisal, e os grupos rebeldes do Afeganistão, no início do mês passado, em Peshawar, no Paquistão.

Nas conversações de paz,



Manifestação popular em Cabul: contra os Estados Unidos

os representantes paquistaneses defendem que qualquer solução proposta deve satisfazer os grupos rebeldes afegãos, aquarteladas em Peshawar. Os sauditas poderiam desempenhar o papel de moderadores nas exigências dos guerrilheiros, de maneira que elas se tornem aceitáveis para a União Soviética e para o governo de Cabul.

Depois do Paquistão, a Arábia Saudita parece ser o país que exerce maior influência sobre os rebeldes, com os quais mantém estreitas relações desde 1981, quando o financiamento do reino árabe para os guerrilheiros ultrapassou o apoio norte-americano (ultimamente, as assistências de ambos estão equiparadas). O Afeganistão é uma área onde os Estados Unidos e a Arábia Saudita coordenam, secretamente, programas de assistência militar, afirmaram especialistas locais em estratégia.

Desde que as tropas soviéticas entraram no Afeganistão, a pedido do governo de Cabul, as boas relações do reino saudita com os rebeldes têm apresentado altos e baixos. Seu papel de mediador em potencial se viu fortalecido pelo apoio financeiro que esse reino continuou dando ao exilado monarca do Afeganistão,

Zahir Shah, que, embora não seja aceito pelos guerrilheiros nas conversações de paz, é considerado por muitos setores como o provável dirigente de um governo interino em Cabul.

O PAPEL DAS ONG

Se as Organizações Não-Governamentais (ONG) dos países industrializados não se compenetrarem da situação em que atuam suas homólogas dos países em desenvolvimento, correm o risco de transformar-se em meros "fornecedores de ajuda", advertiu o secretário geral da Organização Holandesa de Ajuda Internacional (Novib), Sjef Theunis, num debate internacional sobre os caminhos para se chegar ao desenvolvimento e o papel das ONG nesse processo.

Theunis assinalou que o crescimento do movimento

das ONG nos países do Sul é muito maior do que no Norte e que isso representa um grande desafio. Ao mesmo tempo, acrescentou, enquanto aumenta a consciência política no Sul, as ONG dos países industrializados têm que mover-se em um ambiente cada vez mais apolítico. Ele citou uma enquete publicada no jornal *Le Monde*, em setembro do ano passado, que demonstra que as pessoas de entre 16 e 25 anos de idade se sentem cada vez menos atraídas pelos partidos políticos e sindicatos. Mesmo quando se interessam por temas como direitos humanos, a paz, o desenvolvimento e o meio ambiente, não se organizam.

De acordo com o secretário geral da Novib, as ONG tradicionais do Norte, ao se adaptarem a essa situação, correm o risco de abandonar os grandes temas políticos, deixando de lado a necessidade de se explicar as razões e conhecer as estruturas que originam o subdesenvolvimento. Caem, assim, na opinião de Theunis, no que ele define como "ajudismo", isto é, a ajuda econômica aos países do Sul diante de emergências e fatos concretos, mas sem buscar alterar a essência das estruturas que impedem o desenvolvimento do Sul.

"O Norte corre em socorro do Terceiro Mundo quando há ameaça de catástrofes ou ajuda em situações específicas, mas se nega a discutir as causas profundas dos seus problemas", assinala Theunis, que acredita que, "a menos que as ONG do Norte assumam o desafio que apresenta o Sul, seu papel se reduzirá ao de meros banqueiros".

Comissão Sul

A SEGUNDA REUNIÃO

Os países do Terceiro Mundo devem elaborar um programa de ação comum orientado para a satisfação das necessidades dos seus povos, para a utilização eficiente dos seus próprios recursos e para a proteção do meio ambiente, a fim de, dessa forma, poderem chegar a um desenvolvimento sem retrocessos", recomendaram os membros da Comissão Sul, na segunda reunião do or-

gânismo, realizada no início do mês de março passado, em Kuala Lumpur, capital da Malásia.

A Comissão, criada em outubro passado, é integrada por uma série de personalidades políticas, técnicos, intelectuais e profissionais independentes, e é presidida pelo ex-presidente tanzaniano, Julius Nyerere. A reunião aprovou um programa de ação, que compreende planos para a cooperação Sul-Sul, estratégias para a utilização eficiente dos recursos e para a estruturação de novas relações entre o Norte industrializado



Julius Nyerere: por um crescimento socialmente justo

países do Terceiro Mundo". Além disso - ressalta -, "pende sobre nossos países a insustentável e esmagadora carga da dívida externa, além da diminuição substancial das receitas provenientes das exportações, causada pela queda dos preços das matérias-primas e pelo crescente protecionismo dos países ricos".

A Comissão Sul formulou uma definição do tipo de desenvolvimento desejável para o Terceiro Mundo, expressando que deve ser um crescimento econômico "sem retrocessos, orientado para as necessidades popu-

lares e sustentado por recursos próprios, ou seja, socialmente justo, economicamente efetivo e ecologicamente sadio".

Para Nyerere, os principais obstáculos para o desenvolvimento dos povos do Sul são: a atual ordem econômica internacional, suas estruturas financeiras e comerciais; as redes de comunicação existentes e o uso do poder político e militar em defesa do sistema dominante.

Durante a reunião, a Comissão Sul recebeu uma série de trabalhos da organização de mulheres Dawn (Development Alternative with Women for a New Era), sobre as consequências da dívida externa para as mulheres do Terceiro Mundo. Através de Devaki Jain, coordenadora de relações internacionais da Dawn e membro da Comissão Sul, a organização também levantou na reunião de Kuala Lumpur outros problemas enfrentados pelas mulheres nos países em desenvolvimento, como a disparidade salarial - apesar de sua cada dia maior participação no mercado de trabalho - e a marginalização na sociedade. Na reunião da Comissão Sul, a organização feminina apontou ainda a necessidade de se criarem projetos de comunicação popular mais interligados aos movimentos sociais.

A Dawn (ou Mudar - Mulheres para um Desenvolvimento Alternativo) foi criada em 1984, na Índia, e conta com representantes em 64 países do mundo. Até 1989, o Brasil será a sede mundial da organização, cuja coordenadora geral é a professora Nelma Aguiar.

Entre as 11 e 12 horas (de Lisboa), Oliveira recebeu uma nova informação, dizendo-lhe que "já não precisava se preocupar com o assunto". Ele garantiu que "a Renamo não tinha capacidade para realizar essa ação, só os sul-africanos".

Naquela noite de 19 de outubro de 1986, o presidente Samora Machel e 34 outros passageiros morre-

Moçambique

REVELAÇÕES SOBRE A MORTE DE MACHEL

Os sul-africanos transmitiram duas instruções contraditórias à representação da Renamo (Resistência Nacional Moçambicana) em Lisboa, quando da morte do presidente Samora Machel, revelou Paulo Oliveira, ex-delegado em Portugal da organização contra-revolucionária.

Oliveira revelou que entre as 5 e as 6 horas do dia 20 de outubro de 1986 (hora de Lisboa), recebeu um telefonema de outro membro da organização, que lhe disse para "estar atento às notícias, porque algo havia acontecido com o avião do presidente Samora Machel". Em seguida, Oliveira recebeu uma chamada de Phalaborwa (na África do Sul), do seu contato habitual da Renamo, confirmando a notícia e dando o nome das pessoas que viajavam no avião.

Também lhe confirmaram a morte do presidente Samora Machel e alertaram-no para estar atento, porque poderia ser necessário reivindicar a ação, acrescentou Paulo Oliveira, que recentemente se entregou às autoridades moçambicanas.

Entre as 11 e 12 horas (de Lisboa), Oliveira recebeu uma nova informação, dizendo-lhe que "já não precisava se preocupar com o assunto". Ele garantiu que "a Renamo não tinha capacidade para realizar essa ação, só os sul-africanos".

Naquela noite de 19 de outubro de 1986, o presidente Samora Machel e 34 outros passageiros morre-

PANORAMA

ram quando o avião no qual viajavam caiu em Mbutini, na África do Sul. A investigação do "acidente" revelou que um sinal de rádio (VOR) tinha contribuído para o avião se desviar de sua rota - que não incluía o voo sobre território sul-africano - e se dirigir para o sul, onde acabou caindo.

Romênia

RELAÇÕES ROMENO- AFRICANAS

Quatro países africanos - Gana, Libéria, Guiné e Mauritânia - foram visitados pelo presidente da Romênia, Nicolae Ceausescu.

Foram celebrados importantes acordos, nas áreas cultural, política e econômica. Os governos dos países visitados ressaltaram o alcance das conversações e se referiram às favoráveis perspectivas no relacionamento com a Romênia, cuja política de apoio ao Terceiro Mundo foi destacada. Serão realizadas nos próximos meses reuniões bilaterais a nível técnico para implementar as decisões de Estado.

Os quatro países africanos que foram visitados por Ceausescu desenvolvem projetos econômicos baseados nas suas riquezas naturais - agrícolas, minerais e florestais - e se beneficiam da tecnologia romena no campo da mineração, transportes, petróleo, indústria madeireira, pesca e saúde.

Não foi menos importante para os respectivos governos a reafirmação do apoio romeno à luta da África - especialmente dos países da Linha de Frente - contra o governo racista de Pretória.

Angola

REAÇÕES À FORMAÇÃO DE "GOVERNO" DA UNITA



Jonas Savimbi, líder dos contra-revolucionários, em entrevista à imprensa: obrigado pelos sul-africanos a se desmentir em público

As autoridades angolanas não comentaram o anúncio, feito pela rádio estatal sul-africana, da formação de um "governo" da Unita, organização terrorista apoiada pelo regime do *apartheid*. Em Luanda, essa decisão foi interpretada, pelos observadores políticos, como uma tentativa desesperada da organização chefiada por Jonas Savimbi de ser incluída no atual processo de negociações de paz na África Austral.

Ao contrário do que foi divulgado pela rádio sul-africana, os terroristas angolanos não controlam nenhuma região vital do país. Existem algumas parcelas no sul e sudeste de Angola ocupadas militarmente pelo exército da África do Sul, que aí instalou os grupos da Unita, sob sua proteção permanente.

Para os observadores, o pretense "governo" da Unita não tem a menor possibilidade de ser reconhecido internacionalmente, o que reforça a natureza meramente propagandística e de relações públicas da decisão, num momento em que

se registram intensos contatos para obter a paz na África Austral, sem qualquer participação do grupo de Savimbi.

O próprio líder da Unita revelou, recentemente, ter sido informado, pelas autoridades sul-africanas, que estavam se preparando para negociar diretamente com o governo angolano, sem a sua participação. Logo em seguida, Savimbi deu uma entrevista à revista francesa *Paris Match*, na qual alegava que tinha de pagar em diamantes e marfim o apoio que recebia da África do Sul. Por causa dessas afirmações, foi chamado à Cidade do Cabo, onde o general Magnus Malan, ministro sul-africano da Defesa, o obrigou a se desmentir.

Entretanto, é cedo para se saber se Pretória vai deixar a Unita cair. Seja como for, fontes diplomáticas ocidentais acreditadas na capital angolana, são unânimes em assinalar que a Unita é absolutamente incapaz de vencer a guerra em Angola e que o governo de Pretória e os próprios Estados Unidos sabem disso.

Rasd

FOME NO SAARA

Nema Yumani, ministro da Saúde da República Árabe Saaraui Democrática (Rasd), pediu ajuda em alimentos à comunidade internacional, para os refugiados do Saara ocidental, deslocados pela ocupação marroquina. O ministro afirmou, numa entrevista coletiva concedida em Viena, Áustria, que "a alimentação precária" oferecida nos campos de refugiados acabou rapidamente nas últimas semanas, o que está afetando milhares de crianças.

Segundo Yumani, a situação se agravou porque a Argélia, principal fornecedor de alimentos para o povo saaraui nos últimos dez anos, viu-se obrigada a reduzir sua assistência à metade, por causa de problemas internos de abastecimento. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) não respondeu aos pedidos de ajuda do governo saaraui.

O ministro Yumani também fez um apelo à comunidade internacional para que aumente as pressões sobre o governo marroquino, a fim de que "aceite uma solução pacífica" no Saara ocidental, de acordo com as resoluções das Nações Unidas e da Organização da Unidade Africana (OUA).

Em dezembro do ano passado, a ONU reiterou seu apelo para uma solução negociada na ex-colônia espanhola e por um plebiscito livre, sob supervisão internacional, que decida o destino do antigo território do Saara Ocidental.

PANAMÁ

Os planos secretos de Washington



Tropas norte-americanas no Canal do Panamá: ponto central do confronto da Casa Branca com o general Noriega

O presidente do Partido Revolucionário Democrático (PRD), Rômulo Escobar Bethancourt, revela as metas a que se propõe a administração Reagan em relação aos Tratados Torrijos-Carter e as pressões que o governo panamenho vem enfrentando para prorrogar a presença militar norte-americana na Zona do Canal

Beatriz Bissio

Na reunião de vice-presidentes da Conferência Permanente dos Partidos Políticos da América Latina (Coppal), realizada no Rio de Janeiro no mês passado para discutir a crise panamenha, Escobar Bethancourt — que ocupa atualmente a presidência desse organismo de partidos políticos latino-americanos — apresentou um relatório detalhado sobre as pressões que os norte-americanos estão exercendo sobre o governo panamenho para não entregarem o Canal e, principalmente,

para não evacuarem suas tropas das bases ali instaladas, muito mais importantes para os interesses geopolíticos dos Estados Unidos que as de Porto Rico ou a de Guantânamo, em Cuba.

Como chefe da delegação panamenha que negociou os Tratados Torrijos-Carter, Rômulo Escobar tem sobre esses temas uma visão privilegiada, pois participou e ainda participa do reduzido grupo de dirigentes panamenhos que há mais de uma década está nos bastidores das conversações com os Estados Unidos.

Em entrevista exclusiva a **terceiro mundo**, Escobar Bethancourt expôs em linhas gerais os problemas que colocou

aos delegados da Coppal e as soluções para a crise, propostas pelo Partido Revolucionário Democrático. Estas são suas principais afirmações:

“Estamos sendo vítimas de uma agressão por parte dos setores mais reacionários dos Estados Unidos, iniciada imediatamente após a morte do general Omar Torrijos, com o propósito de desestabilizar nosso país e suas instituições. Já naquele momento, em 1981, os Estados Unidos começaram a buscar formas de fugir ao cumprimento dos Tratados.”

Escobar explica que o Congresso norte-americano sancionou uma lei, de



Rómulo Escobar Bethancourt: "Os Estados Unidos zombam dos acordos"

numero 9.670, através da qual se estabelece que os Estados Unidos executarão as normas dos Tratados segundo sua própria interpretação. "Deixam de cumprir, dessa forma, o que está acertado nos acordos e zombam deles".

Um exemplo disso é o que acontece com a disposição que obriga os Estados Unidos a darem emprego a panamenhos em todos os níveis de trabalho no Canal, de forma crescente, a cada ano. Aplicando a lei 9.670 para deixar de cumprir esse compromisso, "os Estados Unidos impõem uma série de normas restritivas, pelas quais foram declarados 'de confiança' todos os cargos importantes. Dessa forma, tiram essas funções da órbita panamenha, já que existe outra disposição, segundo a qual esse tipo de tarefa só pode ser desempenhada por cidadãos norte-americanos".

A mesma coisa acontece com os cargos que exigem lidar com tecnologia sofisticada. "Para impedir que os panamenhos adquiram o *know-how* necessário para exercer essas funções, criam uma série de requisitos, a maior parte dos quais só os cidadãos norte-americanos podem preencher", assinala Escobar.

"Em 1990, segundo os Tratados, o diretor da Comissão do Canal terá que ser um panamenho. Mas os norte-americanos criaram um cargo chamado de 'engenheiro-chefe'. Durante esses anos, foram transferindo as funções de diretor da Comissão do Canal para o engenheiro-chefe. Dessa forma, em 1990, quando um panamenho assumir o cargo de diretor, vai ser uma figura apenas

decorativa".

A questão militar

Existem, no entanto, dois pontos fundamentais nos Tratados Torrijos-Carter, que os Estados Unidos se recusam a reconhecer: a obrigação de entregar o Canal e desocupar militarmente o território panamenho no dia 31 de dezembro de 1991.

"Em relação ao primeiro ponto, o que eles estão fazendo é defender, desde agora, a idéia de que, quando entregarem o Canal, ele não deverá ser administrado pelo Estado panamenho, mas por empresas privadas, que receberiam a concessão para isso. Nessas empresas, é claro, os capitais norte-americanos seriam acionistas majoritários", afirma Escobar.

"Mas o que mais preocupa os norte-americanos é a questão militar. Eles não têm o menor interesse em que suas tropas saiam do Panamá. Informalmente, têm feito propostas para que o Panamá aceite firmar um acordo militar com eles, à margem dos Tratados Torrijos-Carter. As tropas norte-americanas permaneceriam no Panamá até o ano 2.015, como primeiro passo, e depois dessa data poderiam ficar pelo tempo que os dois países estabelecessem. Essa é a verdadeira intenção de Washington".

No Canal do Panamá e territórios



Eric Delvalle

adjacentes, os Estados Unidos têm várias bases militares e a sede do chamado Comando Sul, que é um dos dispositivos estratégicos da defesa norte-americana. "O complexo militar que possuem no Panamá compreende um sistema de comunicações que cobre todo o continente e um sistema de transmissões de rádio, telefone etc., que comunica todos os exércitos norte-americanos com os Estados Unidos. São instalações muito mais importantes que as da base de Guantânamo. No Atlântico, perto da cidade de Colón, está a ilha Galeta, também conhecida como ilha das Antenas, porque os Estados Unidos instalaram nela um sofisticado sistema eletrônico para rastreamento de submarinos. É o único lugar no mundo onde os Estados Unidos têm uma infra-estrutura adequada para comunicar-se com seus submarinos, através de um sistema que opera em águas profundas".

Escobar explica que as bases norte-americanas no Panamá "também são utilizadas para desenvolver estudos e pesquisas bélicas - como, por exemplo, os efeitos do Trópico sobre os soldados e os equipamentos militares - sobre questões climáticas, meteorológicas, geodésicas, missões de salvamento em coordenação com outros países da América Latina etc."

"Nesse ponto, democratas e republicanos coincidem:"

"Nessa questão, tanto democratas quanto republicanos coincidem. Nenhum dos dois partidos norte-americanos ficou satisfeito com a assinatura dos acordos. Os Tratados foram aprovados em uma votação muito polêmica no Senado e depois de todo tipo de pressão contra o Panamá e contra o general Torrijos. Acusaram Torrijos de traficante de drogas, disseram que iam submetê-lo a um julgamento secreto no Senado, detiveram um irmão dele, acusando-o também de traficante. No Panamá, já estamos acostumados, conhecemos todos os métodos e as táticas que eles usam.

"O que mudou foi o contexto internacional. Naquele tempo, tanto o Partido Democrata quanto o Republicano tiveram que ceder diante do grande apelo mundial à causa panamenha. Cabe lembrar que, em 1974, foi convocado

o Conselho de Segurança da ONU e todos os países apoiaram o Panamá, o que levou os Estados Unidos a exercerem o seu direito de veto. Independentemente dos regimes políticos, a América Latina apoiou em peso a causa panamenha. A pressão foi muito grande.

"Além disso - acrescenta Escobar - tinham um presidente com uma grande visão, progressista, que foi James Carter. E os setores progressistas e conscientes daquele país também apoiavam a revisão do Tratado de 1903, um tratado infame, porque concedia tudo aos Estados Unidos em caráter perpétuo.

"Naquela época, Hubert Humphrey, uma figura de muito destaque, era senador. Numa reunião que fizemos no

nado norte-americano, se transmitiu uma sessão em cadeia nacional e internacional.

"Naquele momento, todas as pressões fracassaram e os Tratados foram assinados. Agora, os Estados Unidos voltam a montar o mesmo cenário, as mesmas acusações que utilizaram para tentar desprestigiar o general Omar Torrijos, são dirigidas hoje contra o general Noriega."

Repetir tudo com Noriega

"No caso de Noriega, há mais de um ano, os Estados Unidos tinham anunciado que iam abrir um processo contra ele por tráfico de drogas, com base em



Os EUA pretendiam desestabilizar o governo através de pressões e de grupos internos

Senado norte-americano, quando repórteres lhe perguntaram sua opinião, ele afirmou abertamente que o povo dos Estados Unidos tinha a obrigação de revisar um tratado que ia contra a moral e a ética internacional. E o disse num momento em que a opinião pública norte-americana não estava de acordo com a assinatura do tratado."

Escobar Bethancourt conta que "os norte-americanos - segundo nos disseram muitas vezes seus próprios negociadores e os militares do Pentágono - sempre consideraram a Zona do Canal como parte do próprio território dos Estados Unidos. Para muitos setores, foi muito difícil aceitar a mudança. A importância da discussão foi tão grande, que pela primeira vez na história do Se-

'muitas provas'. Quando abriram o processo, porém, se basearam no depoimento de um preso, que estava tentando conseguir uma redução da sua pena, e de outro, que tinha sido detido no Panamá por tráfico de drogas, justamente por Noriega, que o havia entregue aos Estados Unidos.

"Mas, agora, eles baseiam sua acusação principalmente nas declarações do engenheiro Blandón, ex-cônsul do Panamá em Nova Iorque. Aqui, há um detalhe interessante: Blandón começou a acusar Noriega no dia 7 de dezembro do ano passado e os norte-americanos já anunciavam, um ano antes, que iam levá-lo a julgamento. Mas não tinham provas, era uma campanha publicitária. Quando apareceu o engenheiro Blan-

dón - e este é um assunto à parte, porque ele faz suas acusações por frustração pessoal, por ambições não-satisfeitas -, eles finalmente anunciaram que apresentariam suas 'provas'."

O dr. Escobar Bethancourt reconhece que a situação em seu país é grave. "Os Estados Unidos passaram da agressão propagandística - já estão há dois ou três anos fazendo uma campanha contra nós através do *The New York Times*, *Washington Post*, da UPI e de todas as cadeias de televisão - para a desestabilização direta".

Para ele, a campanha contra o governo panamenho e contra Noriega foi o caminho preparatório para isolar o Panamá da opinião pública internacional e, depois, atacar as Forças de Defesa e o governo através de grupos panamenhos seus aliados, ou seja, uma verdadeira campanha de desestabilização.

"Pensavam que com a agressão jornalística, e posterior desestabilização, iam conseguir instalar um governo fantoche, que cedesse às suas pretensões de firmar novos acordos militares. Com a saída de Noriega do estado-maior da nossa Força de Defesa, poderiam recompô-la e nomear elementos submissos aos Estados Unidos e a serviço da oligarquia panamenha. Queriam fazer desaparecer definitivamente o torrijismo, o nacionalismo panamenho."

Rômulo Bethancourt calcula que, diante do fracasso desse plano, os Estados Unidos passaram a aumentar sua pressão diretamente contra Noriega. "A tática é fazer com que as pessoas acreditem que o problema não é com o Panamá, mas com o general Noriega. É curioso ver como uma nação tão poderosa como os Estados Unidos se preocupam com o comandante de uma força de defesa de um país tão pequeno como o nosso".

"Os Estados Unidos têm no Panamá mais soldados que os que Noriega tem sob seu comando. E, apesar disso, mobilizaram o Departamento de Estado, o Congresso, os senadores, as agências internacionais e, ainda não satisfeitos, recorreram à agressão econômica."

O bloqueio dos dólares

O Panamá não tem um papel moeda próprio; usa como papel moeda o dólar norte-americano. O centro financeiro

internacional que funciona no país tem mais de 120 bancos. Para Escobar Bethancourt, os Estados Unidos se propõem também a destruir esse centro financeiro.

"Nós temos um Banco Nacional que não é exatamente um Banco Central. Tem um duplo papel de banco do Estado e banco privado. Há muitos depósitos e se realizam muitas transações com particulares. Mas desde 1979, esse Banco Nacional assumiu a tarefa de proporcionar diariamente dólares em espécie para os demais bancos. Para isso, o Panamá deposita milhões de dólares em diversos bancos dos Estados Unidos, que por sua vez permitem o envio de milhões de dólares para o Panamá, ao Banco Nacional, que os distribui. Esse dinheiro pertence aos depositantes, não ao Estado panamenho. O Estado é apenas um depositante a mais."

As sanções econômicas aplicadas pelos Estados Unidos contra o Panamá compreendem o congelamento desses fundos depositados em bancos norte-americanos, "uma violação das normas do direito internacional", afirma Bethancourt. "Os Estados Unidos alegam que o ex-presidente Eric Delvalle - que foi deposto por nossa Assembléia por abuso de poder, de acordo com nossas normas constitucionais - é o mandatário que eles reconhecem. E alegam que foi Delvalle quem solicitou o congelamento de fundos".

"Esse é um precedente perigoso para a América Latina. Podem estar experimentando com o Panamá um 'remédio', que depois vão aplicar em outros países da América Latina e do mundo. Essa atitude equivale a dizer que o presidente do Brasil, por exemplo, pode ordenar o congelamento dos fundos de seus países depositados nos Estados Unidos."

"E, no caso do Panamá, há indícios de que as sanções econômicas podem ser o prelúdio de uma agressão militar. Além das tropas que têm no Canal, eles estão enviando mais efetivos, helicópteros e instrumentos de combate. Estão sempre fazendo manobras no território panamenho para intimidar a população e criar um clima de guerra no país. Dessa forma, pretendem dobrar a vontade de nosso povo e impor um governo que seja do agrado deles", conclui Escobar Bethancourt.

Uma proposta panamenha



General Noriega: defender a soberania panamenha

□ O Partido Revolucionário Democrático (PRD), que dá continuidade ao ideário do general Torrijos, seu fundador, propôs um amplo diálogo nacional a fim de encontrar uma saída "exclusivamente panamenha" para a crise e evitar um acirramento das divergências políticas, que dê aos Estados Unidos uma justificativa para uma intervenção armada.

Desse diálogo, poderiam participar todos os partidos políticos - inclusive aqueles de direita que, agrupados na Cruzada Civilista, estão nas ruas exigindo a renúncia do general Noriega -, os sindicatos e demais forças sociais além da igreja católica. A agenda da convocação será aberta; todos os temas em discussão no país seriam analisados e negociados. Em particular, dois pontos: a possibilidade de antecipar as eleições previstas pela Constituição para maio de 1989 e a reorganização das Forças de Defesa, que atualmente têm certo poder nas questões do Estado, garantido pela Carta em vigor.

"Acho que em meu país há setores que querem participar do diálogo. Mas também existe um setor que está completamente entregue aos interesses reacionários dos Estados Unidos e se opõe a qualquer negociação. O que querem, coincidindo com a posição dos Estados Unidos, é derrubar o governo", afirma Rômulo

Bethancourt.

"São setores empresariais, financeiros e alguns políticos ambiciosos que buscam a oportunidade de chegar ao poder sem ter que passar por um processo eleitoral, no qual sairiam derrotados, pois não têm nenhum apoio popular.

"Apesar da desestabilização ativa contra o Panamá, que vem desde junho de 1987, a verdade é que os Estados Unidos não conseguiram apoio popular para sua política intervencionista. O grupo que tem desenvolvido atividades desestabilizadoras - principalmente para ser filmado pela televisão norte-americana - sempre foi muito pequeno."

Rômulo Bethancourt destaca uma das resoluções da Copppal, a qual estabelece que tanto durante o desenvolvimento do diálogo, como na eleição, seja antecipada ou não, se permitirá a presença de observadores da América Latina e dos próprios Estados Unidos. "A presença dos irmãos latino-americanos é um apoio moral de um valor incalculável para o povo panamenho, acossado pelas pressões norte-americanas, e a visita de representantes norte-americanos permite que eles tenham uma idéia exata do que ocorre no Panamá, sem a distorção que a campanha promovida pela Casa Branca impõe", afirma o presidente do PRD.

PANAMÁ

Continuar vivendo

Consuelo Tomás*

Ontem dia, fui visitar meu irmão, o engenheiro. O coitado estava que destilava bilis pelos quatro cantos. "Eu passo 14 horas por dia trabalhando como um burro. Quase não tenho vida própria. E com que me pagam esses velhacos? Com ovos."

A empresa de computadores para a qual trabalha deu a meu irmão dois bônus de 25 dólares para comprar comida em um dos muitos supermercados do lugar. Nada mais. É evidente que o engenheiro e muitas pessoas no Panamá nunca se perguntaram de onde sai o dinheiro com o qual pagam seus carros, seus apartamentos, seus esporádicos passeios à praia.

As empresas concordaram em dar a seus empregados o indispensável para se manterem gastronomicamente. Equiparam o valor das necessidades. Por uma única vez na história deste país, as categorias sociais perdem validade. Todos, absolutamente – médicos, engenheiros, advogados, serventes, mensageiros –, receberam seus dois bônus para comprar comida como pagamento do seu trabalho, a título de salário. Coisas da crise.

As donas-de-casa, especialistas em esticar o dinheiro para que dure até o final da quinzena, apesar da preocupação e da incerteza, estão de parabéns. Agora podem ver as novelas sem interrupções. A porcentagem dos intervalos comerciais baixou em 90% nas televisões. Estas foram obrigadas a reduzir ao mínimo seu tempo de transmissão. Estamos correndo o risco de fi-

car sem televisão.

Todo mundo – com exceção dos *rabiblanco*s do lençinho¹, que se apressaram em retirar seu dinheiro dos bancos antes das represálias norte-americanas –, está esperando um milagre. Não se tem notícias de pânico ou violência incontrolável, ainda, apesar de que, nas instituições públicas (o monstro burocrático panamenho), as autoridades não tenham garantido a seus empregados o pagamento dos salários nas próximas semanas. Nem sequer utilizando os conhecidos bônus de compra ou as cestas de alimentos básicos.

Os panamenhos, nesses dias paráliticos, evitam a palavra "dólar". Fala-se de "circulante", de "liquidez", "papel moeda". Dizer "faltam dólares" é reconhecer, com humilhação, a nossa realidade de país dependente. A retenção de fundos nos Estados Unidos paralisa toda uma economia que custou anos para colocar em funcionamento.

Assim é a arrogância do gigante contra um pequeno país que nem chega a dois milhões de habitantes. Assim é sua política para com os povos latino-americanos, que mantêm há anos o poderio de Washington às custas do seu próprio progresso e desenvolvimento.

Ninguém crê nas declarações de boa vontade dos Estados Unidos, na sua ajuda desinteressada. Ninguém mais crê em suas cruzadas para defender a moral e os bons costumes. É o país mais corrupto do continente. O mercado das drogas, por excelência. O produtor mais eficiente de vítimas do vírus da aids e de doentes mentais, o inventor de pretextos para invadir e dominar países pequenos e de natureza pacífica.

Há um ano e meio ou dois, um políti-

co antipatriota, desses que nunca faltam na paisagem local, declarou, na ocasião em que a posse dos prédios da tristemente célebre Escola das Américas seria revertida ao Panamá, que "ninguém come soberania". Houve reações indignadas, artigos sustentando o valor moral da soberania para nosso país.

Mas o certo é que hoje em dia, muitas pessoas reconsideram o valor dessa palavra, enquanto esticam os últimos centavos de dólar. Para os panamenhos indolentes, aqueles para quem nunca importou nada além do transcurso, sem problemas, de uma vida folgada, os políticos têm a culpa de tudo. Suas desavenças botaram a perder o paraíso panamenho, esse paraíso que não se contagiava com as disputas sangrentas de seus irmãos centro-americanos.

Nos venderam o *american way of life* com muito alarde e nós o compramos, impulsivos como adolescentes. É certo, declamamos imensos poemas impregnados de nacionalismo. Mas que contradição! Adotamos o dólar norte-americano como moeda nacional. E decidimos viver das dádivas do colosso do Norte. Somos um país invadido (*remember* o Comando Sul?) e nos acostumamos a viver rodeados de soldados, que baixam em nossas praias, mascando chiclete, a procurar nativas para passar o tempo e zombam de nossa permanente desnutrição.

Podemos pedir ao mundo sua solidariedade. Podemos apelar à antipatia que sempre tivemos pela prepotência dos gringos e que, sabemos, é um denominador comum na América Latina.

Mas a primeiríssima coisa é olhar para dentro. E cair na realidade de que não podemos voltar a repetir os mesmos erros que até agora temos cometido. Que nosso estilo de vida não pode continuar sendo aquele com o qual, até agora, nós temos enganado a nós mesmos. Que não é possível continuar vivendo com o complexo de inferioridade que nossos vizinhos do Norte nos têm inculcado estrategicamente. Ou essa crise traz uma mudança, ou não haverá ano 2000 que valha a pena. Nem recuperação possível daquilo que por lei nos pertence.

"A arrogância do gigante contra um pequeno país de menos de 2 milhões de pessoas"



* Poetisa, atriz e editora panamenha.

¹ A autora se refere aos integrantes da Cruzada Civilista, agrupação de direita que comanda as manifestações contra o governo, que saem às ruas agitando lençóis brancos.


Anuncie aqui

CADERNOS DO
terceiro mundo

Niemeyer
os 80 anos
de um gênio

Angola
avancando
apesar da guerra

A INFORMÁTICA



É NOSSA

PUBLICAÇÃO MENSAL - EDIÇÃO DE 1981 - 100 PÁGINAS - 1000 EXEMPLARES - R\$ 1,00

**O MUNDO,
VISTO PELO
TERCEIRO MUNDO**

TRICONTINENTAL EDITORA (LISBOA)
EDITORA TERCEIRO MUNDO (RIO DE JANEIRO)
PERIODISTAS DEL TERCER MUNDO (MEXICO)



GUIA DO TERCEIRO MUNDO

HISTORIA • GEOGRAFIA • ECONOMIA • POLITICA

É mídia certa

O TERCEIRO MUNDO VISTO PELO
PRÓPRIO TERCEIRO MUNDO PARA
350 MIL LEITORES QUE DECIDEM
O PRESENTE E O FUTURO DE SEUS POVOS.
SÃO CERCA DE 3 BILHÕES E MEIO
DE PESSOAS QUE ESTÃO EMERGINDO
COM DETERMINAÇÃO.

VOCÊ NÃO PODE FICAR DE FORA
DESTE MERCADO.
ENTRE PELA PORTA CERTA.

Jornalismo independente há 14 anos – circulação em 70 países

“Não podemos integrar nossa miséria”

O Peronismo Renovador está confiante na sua vitória nas próximas eleições presidenciais e defende a integração latino-americana entre governos que previamente tenham definido, em conjunto, uma saída para a dívida externa



Rubén Cardozo: “o peronismo é um só; o que existe é apenas diferença de nuances”

Aldo Gamboa

Rubén Cardozo é um ex-trabalhador da indústria mecânica, que estudou ciências políticas e se especializou em relações internacionais. Aos 19 anos, foi presidente da Juventude Peronista na província (estado) de Santa Fe, sua terra natal. Dirigente sindical do outrora poderoso sindicato dos mecânicos, Cardozo foi eleito deputado nacional (federal) em 1983 e reeleito em 1987.

Atualmente, aos 40 anos, é secretário de Relações Internacionais do Bloco de Deputados Nacionais do Partido Justicialista (peronista); membro-adjunto da Secretaria de Política Externa do partido (cujo titular, José Octavio Bordón, é o governador da província de Mendoza), e secretário de Comunicação Social, responsável por todos os meios de difusão do Conselho Nacional do Partido Justicialista.

Cardozo se especializou em temas latino-americanos e escreveu um livro

onde denuncia as violações dos direitos humanos praticadas pela última ditadura militar. Em entrevista exclusiva a **terceiro mundo**, Cardozo fez as seguintes declarações:

Sabe-se que no peronismo existe um setor conservador, de direita, e uma corrente progressista. O sr. considera que o partido tenha atingido um ponto de equilíbrio interno ou ainda está dividido?

– Não, o peronismo é um só. O que estão em jogo são algumas divergências de nuances quanto ao método de aplicação de seu programa. Mas nosso partido tem um só programa para resolver os problemas do país e o filiado justicialista – o protagonista dessa decisão – tem que definir quem é o homem que levará adiante esse programa.

Em comparação ao peronismo de antes do golpe de Estado de 1976, como o sr. definiria o peronismo hoje: mais avançado, mais conservador, mais consciente?

– O peronismo de hoje é um peronismo progressista, um partido que tem

uma atitude muito clara em relação à defesa da democracia. A superação de um peronismo antigo, anacrônico, é que apresentava dificuldades substanciais para a aplicação de programas que tenham relação com o mundo moderno. Frente àquele peronismo anacrônico, sectário e folclórico – um movimento que exibía, como único elemento de ação política, aquilo que Perón realizou quando governou o país –, apareceu o Peronismo Renovador, ao qual eu pertenço, que conseguiu a democratização interna do partido através do voto direto.

Antes, os candidatos eram escolhidos a dedo; agora são designados por eleição direta. Democratizamos internamente o partido, lhe demos um programa, nos apresentamos perante a sociedade argentina com uma atitude que desperta credibilidade. Transmitimos uma mensagem clara, séria, responsável, democrática, baseada na defesa fundamental do estado de direito. Isso nos permitiu obter um triunfo que nos tornou a maioria – eleitoralmente falando – do povo argentino e uma oposição que tenta dar contribuições construtivas, diante de um partido situacionista que, sem dúvida, carece de elementos para construir um país.

Pode-se deduzir, então, que a etapa durante a qual o justicialismo esteve dominado pelos setores de direita – o que tantos problemas causou dentro de suas próprias fileiras e na luta contra a ditadura – está realmente superada?

– Essa etapa está completamente superada. Os setores mais reacionários da direita do peronismo foram afastados da direção partidária, pela decisão dos filiados expressa através de eleição direta. Assim, agora, há um peronismo integrado, um Conselho Nacional de 115 membros. Todos os conselhos regionais foram normalizados. Os governadores eleitos nas últimas eleições gerais pertencem, em sua maioria, ao peronismo moderno, progressista.

Nem social-democratas, nem social-cristãos

Falar de um peronismo moderno soa um pouco ambíguo. Poderíamos afirmar que nesse conceito está implícita uma tendência socializante?

A posição sobre o Panamá

Presente no Rio de Janeiro para a reunião de vice-presidentes da Conferência Permanente dos Partidos Políticos da América Latina (Coppal), Rubén Cardozo comentou as repercussões da crise panamenha nos meios políticos argentinos.

"Felizmente, conseguimos corrigir o rumo daquilo que estava destinado a se transformar em um novo e grave erro do governo do presidente Alfonsín. Num primeiro momento, a chancelaria manifestou seu apoio ao ex-presidente Eric Delvalle, engrossando a lista de condenações ao general Noriega", disse Cardozo.

"Foi por isso que nosso bloco na Câmara de Deputados pediu, em caráter de urgência, um esclarecimento ao chanceler Dante Caputo. O problema foi discutido profundamente e se pôde redefinir a posição argentina, reconhecendo o governo constitucional e denunciando as pressões norte-americanas sobre o Panamá".

Cardozo afirmou também que seu partido era favorável à convocação de eleições "exemplares" nesse país, exigindo o fim definitivo de qualquer tipo de agressão externa. Ao mesmo tempo, sugeriu a necessidade de re-discutir a exclusão do Panamá do Grupo dos Oito.

- Esse modernismo não deve ser entendido como uma definição ou uma característica próxima da social-democracia ou da internacional democrata-cristã. O peronismo não faz parte de nenhuma dessas duas correntes, embora participe de alguns eventos promovidos por elas.

Creio que nosso partido tem como mensagem a modernidade, a governabilidade do sistema, junto com uma atitude de recomposição de nossos próprios programas. Podemos caracterizá-lo assim: um peronismo progressista, democrático e moderno, significa que o partido atualizou seus programas, respeitando sua doutrina básica - a doutrina que nos legou o general Perón. É uma organização que enfrenta o mundo contemporâneo com uma bagagem intelectual e cultural realmente séria, com uma clara atitude antiimperialista, e com uma firme decisão de integração latino-americana.

O sr. mencionou que hoje o peronismo é a maioria do país. Na sua opinião, isso significa que o próximo presidente será peronista?

- Não existe a menor dúvida de que o Justicialismo vai ganhar as próximas eleições. Não só por nossos méritos - isso temos que reconhecer - mas também devido aos graves erros que o presidente Alfonsín cometeu.

Qual será a chapa presidencial que o Justicialismo apresentará?

- Isso não está definido ainda, porque compete à Convenção Nacional do partido, através do voto direto das bases, eleger quem serão os candidatos peronistas à presidência e à vice-presidência.

De acordo com a nova etapa que o partido vive, duas chapas presidenciais disputarão a eleição interna: uma é formada pelo atual governador da província de Buenos Aires, Antonio Cafiero, e José Manuel De la Sota, candidato derrotado ao governo da província de Córdoba; a outra, é integrada pelo governador de La Rioja, Carlos Saúl Menem, e o deputado federal Eduardo Duhalde.

Aquela que conseguir maior apoio das bases será a chapa que todos os peronistas defenderão nas urnas na eleição para presidente.

Soluções comuns para a dívida

A integração é um tema chave para América Latina e, nessa conjuntura, particularmente importante para o Uruguai e Brasil. Como vocês vêem as potencialidades materiais desse processo?

- Achamos que a integração é um fato positivo, um fato saudável. Nós a apoiamos. Mas penso que não podemos nos integrar para distribuir miséria. De-

vemos primeiro definir, dentro do contexto regional, a fórmula de pagamento da dívida externa. Se nós conseguirmos formar uma frente latino-americana - na qual os países da região apresentem uma atitude conjunta diante do pagamento da dívida externa -, a integração terá um caráter muito mais positivo, porque já não estaremos nos integrando para compartilhar a miséria, estaremos articulando o desenvolvimento da região.

Não se trata de estimular o intercâmbio de produtos para que nossas economias continuem sendo sugadas pelos centros financeiros internacionais. Isso não tem sentido.

Por isso, nos parece que as atitudes de Leonel Brizola, no Brasil, de Jaime Paz Zamora, na Bolívia, Carlos Andrés Pérez, na Venezuela, Francisco Peña Gómez, na República Dominicana - todos eles dirigentes que estão hoje na



Cafiero (esq.) e Alfonsín (dir.)

oposição, mas podem chegar ao governo de seus países -, são propostas integradoras, que estão de acordo com o que nós, os peronistas, desejamos para a América Latina.

Nesse quadro de ação profundamente latino-americano, antiimperialista, unificador de uma ação política séria e responsável, podemos enfrentar os centros financeiros internacionais, dizendo-lhes: "Senhores, nós podemos pagar só com uma parte de nosso crescimento, mas devem nos deixar crescer". Então, aí sim, a integração terá mais futuro e vai poder fazer com que nossa família de povos latino-americanos tenha toda a dignidade que merece. ●

Tristeza nas minas

Cerca de dez mil trabalhadores despedidos das empresas de mineração nacionalizadas exigem novas fontes de trabalho



O plano de "relocalização" do presidente Paz Stensoro (foto menor) deixou milhares de mineiros sem emprego.

Ana María Aranibar Lafuente

O governo de Víctor Paz Estensoro iniciou, há mais de dois anos, um plano de reabilitação e reestruturação da Corporação Mineira da Bolívia (Comibol), uma *holding* estatal que agrupa as empresas mineiras nacionalizadas. As medidas impuseram um reordenamento do aparelho administrativo, técnico e financeiro da corporação, de acordo com as normas da nova política econômica. Implementou-se um sistema de bônus, subsídios e pagamentos de benefícios, sem recorrer à lei, para convencer muitos trabalha-

dores a abandonar voluntariamente as minas nacionalizadas.

A "relocalização", como se chamou o plano, obrigava o governo a conseguir novas fontes de trabalho para os trabalhadores dispensados. Cerca de 68 milhões de dólares foram gastos para pagar as indenizações, "um esforço econômico", como foi descrito pelo governo, devido à situação financeira crítica que o país atravessa.

Os trabalhadores despedidos receberam uma proposta de criar cooperativas mineiras, agrárias ou de transporte para amenizar um pouco a difícil situação que estavam vivendo. Paralelamente, foi criada uma instituição, denominada Fundo Social de Emergência

(FSE), que se encarregaria de financiar e executar os projetos para aqueles que perderam seu emprego.

Migração forçada

Passados dois anos do início da implantação do Plano de Reabilitação, o número de trabalhadores da Corporação Mineira da Bolívia passou de 23 mil para sete mil. De acordo com fontes oficiais, somente 25% dos demitidos se encontram desempregados. No entanto, um estudo recente do Fundo Social de Emergência indica que só cinco por cento do total de desempregados con-



seguiram uma atividade estável. Uma grande parte dos operários se dedica agora ao contrabando; outra, aderiu ao cultivo e comercialização da coca; e uma terceira engrossa a fila dos subempregados nas principais cidades do país.

A maioria dos trabalhadores despedidos se viu obrigada a deixar os acampamentos das minas e mudar para centros urbanos, com tudo o que implica a busca de trabalho fora do seu ambiente. Assim, o Plano de Reabilitação da mineração boliviana trouxe, como consequência indireta, a formação de favelas na periferia das principais cidades, como La Paz, Tarija, Santa Cruz e Cochabamba. Na capital - La Paz -, as pressões dos desempregados são visíveis. No final do ano passado, eles realizaram várias passeatas, com a participação de suas famílias, para exigir novas fontes de trabalho e um melhor funcionamento do Fundo Social de Emergência, que se transformou em mais um dos tantos órgãos burocráticos da administração do Estado boliviano.

Durante 15 dias, cerca de mil trabalhadores com suas famílias acamparam na praça em frente à igreja de São Francisco, uma das mais antigas e principal centro de atração turística de La Paz. Com capas de plástico para protegê-los da tempestade, ali permaneceram, para reivindicar novas fontes de trabalho. O governo - que formalmente declarou que não negociará sob pressão - está oferecendo a eles soluções provisórias, como a contratação para o trabalho de pavimentação de ruas. Mas os mineiros exigem soluções de fundo.

A tensão provocada pelas inúmeras demissões agravou-se com o episódio ocorrido na mina Catavi, uma das maiores empresas do grupo Comibol. Catavi é uma antiga mina produtora de estanho, onde trabalham cinco mil operários com antiga tradição de luta. Como a empresa era deficitária, o governo decidiu fechá-la. Os trabalhadores se negaram a abandonar o local e resistiram à ordem judicial. As autoridades, então, decidiram triplicar o valor da indenização oferecida. Cerca de 200 trabalhadores aceitaram a proposta.

A greve de fome

Um setor dos trabalhadores atingidos pela reestruturação da Comibol de-

flagrou uma greve de fome que durou um mês e contou com a adesão de 1.500 trabalhadores e suas famílias. A greve fez vítimas inocentes: duas meninas, uma delas com sete meses, filhas de grevistas. Outras crianças também sofreram desidratação e desnutrição, correndo risco de vida. Quando o chanceler Guillermo Bedregal prometeu aos ex-mineiros a criação de fontes de trabalho "estáveis e produtivas" e a revisão das escalas de indenização, os grevistas decidiram suspender o movimento.

Um erro do governo

O governo de Paz Estenssoro não tem uma política habitacional definida, nem planos de educação ou assistência médica para os mais carentes. Também



Um futuro tão incerto quanto o do país

não está em condições de criar facilmente novas fontes de trabalho. Enquanto os desempregados perambulam pelas ruas, a "solução" dada se limita ao funcionamento do Fundo Social de Emergência e à continuação da política econômica de cunho liberal, com a qual - se anuncia - "o livre jogo dos fatores do mercado" surgirão as melhores soluções para a crise.

As casas de muitos mineiros agora são barracas. Alguns grupos de apoio social ajudam, temporariamente, criando oficinas de trabalho para as mulheres e buscando formas de proporcionar educação às crianças.

Em dezembro do ano passado, terminou o abono de 40 dólares com que o governo subsidiou os que perderam seus empregos; o mesmo ocorreu com a ajuda em assistência médica dada pela Caixa Nacional de Segurança Social. O futuro dos trabalhadores é tão incerto quanto o de toda a mineração boliviana, cuja produção de estanho se esgotou devido a fatores políticos, à má administração das empresas e a fatores externos, como os baixos preços do metal no mercado internacional.

A Bolívia, um país de antiga tradição mineira, concluiu seu ciclo produtivo, deixando milhares de trabalhadores e suas famílias na miséria, em meio a uma crise social que certamente deixará sequelas por muitos anos mais. ●

Foto pg. 20: Aldo Cardozo



Cerca de mil mineiros despedidos das estatais, na impossibilidade de encontrar outro trabalho, foram a pé para a região onde se dedicarão ao cultivo da coca

ÁFRICA DO SUL

Botha perde o rumo

O governo sul-africano recorre novamente à repressão indiscriminada em meio a crescentes indícios de que seu projeto de reformas está naufragando diante da radicalização política entre a ultradireita e os anti-racistas

Carlos Castilho

Depois das novas medidas represivas anunciadas pelo governo sul-africano, no final de fevereiro e no começo de março, sobraram poucas dúvidas sobre a forma pela qual o presidente P.W. Botha concebeu o seu controverso projeto de reforma do *apartheid*. Com o virtual fechamento de 17 organizações anti-racistas e a proibição para que grupos a favor da igualdade racial recebam recursos externos, ficou brutalmente claro que Botha age em função de conjunturas políticas, sem qualquer preocupação com mudanças estruturais destinadas a criar um novo modelo político e social para o país, onde a maioria esmagadora da população

não tem direitos civis.

Um balanço dos últimos atos do governo Botha, desde o final do ano passado, revela que todas as decisões apontadas como conciliadoras na verdade estavam voltadas para a opinião pública externa, visando a reduzir as pressões internacionais a favor de um bloqueio econômico total contra o *apartheid*. Tal foi o caso da libertação, em novembro, do veterano líder anti-racista, Govan Mbeki, após 23 anos de prisão; da troca de presos realizada com Angola em setembro do ano passado e o adiamento da execução de seis negros condenados à morte e que seriam executados na segunda semana de março.

Enquanto isso, no front interno, o governo se mostra cada vez mais duro no que se refere às organizações e personalidades envolvidas na campanha

a favor do fim das leis racistas no país. Botha tem usado com muita habilidade o seu senso de *timing* político. Pouco mais de uma semana depois de virtualmente fechar 17 organizações oposicionistas, fato que pôs em marcha uma onda de protestos em vários países europeus e nos Estados Unidos, o governo sul-africano suspenso temporariamente o enforcement dos "seis de Sharperville", realimentando as expectativas dos moderados europeus de um abrandamento do *apartheid*.

Mas, na verdade, o governo sul-africano deixou claro que está colocando em marcha uma estratégia cujo objetivo é destruir por todos os meios possíveis a oposição interna radical. Aos seus críticos externos, Botha afirma que o endurecimento político visa a neutralizar o crescimento da extrema-direita ultra-



O reverendo Allan Boesak (dir.) e o arcebispo Desmond Tutu participam de uma missa em apoio aos grupos anti-*apartheid* proscritos

racista e manter o poder nas mãos de um grupo que acena com reformas, sem, no entanto, chegar perto do nó central do problema sul-africano: a concessão de direito de voto aos 24 milhões de negros. Para a oposição anti-racista, a estratégia oficial perdeu, no entanto, qualquer *glamour* reformista, pois a distinção entre brancos reformistas ou duros se torna cada vez mais retórica.

Uma estratégia falida

Aparentemente, o governo resolveu agir agora antes que seja tarde demais. Os resultados das eleições suplementares de março no Transvaal mostraram mais uma vez o crescimento da ultradireita, e a equipe de Botha começou a perder o sono por causa das eleições municipais de outubro próximo. As novas medidas repressivas visam, em teoria, a acalmar os inquietos *afrikaners*, permanentemente tentados por soluções extremistas, e a fortalecer os índices de popularidade do governo.

Botha parece não dar importância à armadilha que ele próprio armou. Ao anunciar, em 1984, sua intenção de reformar o *apartheid* para agradar os aliados internacionais, o presidente sul-africano ficou marcado pelos *afrikaners* conservadores, e dificilmente se verá livre das suspeitas de ser demasiado brando para os negros. Por outro lado, todas as medidas repressivas que ele adotou, nos últimos dois anos, acabaram favorecendo mais a extrema-direita do que os supostos reformistas. A dinâmica do processo deflagrado por Botha, em 1984, aponta para uma direitização progressiva, porque cada vez fica maior a radicalização política entre os movimentos anti-racistas de massa e a minoria *afrikaner* ultraconservadora.

A ofensiva contra as organizações anti-*apartheid*, deflagrada no final de fevereiro, teve como alvo principal a Frente Democrática Unida (UDF), que tem hoje mais de dois milhões de membros. A Frente foi proibida de realizar qualquer atividade pública e de receber ajuda externa, o que a reduziu virtualmente à inatividade, num momento em que ela dava sinais de começar a ganhar a importantíssima "batalha de Natal" (ver matéria coordenada). Com o terreno livre, os adeptos de negociações com o regime racista voltam



Botha: cada vez mais rigoroso

a respirar aliviados temporariamente. Também saíram beneficiados setores da chamada "classe média negra", um grupo social que o governo pretende promover a todo custo para tentar criar um "interlocutor africano moderado" e favorável às "reformas" prometidas por Botha em 1984.

Coincidentemente, dias após o banimento da UDF, o governo começou a acelerar os investimentos para criar "áreas residenciais negras" em algumas cidades sul-africanas, para permitir que os africanos com maior poder aquisitivo — uma parcela ínfima da população não-européia do país — possam enfim usufruir os benefícios da eliminação da lei do passe, decretada no ano passado. A lei impedia os negros de morarem em áreas brancas, um eufemismo criado pelo *apartheid* para designar zonas residenciais dentro do perímetro urbano. A população negra, independente do seu poder aquisitivo, só podia morar nos subúrbios pobres e favelas. Com a extinção do passe (um passaporte interno), Botha substituiu a estratificação racial pela econômica nas zonas residenciais, sem que isso altere drasticamente a composição étnica das mesmas.

Além da UDF, outra organização anti-racista punida, porque vinha numa ascensão política acelerada, foi o Congresso Sindical Sul-Africano (Cosatu). A organização surgida há pouco mais de um ano e meio já era uma ameaça direta ao poder não só do governo como dos empresários brancos, e seguramente teria um papel crucial no esperado confronto entre o Estado e os sindicatos, quando entrar em vigor a nova lei

de greve. A Cosatu foi proibida de qualquer envolvimento com questões políticas, uma atitude impossível hoje na África do Sul, onde quase todos os problemas entre patrões e empregados passam pela questão racial.

Depois da decretação das novas medidas repressivas, a rigor sobrou apenas o setor religioso como única força legal envolvida com a luta contra o racismo. Quase todas as igrejas, com exceção da Igreja Reformada Holandesa, estão unidas na oposição ao racismo, e são hoje o principal vínculo da resistência de massas ao *apartheid* com o exterior no que se refere às denúncias de violação dos direitos humanos.

A nova unidade popular

Há pouco mais de dez anos, em 1977, o governo sul-africano fechou 18 organizações anti-*apartheid* e prendeu 47 ativistas negros. Depois desta primeira onda repressiva, sucederam-se cinco anos de relativa calma, período em que as organizações contrárias ao racismo foram obrigadas a recrutar novos quadros e promover uma dramática reorganização interna. Na época, logo após o levante de Soweto, era muito popular a tese de que a luta contra o *apartheid* deveria ser promovida apenas pelos negros, uma idéia lançada pelo Movimento Consciência Negra e criticada pelo Congresso Nacional Africano (ANC), a maior e mais antiga organização anti-racista da África do Sul.

Hoje, é pouco provável que o governo consiga sufocar as organizações negras por tanto tempo. O grau de unidade alcançado pelos vários movimentos é muito grande; já existe um ativo movimento de autodefesa e de luta armada; a coordenação entre os vários grupos permitiu o surgimento de organizações de massa como a UDF e a Cosatu; ao mesmo tempo em que o predomínio total da idéia de uma luta não-racial conseguiu atrair dezenas de brancos para a resistência ao governo. O presidente P.W. Botha não deve alcançar uma nova trégua igual a de 1977, e seu projeto de apresentar-se como um "mediador reformista" tende a naufragar numa crescente radicalização entre os ultra-racistas e o cada vez mais forte movimento de resistência ao *apartheid*.



Os seguidores de Buthelezi recorrem ao terror para intimidar os membros da UDF

Há mais de seis meses, a província de Natal tornou-se o centro da crise sul-africana, com batalhas diárias de rua em cidades como Pietermaritzburg. O desfecho desse confronto pode influenciar o futuro político do apartheid

A guerra dos zulus

“**V**ocês são da Inkhata ou membros da UDF?”. Essa pergunta, há quase um ano, vem tirando, diariamente, o sono dos cerca de 200 mil moradores do subúrbio negro de Edendale, na cidade de Pietermaritzburg, a capital da província de Natal, na África do Sul. Cerca de 320 negros de Edendale já morreram porque deram a resposta errada, ao atenderem estranhos à noite, na porta de casa. Desde agosto do ano passado, o movimento Inkhata, que se autoproclamou representante dos zulus, o maior grupo étnico negro da África do Sul, deflagrou uma guerra aberta contra os integrantes da Frente Democrática Unida (UDF), a maior organização anti-racista de massas do país.

Militantes da Inkhata — um grupo negro que defende um acordo com a minoria branca racista — saem em grupos de 10 ou 15, pelas estreitas ruas de Edendale, à noite, à procura de

simpatizantes da UDF.

A mesma rotina

Há dez meses, a rotina tem sido quase sempre a mesma. Um dos membros do grupo bate na porta de uma casa, pergunta a quem atender se é membro da Inkhata e, caso a resposta seja negativa, surgem duas alternativas: ou o morador preenche imediatamente uma proposta de ingresso na organização ou a casa é saqueada e seus ocupantes esfaqueados indiscriminadamente. Em outras situações, o procedimento é mais sumário. Se o morador for um simpatizante notório da UDF, a pergunta tem apenas caráter formal e os membros do grupo armado passam imediatamente ao ataque com requintes de selvageria.

Nem mesmo as crianças escaparam da violência. Na localidade de KwaNdengezi, membros da Inkhata obrigam

os alunos, em sua maioria de dez anos, a terem sempre à mão uma carteirinha de membro juvenil, para poderem frequentar as aulas. Caso não tenham o documento, são impedidos de assistir às aulas ou são submetidos a punições e humilhações. Com isso, a frequência, nas escolas da província de Natal, caiu em 80% e o Comitê Nacional sobre a Crise na Educação (National Education Crisis Committee — NECC) chegou a fazer um apelo direto ao ministro da Educação, Gerrit Viljoen, pedindo providências para garantir a liberdade dos alunos de assistirem às aulas.

O terror no subúrbio negro de Pietermaritzburg chegou a tais proporções, no ano passado, que a UDF e a Inkhata, sob mediação de organizações empresariais, religiosas e humanitárias, aceitaram negociar uma trégua. Aí, começou um novo *front* da campanha contra os adeptos da Frente Democrática Unida. Gatsha Buthelezi, o líder da Inkhata

e o chefe do bantustão Kwazulu, acusa a UDF de ser uma organização de fachada do proscrito Congresso Nacional Africano (ANC), a maior e mais antiga organização política anti-racista da África do Sul. Para se autodefender, a UDF criou grupos armados para proteger seus militantes e simpatizantes em Edendale. Além disso, a Inkhata passou também a perseguir e assassinar membros da Cosatu (Congress of South African Trade Unions), a maior central sindical anti-racista do país, igualmente acusada de ser uma organização controlada pelo ANC.

Cumplicidade da polícia

As negociações iniciadas, antes do fim do ano, foram interrompidas várias vezes até março, sem que nenhum resultado prático fosse alcançado. A Inkhata, contando com as simpatias da imprensa branca, procurou apresentar a sua participação no diálogo como uma prova de sua inocência na matança noturna em Edendale. Sem cobertura da imprensa e sem possibilidade de divulgar seus pontos de vista nos jornais independentes, devido à censura imposta pelo estado de emergência vigente desde 1986, a UDF não teve outra alternativa senão apelar para a polícia e para os tribunais. Depoimentos de personalidades que foram até Edendale, a pedido da UDF, mostram que a polícia se limita a um procedimento meramente burocrático, quando chamada para investigar os atentados da Inkhata. Houve casos em que os agressores foram ostensivamente protegidos pelos serviços de segurança do governo da província de Natal.

Em outubro do ano passado, os líderes da Inkhata realizaram uma reunião de cúpula nacional, quando ficou decidido que Gatsha Buthelezi pediria ao ministro da Lei e da Ordem, Adrian Vlok, para que todas as repartições policiais em Edendale fossem colocadas sob controle de adversários da UDF. Oficialmente, o governo sul-africano rejeitou o pedido porque Edendale fica fora do território Kwazulu e, portanto, organicamente fora da área na qual a Inkhata se considera o único poder.

Mas, na prática, os organismos de segurança do *apartheid* têm feito vista grossa até mesmo para as sentenças ju-

diciais, punindo adeptos da Inkhata, responsáveis pelo assassinato de membros da UDF. Só no ano passado, sete "vigilantes" (nome usado pelos grupos paramilitares da Inkhata) foram condenados por tribunais de Natal, mas nenhum deles está preso. Cerca de 240 outros processos, também envolvendo crimes de seguidores de Buthelezi se arrastam na justiça sem que os magistrados tenham pressa em punir os culpados.

Numa desesperada tentativa de buscar apoio externo, os moradores de Edendale criaram um Comitê de Crise. Goina Mfeka, porta-voz do comitê, em entrevista reproduzida pelo jornal inglês *Guardian*, negou que os conflitos nos subúrbios de Pietermaritzburg sejam o resultado de rivalidades étnicas. "É uma batalha política, disse Mfeka, onde as pessoas que apóiam uma solução



Gatsha Buthelezi, líder da Inkhata

progressista estão sendo perseguidas por aqueles que sustentam um acordo negociado com os racistas para dividir o poder, sem eliminar totalmente o *apartheid*".

O caráter político do conflito ficou evidente quando os principais dirigentes da Inkhata deram uma entrevista coletiva à imprensa, no final de dezembro último, em Durban, a maior cidade da província de Natal. Na entrevista, Buthelezi disse que a violência, em subúrbios como Edendale, Imbali, Sobantu e Taylor's Halt, foi provocada pelo fato de "ANC querer ser o único representante dos negros sul-africanos". O líder da Inkhata foi ainda mais longe ao afirmar que não permitiria a implantação de núcleos da UDF, Cosatu e ANC nos bairros negros da província de Natal, "porque este é um território zulu".

A batalha política

O controle político da província de Natal parece ser a questão chave por trás das matanças noturnas em Edendale. Desde 1984, quando a crise sul-africana entrou numa rápida radicalização, o ANC, a UDF e a Cosatu vêm ganhando gradativamente mais força diante de sua posição clara no combate ao *apartheid* e sua reivindicação de implantação do sistema de um homem um voto para todos os cidadãos da África do Sul, sejam eles brancos, negros, mestiços, indianos ou asiáticos. Por seu lado, a Inkhata viu sua reivindicação de hegemonia política em Natal sofrer um lento e aparentemente irreversível processo de erosão, devido a uma posição dúbia no que se refere à eliminação do racismo e dos privilégios da minoria branca.



Para Buthelezi, esse enfraquecimento se tornou crucial porque ele abala todo o projeto de criação de um regime multi-racial, mais conhecido como *Indaba*, através do qual o líder da Inkhata pretende implantar na província de Natal uma administração semi-autônoma, que, no futuro, poderia servir de modelo nacional. Buthelezi sempre acreditou que, ao tornar-se eventualmente o chefe da *Indaba* de Natal, estaria dando um passo decisivo para assumir o poder em toda a África do Sul.

A idéia de um governo misto em Natal ganhou força nos anos 70, quando as autoridades de Pretória tentaram obrigar os zulus a integrar um bantustão chamado Kwazulu, ao qual seria dada uma independência "fictícia", igual à do Transkei, Ciskei, Venda e Bophuthat-

suana. Mas Gatsha Buthelezi, habilmente, recusou a "oferta" de Pretória, ao constatar que, se cedesse, ele caminharia irreversivelmente para o mesmo processo de desmoralização interna e externa que atingiu os "presidentes" dos quatro bantustões citados, aos quais foi dada uma "autonomia". Apesar de recusar a "independência", Buthelezi aceitou, no entanto, que seu partido indicasse responsáveis por questões administrativas e assistenciais. Surgiu, assim, um compromisso entre o governo do *apartheid* e o líder da Inkhata, que passou a ser o dirigente "de fato" do bantustão Kwazulu.

Ao rejeitar a idéia da independência de Kwazulu, Buthelezi agradou à elite branca de Natal, que nunca aceitara a possibilidade de fragmentar ainda mais a província, onde já havia sido criado o bantustão de Transkei, que aceitou a "independência" proposta por Pretória. A economia de Natal sempre foi dominada pelas agroindústrias açucareiras que necessitam de grandes extensões de terra para garantir lucros elevados. Caso fosse criado o bantustão de Kwazulu, haveria a necessidade de dividir terras e haveria uma desvalorização das áreas em poder de fazendeiros brancos,

dada a proximidade de uma área negra.

Além disso, a burguesia de Natal sempre resistiu ao controle central exercido pelo governo de Pretória, e, desde 1948 (quando os *afrikaners* tomaram o poder), vinha insistindo num estatuto especial para a província. Os brancos de Natal achavam que era possível um acordo com as lideranças moderadas dos zulus, o maior grupo étnico da África do Sul (5,2 milhões de membros) e quase todos eles concentrados na província. A coincidência de interesses entre a elite econômica branca e a Inkhata, na questão da "independência" de Kwazulu, fez com que ganhasse força a idéia da Indaba, e mais especificamente daquilo que passou a ser conhecido como KwaNatal, ou seja um "bantustão multi-racial".

A questão da Indaba

O primeiro projeto de materialização da Indaba partiu dos usineiros de açúcar, que criaram a chamada Comissão Lombard. Essa comissão dividiu a província de Natal em sub-regiões, que teriam representação num parlamento e num executivo provinciais, eleitos por voto direto sem discriminação de raça.

O plano previa a possibilidade de áreas segregadas "voluntariamente", mas proibia o *apartheid* da forma como foi concebido pelos *afrikaners* na constituição republicana da África do Sul. O relatório da Comissão Lombard foi rejeitado pelo governo de Pretória e não chegou a entusiasmar a Inkhata.

A segunda proposta sobre a formação de KwaNatal surgiu a partir da Comissão Buthelezi, criada já no final dos anos 70, liderada pelo chefe da Inkhata e que procurava uma solução intermediária entre a proposta de eliminação total do *apartheid*, feita pelo ANC na Carta da Liberdade (redigida em 1955), e o plano da Comissão Schibusch, nomeada pelo governo sul-africano, prevendo a criação do parlamento tricameral (câmaras separadas para brancos, mulatos e indianos). A Comissão Buthelezi incluía representantes da classe média branca, grupos indianos moderados, delegados da indústria açucareira de Natal e, até mesmo, observadores dos grandes monopólios como a Anglo American (o maior grupo minerador da África do Sul).

O parecer final da comissão foi divulgado em 1982 e previa um modelo político baseado num termo complicada-

Inkhata: populismo paternalista

□ A Inkhata surgiu originalmente no começo deste século, sob a inspiração do rei zulu, Solomon Ka Dinuzulu, avô de Gatsha Buthelezi. O movimento, que na época visava a preservar as tradições culturais dos zulus, deixou de existir de forma atuante nos anos 50 e 60. No entanto, voltou a reaparecer em 1975, sob influência de exilados, como Sibusiso Bengu, que achava que as tradições culturais dos zulus, um povo guerreiro que, no século passado, resistiu ferrenhamente à penetração branca no interior, poderiam ser transformadas em instrumento de

libertação.

Por ser neto do rei Solomon, Buthelezi foi escolhido como líder da nova Inkhata e Bengu se tornou secretário geral. Mas, os dois se desentenderam logo depois e, em 1978, o secretário geral rompeu com a organização, denunciando que Buthelezi queria implantar uma ditadura pessoal. Bengu queria que a organização tivesse um programa, mas Buthelezi obstruiu toda possibilidade de entendimento e, com isso, as decisões da Inkhata passaram a ser fruto de uma única cabeça.

Nos anos 70, havia um clima de coexistência pacifi-

ca e até entendimentos ocasionais entre a Inkhata e o ANC. Mas, a partir de 1982, quando começou a crescer o prestígio dos movimentos radicais contra o *apartheid*, Buthelezi rompeu unilateralmente os contatos e entrou em conflito aberto. Os elementos de tendência socialista existentes dentro da organização foram, aos poucos, saindo e a sua direção ficou integralmente nas mãos de adeptos do tribalismo. A penetração da Inkhata entre os jovens caiu abruptamente.

A maioria dos dirigentes da organização de Buthelezi são hoje prósperos empre-

sários. A defesa de seus interesses pessoais passou a predominar sobre a promoção da cultura e das tradições zulus.

Mesmo sem ter aceito a "independência" de Kwazulu, Buthelezi é hoje uma espécie de ditador de um bantustão que não saiu do papel mas funciona na prática. Sibusiso Bengu, hoje trabalhando para a Federação Luterana Mundial, em Genebra, disse recentemente, numa entrevista ao boletim informativo *Southscan*, que a polícia controlada por Buthelezi recebe treinamento em Israel.



A juventude negra prefere a militância na UDF do que o reformismo da Inkhata

do, a "consociação" (*consociation*) e que propunha o seguinte: voto universal; parlamento eleito por critério proporcional e por uma representação mínima para grupos minoritários; poder de veto em questões culturais e de direitos individuais para minorias com menos de 10% da população; poder judiciário independente e um executivo também eleito. O Partido Nacional, no poder na África do Sul, rejeitou na íntegra o projeto da Comissão Buthelezi e os *afrikaners* ultraconservadores chegaram a classificar o projeto como "uma tentativa de criar um imperialismo zulu". Também o ANC recusou o plano, afirmando que ele não dava garantias plenas de que o voto da maioria seria refletido na composição do poder executivo.

Apesar das reações contrárias, Buthelezi e a burguesia branca de Natal foram adiante e firmaram, em 1984, o chamado "Acordo de Ulundi" (nome da cidade que seria a capital do hipotético bantustão Kwazulu), através do qual foram criadas várias comissões mistas (de brancos e membros zulus da Inkhata) para elaborar reformas econômicas, sociais e administrativas na província de Natal. Um ano depois, em 1985, o governo de Pretória adotou uma atitude mais simpática à tese da Indaba, mesmo sem aprová-la. O presidente P.W. Botha

começou a aceitar a idéia de eliminar os conselhos provinciais e substituí-los por organismos multi-raciais, o que levou os adeptos da Indaba a acreditar que essa alternativa poderia se transformar numa experiência aplicável a nível nacional.

Essa possibilidade aumentou o apetite político do chefe Gatsha Buthelezi, mas na sua retaguarda surgiram ameaças cada vez maiores ao seu projeto da Indaba. Desde 1986, os negros sul-afrikanos liderados pelo ANC e pela UDF entraram em estado de rebelião contra o governo da minoria branca, deflagrando uma crise que está abalando os alicerces do *apartheid*. O estopim da revolta foi o agravamento das condições econômicas da maioria negra segregada e a resistência dos *afrikaners* em fazer concessões. O clima de insatisfação já vinha crescendo desde 1976, quando houve a revolta de Soweto.

A revolta negra atrapalhou a Inkhata e Buthelezi, que propõem medidas conciliatórias e negociadas, num momento em que a esmagadora maioria dos negros já não aguenta mais as consequências do *apartheid*. Soweto já havia sido também um sintoma público do surgimento de uma geração mais jovem, disposta a tudo para quebrar o sistema de segregação. A dinâmica do processo

acabou jogando Buthelezi e a Inkhata para o lado conservador.

Para Pretória, os conflitos e o terror noturno, nos bairros negros de Natal, criaram a oportunidade de tentar vender, ao eleitorado branco sul-africano e ao público externo, a idéia de que a crise no país é o resultado de choques tribais entre facções rivais. Por isso, o *apartheid* tem tolerado e sutilmente incentivado a violência dos *warlords* (senhores da guerra) da Inkhata.

Mas, a dinâmica do confronto entre os adeptos de Buthelezi e os seguidores da UDF, Cosat e ANC está caminhando em outra direção. Cresce o ressentimento contra a Inkhata e, com ele, começa a ruir o plano de implantar a Indaba em Natal. Mesmo que o presidente P.W. Botha decida aceitar o projeto desenvolvido pela burguesia liberal e por Gatsha Buthelezi, será cada vez mais difícil convencer a população negra da província de que a mudança lhe será benéfica. Um dos líderes do Comitê de Crise de Edendale afirmou recentemente, numa entrevista ao jornal sul-africano *Weekly Mail*, que "quando a guerra noturna nos subúrbios de Pietermaritzburg acabar, Buthelezi estará reduzido a um fantasma". C.C. ●

Mapa: Adérito Gusmão

SRI LANKA

No fogo cruzado

Batticaloa, capital da província onde ocorrem os principais choques entre os separatistas tamis e as tropas indianas, vive em permanente tensão, sem que a população civil veja uma saída para o conflito



Os guerrilheiros tamis (esq.) agora enfrentam o exército do Sri Lanka (dir.), apoiado por tropas indianas (centro)

Richard de Zoysa

Um cachorro que atravessa a praça deserta de Batticaloa é o único sinal de vida entre as lojas fechadas e ônibus parados. Perto dali, no alto de um edifício de três andares, um súbito reflexo delata a posição de um atirador do exército indiano, que vigia a capital da província oriental do Sri Lanka. Batticaloa, cidade de 250 mil habitantes, está em *hartal*, uma paralisação total das suas atividades, convocada por Eros, a organização de estudantes separatistas tamis, em protesto pela detenção de quatro dos seus militantes por uma patrulha da polícia.

O clima na cidade é de tensão, pois

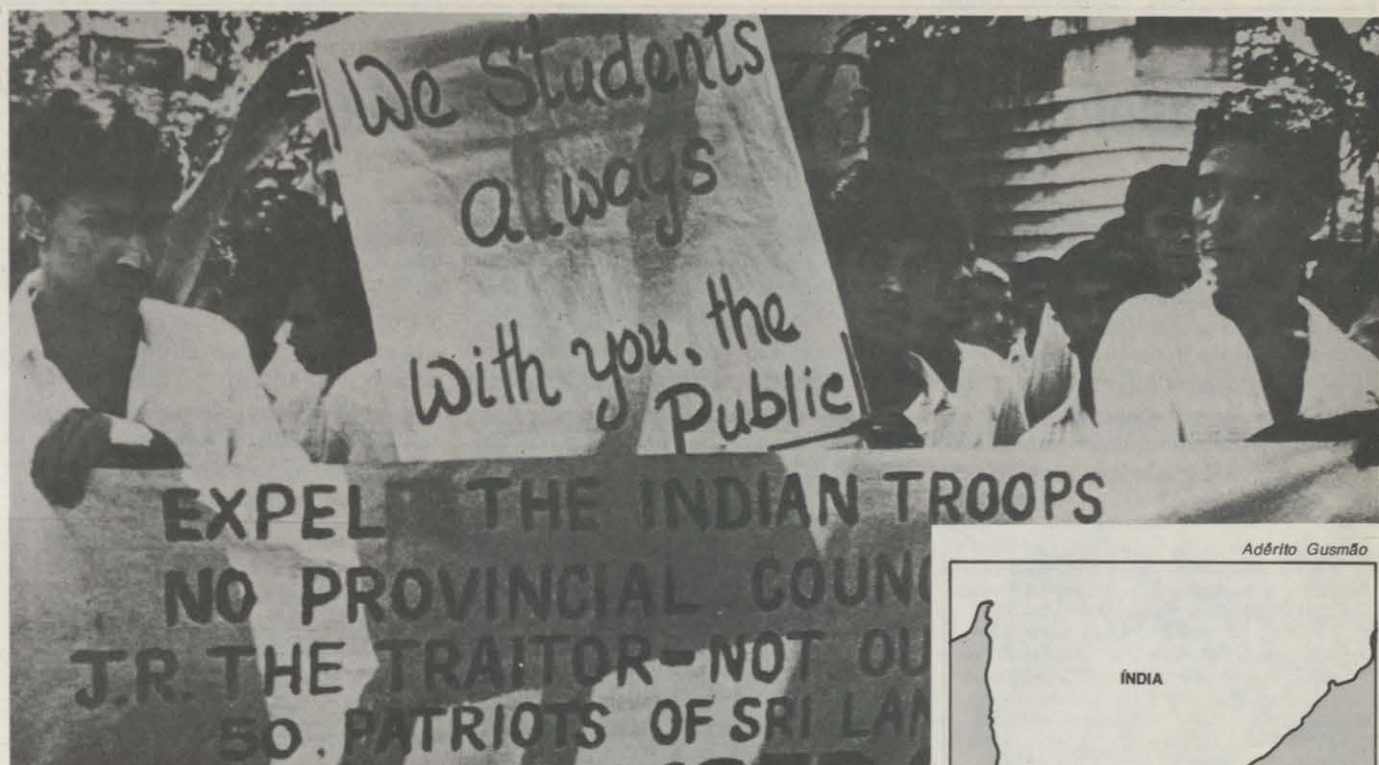
se vive uma violenta escalada do conflito étnico entre os membros da minoria tamil e a maioria cingalesa. Ou, dito de outra forma, entre os separatistas e o governo central de Colombo. A situação se complicou ainda mais por causa dos choques entre os Tigres da Libertação Tamil Eelam (LTTE) – a mais importante organização guerrilheira separatista – e as forças de pacificação enviadas pelo governo da Índia, a pedido das autoridades cingalesas¹.

“Antes, num dia de *hartal*, os extremistas costumavam explodir algumas bombas pela manhã para dissuadir as pessoas de ir para o trabalho, mas agora a população está tão condicionada que basta anunciar a paralisação para que fiquem em casa”, afirma o bispo católico da cidade, monsenhor

Kingsley Swamipillai.

Essa mudança de comportamento é típica da gradual quebra da outrora dinâmica atividade dessa cidade litorânea, onde as tropas indianas e os Tigres tamis estão envolvidos numa guerra de desgaste, na qual frequentemente corre sangue de cidadãos civis. “Estamos cercados pelas paralisações gerais e pelo toque de recolher das forças indianas. Nesse ritmo, toda atividade acabará desaparecendo de Batticaloa”, diz Mohammed, muçulmano que gerencia um pequeno restaurante numa das principais esquinas da cidade.

O toque de recolher entrou em vigor, no distrito de Batticaloa, desde que começaram as hostilidades entre os Tigres e o exército indiano, em outubro de 1987, depois que os guerrilheiros se ne-



Estudantes cingaleses protestam contra a presença de tropas indianas na ilha

garam a depor suas armas, como estipulava o acordo de paz assinado pela Índia com o Sri Lanka, em julho do mesmo ano. Os choques deixaram dezenas de civis mortos. "Fazemos nossas compras diárias o mais rápido possível e corremos para casa, pois nunca se sabe quando pode acontecer algo", diz A. Joseph, proprietário de um cinema e de uma pensão numa das margens da lagoa, em torno da qual se ergue a cidade. O cinema está fechado há seis meses e a pensão recebe apenas um ou outro jornalista que deseja ver de perto como a cidade se esvazia lentamente.

Mãos amarradas

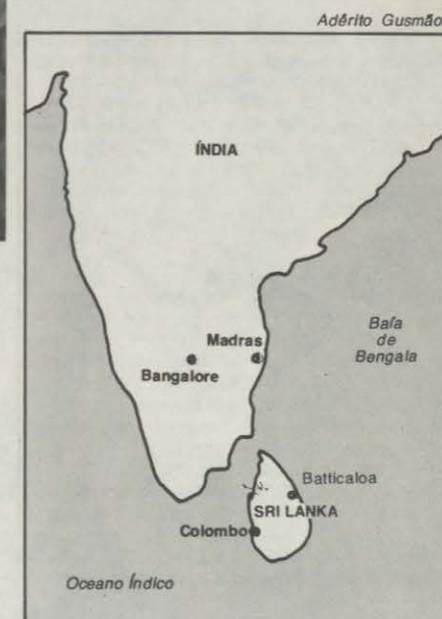
No hospital público, com 600 leitos, os médicos comentam suas dificuldades. "Quando há tiroteio na cidade, os motoristas de ambulâncias muitas vezes se negam a ir buscar os feridos", conta a dra. Sivapalan, médica superintendente do hospital. "A verdade é que não se pode criticá-los, pois um motorista foi morto há poucos anos. Além disso, quando avisamos por telefone ao comando indiano que vamos mandar uma ambulância, sempre nos advertem para não sairmos até que tenha cessado

o fogo", explica a doutora. Os pacientes, por sua vez, dizem que isso costuma levar muito tempo, às vezes horas. "Se um guerrilheiro cai ferido, seus companheiros o carregam, mas se um civil fica ferido, costuma ficar atirado na rua até que acabe tudo", relata um jovem que foi vítima dessa dramática experiência.

Suddahan, de sete anos, é outro sobrevivente de um confronto, e está internado na sala 7 do hospital dirigido pela dra. Sivapalan. Ele e sua mãe, Lurthumani, andavam pela rua East Bar, quando as tropas indianas abriram fogo depois de um ataque dos Tigres, a 26 de janeiro passado. A mulher morreu no mesmo instante e Suddahan levou um tiro na perna, escondendo-se atrás de sua mãe, sem perceber que ela já estava morta. Só foi resgatado na manhã seguinte.

"O tiroteio começou às quatro e meia da tarde e continuou durante uma hora, com um pequeno intervalo. Então, soou o toque de recolher e achamos que tínhamos apanhado todos os feridos. Aí, deixamos os outros corpos na rua, com medo de desrespeitar o toque de recolher. Só na manhã seguinte descobrimos o menino", relata um dos vizinhos.

"Os indianos e os tigres estão tra-



vando uma batalha que é vital para os interesses estratégicos de ambos, e nós ficamos no meio do fogo cruzado", diz C. Selvaratnam, delegado do governo de Batticaloa, o funcionário mais graduado da administração central em todo o distrito. "Um conflito como esse, entre um poderoso exército convencional e uma pequena mas eficiente força guerrilheira pode continuar eternamente", diz outro funcionário do governo. "Cada lado deve admitir que seu adversário é tão forte quanto ele mesmo", conta.

A Índia concentrou suas tropas em Batticaloa, em janeiro e fevereiro passados, naquilo que muitos observadores consideram o prelúdio de uma "ofensiva final" contra os Tigres, mas poucos habitantes da região acreditam que o

Assassinado por defender o fim da violência

□ Vijay Kumaranatunga, famoso ator de cinema e líder do Partido Popular de Sri Lanka (SLMP), de oposição, partidário de negociações com os separatistas tamsis, foi morto em 16 de fevereiro passado num atentado em Colombo, capital de Sri Lanka. Kumaranatunga, de 42 anos, foi metralhado quando estava sentado na varanda de sua casa, nos arre-

vereiro, juntamente com outras forças de esquerda, à Frente Revolucionária Popular de Libertação Tamil (EPRLF), o primeiro grupo militante tamil integrado à política institucional do país, depois de ter deposto as armas, ano passado, no acordo de pacificação indiano-cingalês.

Kumaranatunga apoiava o acordo, mas se opunha à presença no país de

étnicas da ilha: "Cingaleses e tamsis se afastaram tanto uns dos outros, que é necessário um diálogo para quebrar a incomunicabilidade", afirmou. Embora não apoiasse as reivindicações tamsis de um Estado separado no nordeste do país, Kumaranatunga via com simpatia sua causa. "Os separatistas tamsis não lutam contra o povo cingalês e sim a favor dos seus direitos políticos", costumava dizer.

Os grupos cingaleses de linha dura acusavam o ator-político de ser demasiado brando com os grupos guerrilheiros tamsis. Embora ninguém tenha assumido a morte de Kumaranatunga, o ataque é semelhante a outros atentados realizados pelo grupo extremista ilegal Frente Popular de Libertação (JVP).

O governo de Sri Lanka atribui ao JVP mais de 100 mortes desde a assinatura do acordo de paz, em julho do ano passado, inclusive um ataque com granadas ao Parlamento que quase custou a vida do presidente Junius Jayewardene. O JVP repudiou o tratado indo-cingalês, considerando que ele viola a soberania do país e acusou Jayewardene de traidor, depois do quê, centrou seus ataques nas forças de segurança e membros do Partido Nacional Unificado (UNP), no poder.

Alguns analistas políticos assinalam que a morte de Kumaranatunga pode estar relacionada com a formação da Aliança Socialista Unificada, na qual se juntaram o SLMP e o partido tamil EPRLF, até pouco tempo um grupo armado, além do Partido Comunista de Sri Lanka e do trotsquista LSSP. Kumaranatunga era casado com a filha da ex-primeira-ministra Sirimavo Bandaranaike, líder do oposicionista Partido da Liberdade de Sri Lanka (SLFP), com o qual esteve aliado até depois das últimas eleições, quando se afastou, levando consigo o setor de esquerda daquela organização política.



Tamsis prisioneiros: o ator e político foi assassinado por defender seus direitos

dores da capital, e já chegou morto ao hospital para onde foi levado imediatamente. O excêntrico ator era a estrela em ascensão da política cingalesa, atividade que somava a uma brilhante carreira cinematográfica, como protagonista de mais de 25 filmes.

Político moderado progressista, seu partido se aliou no início de fe-

trozas indianas enviadas para controlar sua aplicação. Antes do pacto, viajou várias vezes a Madrás, capital do estado indiano de Tamil Nadu, para conversar com dirigentes tamsis de Sri Lanka, exilados ali, e convencê-los a negociar.

Há alguns meses, Kumaranatunga tinha declarado que seu objetivo era unir outra vez as duas comunidades

exército convencional possa acabar com os guerrilheiros tamis.

"Ninguém se opõe à paz e deve ser encontrado um acordo, de alguma maneira. Eu, porém, tenho as mãos amarradas", diz Selvaratnam, referindo-se à proibição seletiva imposta pelos Tigres ao funcionamento da máquina do Estado cingalês. "Os serviços de transporte, distribuição de alimentos e educação estão permitidos, mas pouco posso fazer para reassentar os refugiados ou fornecer rações extras para as pessoas atingidas pela violência, porque tanto eu quanto o meu pessoal estamos proibidos de ir para nossos escritórios", explica o funcionário.

Os mais atingidos

"O maior problema é com os diaristas", comenta monsenhor Swamipillai. Quando é suspensa a atividade normal, trabalhadores agrícolas, carpinteiros, pedreiros e vendedores ficam desamparados. Os mais atingidos, diz o bispo, são os pescadores da lagoa de Batticaloa, rica em peixe, lagosta e camarão. "Desde que aumentaram as ações guerrilheiras, a pesca foi seriamente restringida e, às vezes, até mesmo totalmente proibida", explica. As forças do governo, que combateram a guerrilha tamil de 1983 a 1987, e agora as tropas indianas, suspeitam que os pesca-



Tigres tamis: pela autodeterminação

dores colaboram com os Tigres, que passariam armas do litoral, para suas bases no interior da região, através da lagoa. Mas as pessoas da cidade dizem que as dificuldades econômicas obrigam os pescadores a sair para o mar, apesar dos riscos.

"Há muito tempo que estamos acostumados aos tiroteios, aos confrontos de cada dia e a ver morrerem jovens, mas não é um clima apropriado para as crianças", diz um professor do colégio Saint Michel. Nas ruas vazias de Batticaloa, as crianças acenam e sorriem para os carros cheios de soldados indianos, que atravessam a cidade com suas armas prontas para atirar. Seus pais olham inexpressivamente das portas e das janelas e, algumas mães, com espírito protetor, correm para pegar as crianças e pô-las para dentro de casa. "Hoje foi um dia tranquilo", diz Rasamalar, 24 anos e mãe de dois filhos. "Mas aqui a paz só dura um dia ou dois; já perdi a esperança de que a vida volte à normalidade", conclui ela. ●

¹ O acordo firmado entre os governos do Sri Lanka e da Índia, a 29 de julho de 1987, estipulava que as autoridades cingalesas concederiam um certo grau de autonomia à minoria tamil, cujos dirigentes reivindicam um estado separado no norte e no leste da ilha. Em troca, a Índia — que tem um importante contingente de população tamil no estado sulista de Tamil Nadu, separado da ilha de Sri Lanka pelo estreito de Palk — se comprometeu a supervisionar a rendição dos Tigres tamis, o grupo mais poderoso da guerrilha separatista. Os Tigres, no entanto, se recusaram a depor armas e continuam sua luta, agora contra os 50 mil soldados indianos.

Mães em greve de fome

□ A "Frente de Mães", da cidade de Batticaloa, realizou uma greve de fome de nove dias, exigindo o cessar-fogo imediato por parte das tropas indianas, seguido de negociações com os guerrilheiros tamis. Em meio à tensão em que vive ultimamente a capital da província oriental em disputa, a greve de fome de várias senhoras, cuja média de idade é de 50 anos, contribuiu para acirrar ainda mais os ânimos da população civil. Os moradores de Batticaloa exigem uma solução negociada para o conflito étnico que, há anos, se desenvolve em Sri Lanka.

Enquanto isso, a imprensa difundia versões de que poderiam se reali-

zar em breve negociações tripartites entre os governos de Sri Lanka e da Índia com os Tigres tamis. "Alguns emissários dos Tigres teriam estado em contato com o Alto Comissário da Índia em Sri Lanka, J.N. Dixit, e com o governo de Colombo, mas o futuro das conversações depende da deposição das armas por parte dos Tigres", noticiou a imprensa. "Não se pode chegar a nenhum acordo que contrarie os princípios do pacto de paz assinado em julho de 1987 pela Índia e Sri Lanka", declarou a respeito o Alto Comissário.

A especulação acerca da possibilidade de novas iniciativas de paz sur-

tiu quando o governo de Sri Lanka começou a preparar eleições com a finalidade de estabelecer um Conselho Regional semi-autônomo para as províncias do norte e do leste, onde vive a maioria da população tamil.

As eleições são um fator importante na execução do acordo de paz, mas estima-se que dificilmente poderão ser realizadas se os Tigres não aceitarem se incorporar ao processo democrático. Versões divulgadas em Colombo, em março passado, indicavam que o governo de Sri Lanka estaria disposto a chegar a um acordo com os Tigres sobre um governo interino compartilhado.

BUTÃO

O dragão fecha as portas

O pequeno reino do Himalaia acaba de proibir o turismo ocidental, a fim de preservar seu patrimônio cultural



O rei Singye Wangchuk III (foto ao alto): preservando a fé budista e a cultura tradicional do seu país

A cautelosa abertura turística iniciada pelo Butão em 1974 estava lhe rendendo dois milhões de dólares por ano, mas os governantes desse país de 47.000km², encravado no meio do Himalaia, consideraram que essa quantia não compensava a perda de sua cultura tradicional.

A partir de 1º de janeiro, esse país, vizinho da Índia e do Nepal, fechou suas fronteiras aos visitantes e suas agências de turismo no exterior (menos uma, na Índia) e proibiu o acesso de estrangeiros

a todos os seus mosteiros, templos e montanhas sagradas. Conhecido como o "reino do dragão", o misterioso Butão se conserva bem à margem da indústria mundial do turismo, mantendo-se ao alcance só de viajantes com alto poder aquisitivo, que não foram atingidos pelas restrições atuais. O país continua admitindo turistas, mas somente em grupos e a preços muito elevados.

Os funcionários butaneses não hesitam ao dizer que não querem repetir o erro do vizinho Nepal, invadido por cer-

ca de 250 mil visitantes anualmente. O diretor do órgão que administra o turismo no país, Jigme Tshultim, disse recentemente a um grupo de agentes de viagens norte-americanos, que as restrições foram adotadas porque o turismo estava "minando a fé budista". As medidas tomadas se baseiam nas recomendações de uma comissão especial de assuntos culturais, encarregada de estudar os efeitos do turismo sobre os habitantes do país, que levou um relatório ao Parlamento butanês sobre o

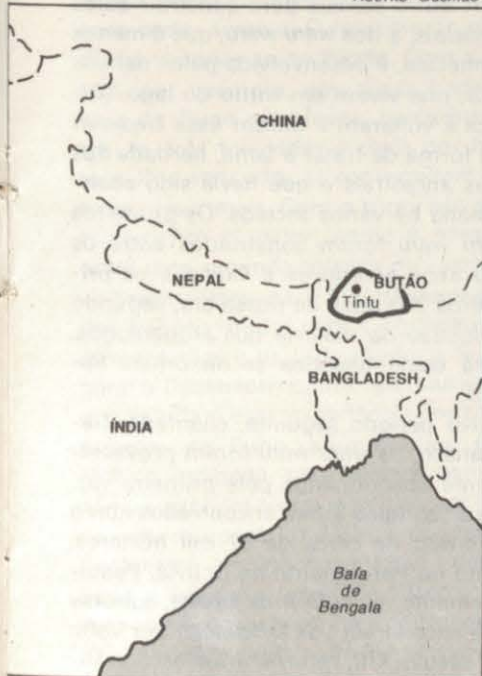
triste quadro de deterioração cultural imposto pelo turismo. "O turismo – diz o relatório – estava atingindo a sacralidade dos mosteiros budistas, profanando relíquias sagradas e corrompendo a população" (a maioria dos habitantes do Butão é budista, a religião oficial, e muitos vivem em mosteiros, verdadeiros centros educacionais).

A felicidade em estado bruto

Mais de 50 mosteiros e templos, além de valiosas peças, têm sido roubados desde 1974, um saque que se atribui ao fluxo de turistas estrangeiros e sua vontade de levar "lembranças de viagem". Na verdade, a erosão do acervo cultural do Butão não é comparável às perdas sofridas pelo Nepal, mas as autoridades locais temem que o turismo não-controlado leve o país pelo mesmo caminho.

As novas medidas limitarão também a afluência de estrangeiros ao Festival Anual da Primavera, em Paro, próximo à capital, Timphu. Os poucos turistas que conseguirem entrar no Butão pagarão nos hotéis uma tarifa especial de 200 dólares diários. Todos os picos do Himalaia estão agora fechados a turistas e as expedições de montanhistas que forem autorizadas não poderão escalar os montes sagrados.

Adérito Gusmão



Uma cultura milenar que se defende

O Banco Mundial classifica o Butão como um dos países menos desenvolvidos do mundo, com uma renda per capita de 140 dólares, em 1986. Contudo, a maioria dos 1,3 milhão de butaneses tem uma qualidade de vida muito superior à dos habitantes dos vizinhos Nepal e Índia. O país é auto-suficiente em arroz, trigo e milho e a população fabrica sua própria roupa, sem recorrer às lojas.

Além disso, o Butão é o país que mais recebe ajuda exterior no mundo, por pessoa. Os fundos provenientes da Índia, das Nações Unidas, Japão e países escandinavos somam 80 dólares anuais por habitante. Por isso, é difícil que os governantes butaneses lamen-

tem a perda das divisas dos turistas na hora de fechar o seu orçamento.

Em uma conferência de especialistas em turismo, em Bangkok (Tailândia), no ano passado, um *expert* indiano comentou que o rei do Butão, Jigme Singye Wangchuk, disse a uma missão do Banco Mundial que não estava interessado no "GNP" (a sigla, em inglês, de Produto Nacional Bruto), mas sim na "GNH". Diante da perplexidade dos indiferentes economistas de Washington, o monarca esclareceu: "A 'Gross National Happiness', isto é, a Felicidade Nacional Bruta do meu povo".

Fotos: pg.32, Unicef; pg.33, Nils Hartmann



Muitos vivem em mosteiros, verdadeiros centros educacionais

PERU

Uma técnica ancestral eficaz

Os "waru waru", técnica pré-colombiana da nação 'kolla', são utilizados com sucesso para recuperar terras cultiváveis, depois de devastadas por inundações

Abraham Lama

Durante as terríveis inundações do ano de 1982, para enfrentar a devastação causada pela fúria da natureza, os camponeses do departamento (estado) de Puno, no sul do Peru, recorreram a técnicas usadas pelos habitantes da região no período pré-incaico. Um método, que durante mais de 150 anos de vida independente do país tinha se perdido – e que já havia sido deixado de lado na etapa da colonização espanhola –, foi resgatado pela memó-

ria coletiva e aplicado com sucesso na região do lago Titicaca. Trata-se dos *waru waru*, uma técnica agrícola pré-histórica, cuja tradução em português poderia ser "camelinhos", montículos de terra preparados para fins agrícolas com lama extraída do fundo dos alagadiços e cuja fertilidade é notável.

Os forasteiros que chegam a Puno reagem com surpresa quando descobrem que os nativos constroem dois tipos de solo artificial, as "ilhas flutuantes" (feitas de *titora*, um caniço das margens do lago) e os *waru waru*. As ilhas flutuantes são construções que tornaram o lago Titicaca famoso no

mundo inteiro, por meio de relatos dos turistas, que aí chegam, atraídos pela beleza da região e pelo encanto da cultura indígena, preservada, naquelas alturas andinas, com muitas das suas características ancestrais. Algumas dessas ilhas flutuantes são habitadas por cerca de cem famílias, os *uros*, um grupo étnico cuja origem se perde na história. Outras são habitadas por uma ou duas famílias e, em algumas delas, chega a haver pequenas aldeias, com igreja e até mesmo um pequeno campo de futebol.

Os *uros*, que se dedicam à pesca no lago sobre o qual vivem flutuando, também fazem artesanatos de *titora* e tecidos e têm que renovar, todos os dias, as suas ilhas, arrancando os caniços das margens, para substituir os que vão apodrecendo pela ação da água.

Desde antes de Cristo até hoje

A outra técnica para construir solos artificiais, a dos *waru waru*, que é menos conhecida, é desenvolvida pelos nativos *kolla*, que vivem em torno do lago Titicaca e voltaram a utilizar essa tradicional forma de tratar a lama, herdada dos seus ancestrais e que havia sido abandonada há vários séculos. Os primeiros *waru waru* foram construídos entre os 300 anos anteriores a Cristo e os primeiros 300 anos de nossa era, segundo a opinião da maioria dos arqueólogos. Essa etapa histórica se denomina *Pucará*.

No período seguinte, chamado *Tiahuanaco*, os *waru waru* foram provavelmente abandonados pela primeira vez. Seus vestígios foram encontrados numa extensão de cerca de 82 mil hectares, tanto no Peru quanto na Bolívia. Posteriormente, os *kolla* e os *lupaca*, culturas que sucederam aos *tiahuanaco* por volta do século XIII, retornaram a essa práti-



Um "cavallito de totora", barco construído com junco das margens do Titicaca

ca. Os arqueólogos e os historiadores concordam em afirmar que a técnica de criação de solos agrícolas em áreas inundadas, sua manutenção e exploração, perdeu-se durante o período incaico, provavelmente em consequência dos *mitimaes* impostos pelos incas.

Os *mitimaes* implicavam o exílio maciço e obrigatório das comunidades que resistiam à conquista. Provavelmente, os habitantes das regiões ribeirinhas do lago Titicaca foram levados para o alto da cordilheira, para tornar cultiváveis os solos, trabalhando na técnica de terraços nos morros, que era o processo preferido pelos incas para as suas lavouras.

O certo é que o emprego dos *waru waru* acabou se perdendo. Nenhum indígena da meseta de Puno tornou a utilizá-los durante a colonização espanhola e nem nas etapas posteriores.

Foram as terríveis inundações de 1982 que obrigaram as comunidades nativas de Puno a recorrer à experiência e à tecnologia dos seus antepassados.

Criar na adversidade

Durante mais de um ano, as águas do lago Titicaca, que cresceram quase meio metro, mantiveram alagadas as chácaras vizinhas. Foi nessa situação que os camponeses recorreram aos *waru waru*. Amontoaram o lodo e formaram quadrados de terra agrícola de um metro acima do nível geral do terreno, para poder semear. O rendimento obtido foi superior ao de hábito. Com a batata, por exemplo, nas terras tradicionais de Puno se obtém, aproximadamente, três toneladas e meia por hectare. Nos *waru waru*, se conseguiram dez toneladas a mais. Com o trigo, não só o rendimento é maior, como é possível obter uma segunda colheita no inverno.

Especialistas da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) e da Sida (Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional), que estudam essa experiência dos camponeses de Puno, afirmam que essa técnica indígena não apenas permite que se ganhem terras para uso agrícola ou para recuperá-las de uma inundação. Destacam, em primeiro lugar, que a água é utilizada mediante sistemas de drenagem, o que permite a conservação da umidade e ajuda a preservar o solo.



Adérito Gusmão

Os camponeses do altiplano peruano (a 3.850m c'e altura, sendo Puno a cidade mais importante da região) afirmam que a técnica indígena dos "waru waru" não só ganha novas terras cultiváveis como também recupera as alagadas

A fertilidade é aumentada pela matéria orgânica (formada pelos resíduos de insetos, moluscos, sapos e peixes que morrem na época da seca), dissolvida na água que corre entre os *waru waru*. Eles acrescentam que esse sistema tem o mérito de atenuar o rigor das geadas, o problema mais difícil no planalto do Titicaca, cuja altitude média ultrapassa os quatro mil metros sobre o nível do mar.

Durante o dia, a água dos canais absorve a radiação solar, alcançando temperaturas de até 33°C e, durante a noite, vai se esfriando lentamente, emanando um calor que reduz o rigor das geadas que costumam queimar as lavouras.

Os especialistas citados dizem que a experiência dos *waru waru* pode se entender e se adequar, como faziam os antecessores desses agricultores nati-

vos, aos ciclos de inundação e seca, extremos típicos dessa região. Os *kolla* tinham "camelinhos" preparados mesmo nas partes distantes das margens do lago Titicaca, até onde as inundações podiam alcançar.

No fatídico ano de 1982, muitos camponeses perderam suas terras nas inundações e, acossados pela fome, foram para as cidades do litoral, onde o destino não lhes foi menos cruel.

Se voltar a se repetir uma situação de emergência como aquela, os agricultores nativos poderão continuar cultivando suas terras, usando a técnica dos *waru waru*. Mas, para que isso seja possível, é preciso que se adotem as medidas necessárias a fim de ajudá-los a construir os "camelinhos" de forma maciça e rápida.

Fotos: p.34, Hamilton Wright; p.35, Fran Antmann; mapa, Adérito Gusmão

Pescar mais e melhor

Um professor da Universidade de Nairóbi instala-se numa colônia de pescadores do lago Vitória, para estudar os hábitos da comunidade e desenvolver formas de melhorar o processamento do pescado

Andrea Prazmowski*

Na praia, as pessoas esperavam com ansiedade, os olhos fixos no pequeno barco pesqueiro de vela azul. À medida que avançava, o grupo se aproximava da água, seguido por crianças descalças.

Quando o barco atracou, os compradores disputaram um bom lugar, tanto para ver como para comprar o peixe. Imediatamente, as seis enormes percas do Nilo foram levadas à praia para serem pesadas e avaliado seu preço. A cena se repete centenas de vezes por dia, nas muitas praias de desembarque do lago Vitória, que abrange três países africanos: Quênia, Uganda e Tanzânia. É com rapidez e até um sentido de competição que cada peixe passa rapidamente dos barcos aos compradores, para processamento ou para venda no mercado, onde se vai a pé, de bicicleta ou de ônibus.

Embora a indústria pesqueira tenha sido responsável por apenas 0,2% do PIB do Quênia entre 1971 e 1981, para as etnias *luo* e *luya* — que vivem da exploração do lago Vitória — ela é um grande negócio. É, sem dúvida, sua atividade econômica mais importante. Também é a maior fonte de proteína para os seis milhões de habitantes da bacia do lago Vitória, no território do Quênia. A pesca, o processamento e a comercialização desse produto empregam quase a metade da população em idade produtiva.

Os outros programas econômicos são limitados. As chuvas são escassas, o solo é pobre, a agricultura é basicamente de subsistência e são poucos os trabalhos remunerados. O maior "produto de exportação" da região tem sido



A pesca é a atividade mais importante da região às margens do lago Vitória

o êxodo dos habitantes para Nairóbi, a capital, e outras cidades.

Os esforços para aumentar a oferta de emprego e melhorar o nível de vida da população da região devem se concentrar na indústria pesqueira, diz o dr. Gilberto Ogutu, um sociólogo queniano, professor da Universidade de Nairóbi. O dr. Ogutu espera que a pesquisa que ele realiza no lago Vitória, patrocinada pelo CIID¹, indique as formas de tornar a indústria pesqueira mais produtiva, assegurando, ao mesmo tempo, que os benefícios permaneçam na região.

O lago Vitória é o maior produtor de peixe do Quênia. De meados da década de 70 até 1981, sua produção anual aumentou de 17 mil para mais de 39 mil

toneladas. O governo queniano estabeleceu uma meta de produção de 50 mil toneladas para 1988, uma cota substancial da meta nacional de 120 mil.

O dr. Ogutu cresceu a poucos quilômetros do lago. E foi testemunha da crescente comercialização e modernização da indústria pesqueira e da diminuição de certas espécies de peixes, à medida que novos tipos foram sendo introduzidos no lago. Também ele tem observado os efeitos sociais do rápido crescimento demográfico na área e do alto índice de desemprego entre os que concluíram seus estudos, muitos dos quais recorrem à indústria da pesca para conseguir emprego.

Em sua atual pesquisa, o dr. Ogutu espera descobrir como os responsáveis pela política pesqueira e as pessoas que trabalham nessa área podem responder melhor às mudanças dessa indústria. A pesquisa está voltada para as condições sócio-econômicas dos pescadores e dos comerciantes de peixe, as razões de seu êxito ou fracasso, seus vínculos com outros ramos da economia e as cadeias de comercialização.

Desde abril de 1985, dr. Ogutu e seus assistentes estudam quatro distritos pesqueiros quenianos, concentrando-se em 12 praias centrais de desembarque. Eles usam dados oficiais de 1984 e 1985, assim como suas próprias observações feitas no extenso litoral de 64 praias de desembarque e em 52 mercados.

Benefícios desiguais

A pesquisa chamou a atenção para uma das maiores preocupações do dr. Ogutu: as pessoas que fazem o grosso do trabalho de seleção e processamento do peixe não recebem uma cota adequada de benefícios.

O pescador típico é um jovem casado, entre 21 e 35 anos, provavelmente só com o curso primário. Mais da metade deles trabalham como contratados e só 12% possuem seus próprios barcos.

Embora a sua receita média mensal seja alta para o nível local — mais ou menos 92 dólares —, a maior parte fica para os proprietários das embarcações e dos instrumentos de pesca.

Da pesca total diária de cada barco, paga-se somente 10% aos trabalhadores, normalmente quatro homens por

**No desenvolvimento
da Indústria Petrolífera
para a reconstrução de Angola,
Sonangol é vital
para o futuro**



SONANGOL

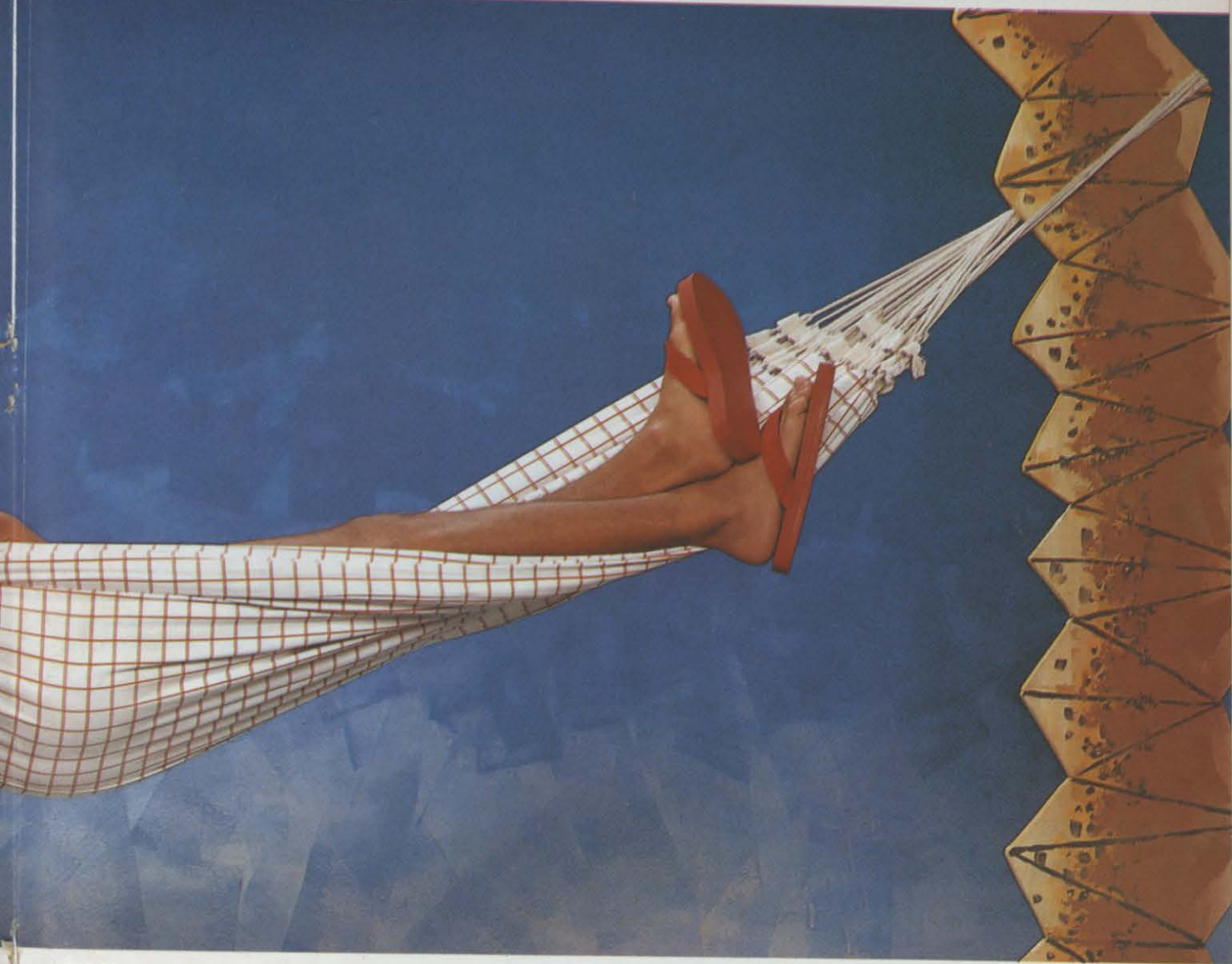
SOCIEDADE NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS DE ANGOLA
C.P. 1316 - LUANDA - TELEX 3148 - 3260

Acerte sua vida.



Prêmios para quadra, quina, Sena, Sena anterior

Acerte na Sena



e Sena posterior. Aposta única: 60 cruzados.

Todo mundo está perguntando. SENA? O que é SENA? É o rio da França? É cena de filme? Não é nada disso. SENA é uma nova Loteria de Números, onde você só pode apostar 6 números. O que dá a todo mundo as mesmas chances de ganhar. Quem acerta os 6 números sorteados faz a sena. E fatura milhões de cruzados. Ganha também quem fizer a **quadra**, a **quina**, a **sena anterior** e a **sena posterior**. Sena anterior é o acerto de cada um dos números imediatamente anteriores a cada um dos números sorteados. Sena posterior é o acerto de cada um

dos números imediatamente posteriores a cada um dos números sorteados. Veja o quadro.

COMO CONFERIR SEU JOGO EXEMPLO

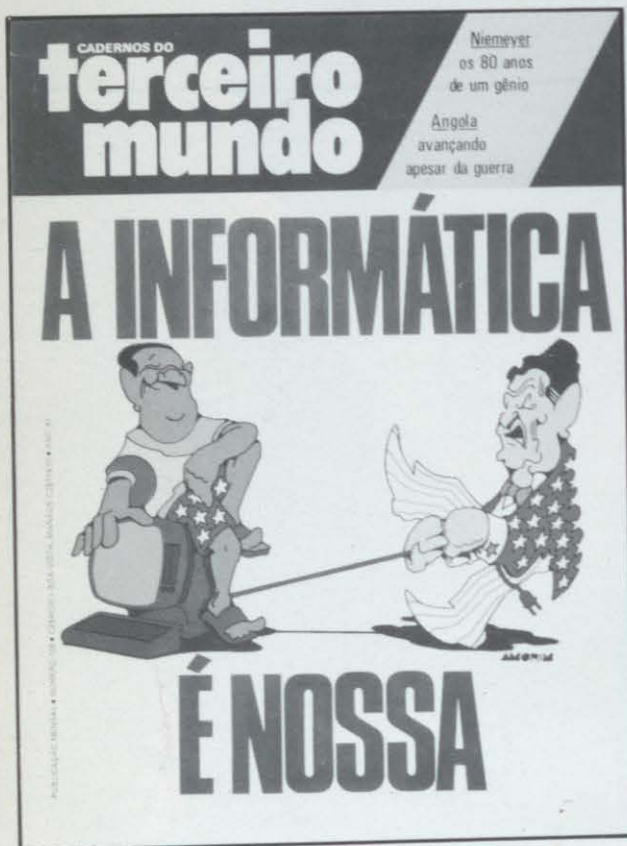
DEZENAS SORTEADAS: **05 12 17 26 39 46**

SENA ANTERIOR	SENA	SENA POSTERIOR
04	05	06
11	12	13
16	17	18
25	26	27
38	39	40
45	46	47

Fácil, não? Assim, todo mundo que vivia raspando a sorte tem agora mais chances de ganhar. Também pode ocorrer da SENA acumular. Tanto na sena como na sena anterior e na sena posterior. Não se esqueça. Você tem a semana inteira para apostar. E o sorteio é toda segunda-feira. Ficou mais fácil acertar sua vida. Acerte na SENA.

**CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL**

Anuncie aqui



É mídia certa

O TERCEIRO MUNDO VISTO PELO PRÓPRIO TERCEIRO MUNDO PARA 350 MIL LEITORES QUE DECIDEM O PRESENTE E O FUTURO DE SEUS POVOS. SÃO CERCA DE 3 BILHÕES E MEIO DE PESSOAS QUE ESTÃO EMERGINDO COM DETERMINAÇÃO.

VOCÊ NÃO PODE FICAR DE FORA DESTE MERCADO. ENTRE PELA PORTA CERTA.

Jornalismo independente há 14 anos – circulação em 70 países

Editora Terceiro Mundo Ltda. – Rua da Glória, 122 gr. 105 / 106 – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20241 – Tels. (021) 222-1370 / 242-1957

embarcação. O Ministério da Pesca e as cooperativas pesqueiras locais ficam com 10% e mais outros 10% para cobrir os imprevistos. Os outros restantes 70% são o lucro que fica para aqueles que Ogutu chama de "proprietários ausentes" dos barcos, muitos dos quais moram fora da região e nunca puseram o pé numa embarcação. "Eles exploram esses jovens", disse Ogutu. Ele gostaria que a receita fosse distribuída de forma mais equitativa e que os pescadores locais pudessem comprar seu próprio equipamento.

Mas, para os pescadores locais, é muito difícil exercer sua profissão em uma condição diferente da de contratado dos proprietários dos barcos, uma vez que eles não têm condição de ter seu próprio negócio, pois um barco custa cerca de 500 dólares e o restante do equipamento pode custar até 900 dólares.

"É possível aumentar a pesca no lago Vitória. No entanto, com essa estrutura, isso simplesmente aumentaria o lucro dos donos dos barcos", disse Ogutu. Ele busca novas fórmulas para que os pescadores possam aumentar sua receita, dedicando-se também à comercialização do pescado.

Novas técnicas de processamento

Atualmente, o trabalho do pescador termina quando entrega ao comprador o produto da pesca. O comprador pode, então, mandar o pescado fresco diretamente para o mercado por transporte público ou, no caso dos mais sofisticados, em caminhões refrigerados que o levam para Nairóbi, a 340 quilômetros. Porém, a maioria do peixe é vendida e consumida na própria região. Como o pescado é altamente perecível, quase 60% da pesca se processam antes da comercialização.

Em uma amostra de 250 comerciantes, 74% eram mulheres, em sua maio-



ria casadas, com três a dez filhos. Algumas viajam mais de 65 quilômetros para chegar à praia. Mais da metade das entrevistadas passavam de dois a cinco dias por semana na praia de desembarque, processando o pescado que compravam e regressando depois aos seus lares. Esse costume tem levado à formação de comunidades pouco estruturadas de mulheres e crianças nas praias. Uma dessas comunidades é Uhanya Bay, no extremo noroeste da praia quêniana, um desordenado conjunto de casas com um só cômodo, paredes de barro e tetos de palha.

Uma das recomendações de Ogutu é a de solucionar o problema das instalações desapropriadas dessas comunidades. Também o preocupa o dano social causado pela separação dos membros da família, assim como as dificuldades econômicas associadas a um negócio tão arriscado como o da pesca. Novas técnicas de processamento aumentarão tanto a vida comercial como o valor dos vários produtos pesqueiros. Um período maior de conservação do pescado fresco permite, por sua vez, maior expansão do mercado. Segundo as pesquisas, com pescado fresco, cada hora ganha com melhor conservação expan-

de o mercado imediato em 50 quilômetros ou um mínimo de 200 mil consumidores potenciais.

O tipo e a qualidade do processamento variam muito de uma praia para outra. Ainda que alguns comerciantes se esforcem para manter limpo seu peixe, "as condições anti-higiênicas reduzem consideravelmente a vida comercial da maioria das espécies".

Mediante a educação e a discussão do resultado de suas observações e pesquisas com a população local, o dr. Ogutu espera que haja uma melhoria na manipulação do pescado, desde a captura até o consumo. Isso expandirá o mercado, aumentará o valor econômico e o nível de nutrição e melhorará a receita dos comerciantes de peixe.

"O aumento da receita local através da modernização das operações só pode ter um efeito positivo geral na região pela importância dessa indústria para muita gente", disse Ogutu. ●

* Escritora independente radicada em Ottawa, que viaja frequentemente pelo leste e sul da África. Este artigo foi publicado inicialmente na revista *EI CID Informa* volume 16, nº 4.

¹ Centro Internacional de Pesquisa para o Desenvolvimento (órgão público, criado em 1970 pelo Parlamento canadense para apoiar a pesquisa tecnológica no Terceiro Mundo)

Editores para o Terceiro Mundo

A formação de quadros na área da comunicação é uma das prioridades do Curso de Redação e Publicações, que em 14 semanas de trabalho intensivo ensina a jovens jornalistas todos os elementos práticos de que vão necessitar em sua vida profissional, atuando basicamente na área da ciência e tecnologia

*Ian Montagnes**

Na ilha de Java (Indonésia), um centro dedicado à informação sobre as ervas daninhas e seu controle iniciou a publicação de um boletim informativo. Na Tanzânia, um editor dedicado à pesquisa já tem um novo catálogo. Em Papua Nova Guiné, os agricultores plantam, com lucro, seringueiras, orientados por um simples e novo folheto. Em uma dezena de outros países, de Barbados a Bangladesh, os institutos de pesquisas têm agora publicações que descrevem seu trabalho.

Todos estes livros, panfletos e boletins foram produzidos por redatores do Terceiro Mundo, que participaram do Curso de Redação e Publicações (Edpub). No curso há 10 alunos por turma. Em 14 semanas intensivas, eles exploram as técnicas da linguagem clara, redação cuidadosa, boa diagramação e produção com baixos custos. Há também aulas sobre promoção, distribuição, fotografia e apresentação audiovisual. Um grupo, inclusive, desenhou uma camiseta com dizeres que resumiam as lições básicas.

O projeto foi criado para suprir sérias carências no campo da comunicação. No Terceiro Mundo se realizam boas pesquisas, porém muito pouco chega aos profissionais da saúde, professores e agricultores, que poderiam transformar esses conhecimentos em estômagos mais bem alimentados e corpos mais saudáveis. Uma razão para isso, é a

falta de pessoas especializadas em redigir notícias científicas, interpretar e simplificar os resultados das pesquisas para um maior número de pessoas. O Terceiro Mundo necessita de mais editores.

Do chinês ao kiswahili

As vagas para o curso são poucas e a procura aumentou consideravelmente. O material do curso é traduzido, entre outros idiomas, para o chinês e o kiswahili. Seus organizadores esperam, que no decorrer deste ano – quando o projeto de três anos termina – o enfoque do seu trabalho esteja disponível a nível mundial.

Três organizações uniram esforços para concretizar este projeto. O CIID (Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento), que dá a maior parte da ajuda financeira; o Instituto Internacional de Pesquisa sobre Arroz (Irri), com sede próximo a Manila (Filipinas), empresta suas instalações para realizar o projeto e proporciona aos participantes condições para levanta-

mento de textos, fotografias e audiovisuais. Por sua vez, a editora da Universidade de Toronto cedeu o autor deste artigo durante três anos para dirigir o projeto, desenvolver o planejamento dos estudos e dar boa parte do curso. Também contribui com livros e coloca à disposição seu pessoal com experiência em diagramação.

Muitos dos estudantes são redatores com dois ou mais anos de experiência, que buscam aprimoramento profissional. Outros necessitam de reciclagem para atuarem em editorias assumidas recentemente. A maior parte trabalha para institutos de pesquisa agrícola ou de saúde. No início de cada um dos cursos, cada aluno traz um artigo de sua autoria. Durante o curso, eles redigem novamente este artigo, com um estilo mais apurado, fazem a diagramação, escolhem ou criam ilustrações e preparam um texto definitivo. Em seguida, corrigem as provas, montam as páginas e aprovam o material final para impressão. No último dia do curso, eles apanham a arte final de todos os trabalhos, para que possam imprimir mais exemplares quando regressarem para suas casas.

À parte, o pessoal técnico do Irri ensina a técnica de impressão de fotografias, como sobrepor cores e títulos sobre os fotolitos, como obter boa quali-

Durante o curso, os alunos se familiarizam com as técnicas de impressão



* O autor é o responsável pelo projeto do Curso de Capacitação em Redação e Publicação, do Instituto Internacional de Pesquisa sobre Arroz. Foi cedido pela editora da universidade de Toronto (Canadá), onde é editor chefe.

dade gráfica. Também se demonstram formas de encadernação e mostra-se o trabalho das impressoras, além de oferecer assessoria individualmente.

O material distribuído, os exercícios e as leituras suplementares selecionadas permitem, aos alunos que terminam o curso, solucionar a maioria dos problemas editoriais que poderão surgir quando voltarem aos seus locais de trabalho. "Eu redigia por instinto, mas agora vou fazer por lógica", comenta um jovem indonésio que acabou de participar do curso.

Questionar os autores

O material do curso será publicado, talvez, no final do projeto, de maneira que as organizações nacionais e regionais possam traduzi-lo e adaptá-lo às necessidades locais. As apostilas e exercícios estão organizados em módulos, o que permite programar cursos de uma, duas ou três semanas, segundo as necessidades específicas.

O primeiro desses cursos aconteceu em novembro de 1986, no Instituto Central de Pesquisa sobre Cultivos Alimentícios, na Indonésia. O curso se baseou no enfoque e material do Edpub e foi ministrado por profissionais que haviam passado por suas salas de aula. Essa experiência foi financiada pelo CIID. No final de 14 semanas, a maioria dos participantes voltou a trabalhar com profissionalismo e confiança. Antes, haviam tido muito poucas oportunidades para aperfeiçoar a profissão e, por isso, sentiam-se muito inseguros para questionar um cientista ou um autor sobre qualquer trecho de um trabalho.

"Eu aceitava os índices e as ilustrações de um autor como verdade absoluta", dizia um aluno malásio. "Aqui aprendi a editá-los e melhorá-los, a não ter medo do que o cientista escreve. Eu entendo o papel do redator. Agora posso produzir qualquer publicação - editá-la, diagramá-la e supervisioná-la - e sem precisar de ajuda", comentava um editor de Bangladesh. Um pesquisador de Barbados, recentemente trabalhando como editor, endossava esses comentários: "Sinto que posso apanhar um artigo que tenha algum conteúdo e transformá-lo numa matéria brilhante ou pelo menos torná-lo legível para um leitor comum".

NOTAS

PROTEGER A INFÂNCIA DA AGRESSÃO DA TELEVISÃO

"Jornalismo-Idéia Escolar" é o nome de uma experiência que está se desenvolvendo na Argentina, com o objetivo de educar as crianças como telespectadores críticos, para compensar os efeitos nocivos da televisão sobre a infância. A iniciativa surgiu na escola de jornalismo "Obispo Trejo Y Sanabria", da cidade de Córdoba, e busca uma resposta concreta para um problema que, pelo menos na Argentina, não havia sido estudado em profundidade. Em 1965, a Unesco divulgou que crianças de seis a 16 anos passavam uma média de 12 a 24 horas semanais vendo televisão, superando o tempo dedicado à escola.

Segundo especialistas da Associação de Jornalistas para a Infância da Argentina, "o potencial técnico e os variados recursos audiovisuais que a televisão possui raramente são utilizados para promover valores que enriqueçam as crianças". Pelo contrário - afirmam os especialistas -, a maioria dos programas infantis não somente tira a capacidade criativa das crianças, que são consideradas um elemento passivo, como também mostra programas e desenhos animados que, longe de serem inofensivos, ensinam a fazer justiça com as próprias mãos, além de difundirem todo tipo de violência.

A experiência "Jornalismo-Idéia Escolar", iniciada há quase dois anos em Córdoba, consta de duas etapas: a primeira é dirigida ao professor, enquanto a segunda se volta diretamente para a criança e seus pais.

Os professores das escolas primárias fazem um curso em que se analisam os problemas criados pela TV na criança. O propósito dessa etapa é conseguir a participação do professor como moderador do processo de desenvolvimento das faculdades críticas diante do televisor, já que as emissoras não assumem ne-

huma responsabilidade pelas consequências da programação televisiva sobre o público infantil.

Os responsáveis pelo projeto afirmam que os programas transmitidos, pela sua continuidade e pela linguagem cativante, vão se integrando à vida das crianças, como um hábito e uma dependência. Situação ainda mais grave é a das crianças cujos pais fazem do televisor uma "chupeta eletrônica", que as mantém ocupadas para que não os perturbem.

O curso questiona: quem protege a criança? Seus pais? O Estado? A escola? E propõe que seja o professor quem faça isso.

Para alcançar esse objetivo, o projeto apresenta uma proposta de ação para cada criança, em cada nível escolar.

NICARÁGUA: "NÃO SE CALAR SOBRE NOSSOS ERROS"

O vice-presidente da Nicarágua, Sergio Ramírez, exortou os jornalistas nicaraguenses a "não se calarem sobre nossos erros", ao mesmo tempo em que exigia uma crítica séria e ponderada dos problemas que seu país enfrenta. Ao falar para o Congresso da União de Jornalistas da Nicarágua (UPN), Ramírez afirmou que a prática da crítica é imprescindível ao exercício da profissão, acentuando que "a crítica é inerente ao regime democrático" e assinalou que "o silêncio não pode ser um substituto dessa arma no exercício diário do jornalismo".

Em sua intervenção, Ramírez criticou setores da oposição que usam o espaço político "a fim de criar divergências político-ideológicas", que só servem aos interesses dos Estados Unidos.

Ramírez acrescentou que, com diversas ações, "a direita pretende criar um sentimento de insubordinação contra as autoridades governamentais".

Caderneta da Caixa

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Esta é a maior, melhor e mais segura caderneta de poupança do País.

EM CANOA, do Amazonas ao Caribe

Durante nove meses, quase 400 cientistas e técnicos da América Latina realizaram, no ano passado, uma expedição através de 13 mil quilômetros de selva, rios, oceanos e montanhas, percorrendo inúmeros países, para resgatar aspectos de nossa história comum e render homenagem aos povos indígenas da América



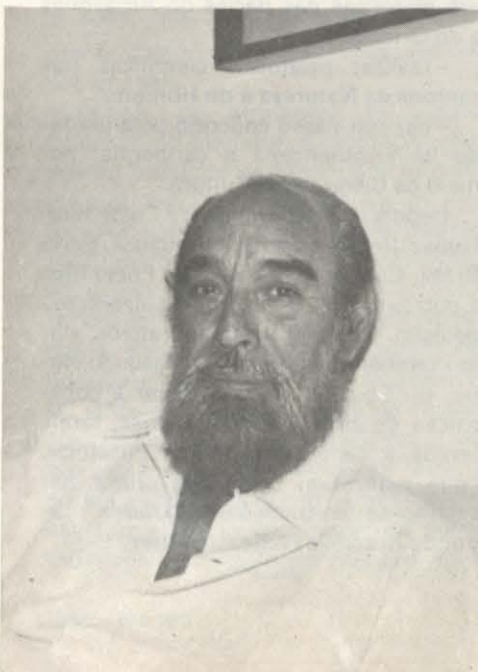
A expedição, chefiada por Núñez Jiménez (ao lado), percorreu milhares de quilômetros, prestando uma homenagem aos povos indígenas de nossa América

Antonio Núñez Jiménez

O objetivo maior da expedição "Em canoa, do Amazonas ao Caribe" era conseguir, no V Centenário do Descobrimento-Encontro de Dois Mundos, que os cientistas da América Latina e do Caribe "calçassem as botas de sete léguas e, com espírito bolivariano, percorressem suas selvas, rios, mares e ilhas, em uma cruzada para redescobrir, com seus próprios

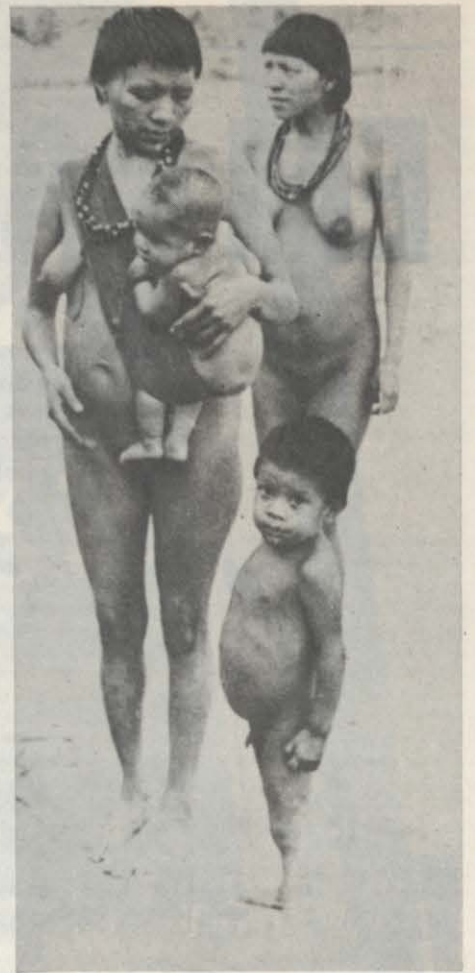
olhos, o que até agora, só tinham feito pesquisadores de outros continentes, principalmente da Europa".

O projeto foi apresentado pelo geógrafo, espeleólogo e historiador cubano Antonio Núñez Jiménez (ver **terceiro mundo**, nº 81, Cuba: "O cronista da revolução"), na Reunião Especial das Comissões Nacionais do V Centenário, realizada em Havana, em janeiro de 1986, durante o I Simpósio Mundial de Arte Rupestre. Posteriormente, durante a IV Conferência Ibero-Americana do V Centenário - realizada em San José da





O mapa mostra o percurso da expedição de cientistas latino-americanos e caribenhos



Costa Rica em abril daquele ano, com a participação de 23 países – foi aprovado, definitivamente, o projeto “Em canoa, do Amazonas ao Caribe”.

Seus três principais objetivos eram:

- reproduzir o descobrimento original do Caribe e suas ilhas pelas tribos pré-históricas das bacias do Amazonas e do Orinoco;
- realizar pesquisas científicas nos campos da Natureza e do Homem;
- dar um passo concreto pela unidade latino-americana e caribenha, por meio da Ciência e da Cultura.

Depois da Conferência da Costa Rica, Núñez Jiménez visitou o Equador, Peru, Brasil, Colômbia, Venezuela, Porto Rico e outros países, a fim de organizar a expedição. Na etapa de preparativos, viajou também para Tena, na bacia do Napo, no Equador, para orientar a construção de cinco grandes canoas, tarefa levada a cabo pelos índios quêchuas, “que realizaram uma obra-prima, baseando-se em tradições milenares”, segundo descreve Núñez Jiménez.

Este é o relatório que o chefe da expedição apresentou ao final dos trabalhos:

As canoas foram construídas com uma técnica primitiva, embora para desbastar o tronco original do *suncho*, árvore parecida ao cedro, tenham se utilizado machadinhas. A parte superior das canoas foi queimada e as embarcações foram impermeabilizadas com pó extraído dos caracóis terrestres, misturado com cera silvestre.

A primeira canoa, batizada com o nome de "Simón Bolívar", tem quase 14 metros de comprimento por 98 centímetros de largura máxima e 68 centímetros de altura, e pesa uma tonelada. A segunda, com medidas quase idênticas, recebeu o nome de "Hatuey", o bravo cacique de Quisquilla que, no início do século XVI, atravessou o Passo dos Ventos e combateu em Cuba a expedição espanhola, encabeçada por Diogo Velázquez.

A expedição iniciou suas atividades em Quito, capital do Equador, com uma homenagem aos índios da América que deram suas vidas nas lutas contra o colonialismo europeu. Em 25 de fevereiro de 1987, uma coroa de flores foi depositada diante do monumento que os homenageia.

Depois de atravessar os Andes Orientais do Equador, a expedição chegou ao povoado de Misahuallí, às margens do rio Napo, afluente do Amazonas. Ali, começou a navegação, através do Equador e Peru. Após desembocar no grande rio, a expedição continuou até chegar a Manaus; subiu o rio Negro até a Venezuela, entrando assim no Guainía e, parcialmente, no Casiquiare. De volta ao Guainía, depois de chegar pelo rio até o povoado de Maroa, a expedição fez 30 quilômetros por terra, a pé, até às margens do rio Teme. A partir daí, tomou o rio na direção de Santa Cruz; continuou pelo rio Atabapo até o



"O Amazonas foi mitificado e é necessário se conhecer melhor a realidade dos seus habitantes"



Orinoco, e depois de chegar ao seu delta, pelo arco das Antilhas Menores e Maiores, alcançou o litoral do Haiti e, finalmente, Cuba.

Em meio a uma tormenta, nossa canoa "Simón Bolívar" se perdeu durante a noite no Passo dos Ventos, local onde se retomará a segunda parte da expedição, programada para depois da VI Conferência Ibero-Americana, a ser realizada em Caracas no decorrer deste ano. Essa segunda etapa compreenderá a navegação a remo pelas costas setentrionais da República Dominicana e Hai-

ti, para em seguida atravessar o Passo dos Ventos até chegar a Cuba. A partir daí, a expedição irá para a ilha de San Salvador, nas Baamas, onde provavelmente ocorreu a primeira escala das três caravelas sob o comando de Cristóvão Colombo.

Nos nossos planos, a viagem termina com o encontro simbólico das canoas indígenas e das caravelas espanholas, e com a realização de um simpósio científico. Nele se debaterá, entre outros temas, em que lugar da América aquelas embarcações atracaram pela primeira vez.

Treze mil quilômetros

No total, a expedição percorreu 13 mil quilômetros por 19 países. Essa distância compreende

não só o trecho realizado no eixo fluvial Napo-Amazonas-Negro-Guainía-Casiquiare, Atabapo-Teme-Orinoco e no mar do Caribe – feito basicamente em canoas – mas também selvas e territórios insulares, nos quais nos locomovemos com os mais diversos meios, para ganhar tempo: a pé, em lanchas a motor, barcos, aviões e outros veículos, o que nos permitiu ampliar consideravelmente o raio de ação das pesquisas científicas.

Participaram da expedição 70 cientistas, artistas, técnicos e auxiliares da América Latina e Caribe, além de outros 48 colaboradores. Mas, levando-se em consideração os tripulantes dos barcos auxiliares, civis e militares, que eram 263 homens, a expedição mobilizou um total de 371 pessoas.

Cuba contribuiu não só com cientistas, mas também com o pessoal de coordenação geral da expedição e de serviços, entre estes o médico, a equipe de técnicos de televisão (diretor, *cameraman* e técnico de som) e outros. As mulheres que participarem, pela força que demonstraram em todos os momentos, frente à natureza agreste, foram exemplo de abnegação e heroísmo e mere-

cem um reconhecimento especial.

No decorrer da expedição, foram realizados simpósios, dos quais participaram delegados da Europa, Estados Unidos e América Latina. Um deles foi no Peru, na cidade de Iquitos, convocado pelo Instituto de Pesquisas da Amazônia Peruana (Iiap) e o Instituto Veterinário de Pesquisas Tropicais de Altura (Ivita). Outro, em Leticia, Colômbia, foi o Simpósio Internacional sobre a Pesquisa da Amazônia, organizado pelo Instituto dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente (Inderena); em Manaus houve um seminário em homenagem à expedição, organizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas (Inpa).

Na Universidade das Índias Ociden-



"Queremos dedicar essa obra aos povos do nosso continente, na esperança de construirmos um mundo novo, onde a ciência e cultura vençam a miséria"

ais, com sede em Trinidad-Tobago, os membros da expedição participaram de um debate com os professores da Faculdade de Ciências, como também na Universidade da Guiana e das Antilhas, na ilha de Guadalupe; outro seminário foi realizado na Sociedade de História da ilha de Nevis e, por último, na Universidade Central do Leste e no Museu do Homem Dominicano.

Rumo à unidade latino-americana

A expedição resultou em um acontecimento feliz rumo à unidade latino-americana. Nossas canoas foram autori-

zadas pelos governos do Peru e Equador a cruzar a sua fronteira fluvial, praticamente fechada durante os últimos 50 anos. E, pela primeira vez, pesquisadores de nossos países sul-americanos e caribenhos cooperaram em um empreendimento de grande porte, uma experiência que abre o caminho para novos projetos científicos e culturais.

Entre as pesquisas que foram desenvolvidas com equipes nacionais, destaca-se a que conseguiu medir o volume e a velocidade dos rios Napo, Amazonas e a confluência do Casiquiare e do Guainía. Também se realizaram pesquisas botânicas, zoológicas, sociológicas,

geográficas, geológicas, arqueológicas, antropológicas, geofísicas, cujos resultados serão divulgados oportunamente.

Estabelecemos contato com as tribos quêchuas, aucas, secoyas, ticunas, yaguas, curripacos, waraos e outras; e nas Antilhas, com os caribes negros de San Vicente e a comunidade caribe de Dominica, últimos sobreviventes dessa cultura americana. Coletamos material de suas manifestações culturais e artesanais que vão ficar expostas no projetado museu "Em canoa, do Amazonas ao Caribe", que pretendemos fundar em Havana, como homenagem perene às culturas aborígenes da nossa América.

Entre os estudos realizados, um dos mais completos foi o de arte rupestre, tanto continental quanto insular. Conseguiu-se determinar possíveis rotas migratórias, cujas marcas foram deixadas pelos índios ao longo de milhares de anos, e que divulgaremos através de desenhos e fotografias. A longa travessia por milhares de quilômetros permitiu importantes observações e comparações, tanto nas regiões continentais quanto insulares.

Durante os nove meses que durou a primeira parte da viagem, sempre utilizamos canoas. Porém, alguns fatores fizeram com que, em alguns trechos, tivéssemos de fazer uso de transportes motorizados: quando se tornou imprescindível transferir com urgência um membro da expedição doente até o hospital mais próximo; quando os Estados Unidos proibiram que desembarcássemos nas ilhas de Porto Rico e Granada, e outras vezes, simplesmente, devido ao mau tempo.

A jornada diária mais longa em canoa e a remo foi o trecho colombiano, da confluência do rio Caballococha, no Amazonas, até Leticia, cuja distância é de 117 quilômetros, que contrasta com a primeira jornada no rio Napo, de Misahuallí até Bellavista Baja, de 47 quilômetros. No rio Negro, em alguns trechos, tivemos que remar contra a corrente, a três quilômetros por hora, e em outros, não pudemos avançar devido à força das corredeiras.

A remo e a vela

No Caribe, a canoa "Hatuey" continuou sendo conduzida a remo, mas na "Simón Bolívar" foram adaptadas velas.



"Até que o índio não comece a andar, a América não poderá andar bem."

Para isso, utilizamos as técnicas usadas atualmente pelos índios waraos do delta do Orinoco, e estudamos os testemunhos de europeus do século XVI e seguintes, entre eles os do conquistador Bernal Díaz del Castillo, que em 1517 viu canoas indígenas navegando a vela em águas do golfo do México.

No mar do Caribe, o recorde de permanência na canoa "Simón Bolívar", à vela, foi de 26 horas seguidas: navegou-se 135 quilômetros de dia e de noite no Paso de Sombrero, entre as ilhas de Anguila e Virgem Gorda. O recorde de navegação a remo no Caribe, na canoa "Hatuey", ocorreu entre as ilhas de Martinica e Dominica, ao longo de 75 quilômetros, com uma permanência contínua, sem parar de remar, de 12 horas e 20 minutos.

O Departamento de Estado norte-

americano proibiu a entrada da expedição em águas e território porto-riquenho. Mas o destino foi mais forte: a canoa "Hatuey" se perdeu em uma tempestade noturna, próximo à ilha de Nevis, em 14 de outubro, e durante 43 dias viajou sozinha por mais de 300 quilômetros; levada pelas correntes e pelos ventos, foi dar justamente numa base militar norte-americana no litoral de Porto Rico, onde chegou no dia 26 de novembro, como uma ironia do destino. Pescadores e estudantes a levaram até a capital boricua.

A força da natureza conseguiu o que o império tentou impedir. Pelo menos uma das nossas canoas chegou a Porto Rico e o episódio serviu para confirmar as teorias de que os elementos naturais no Caribe influenciaram as rotas migratórias - voluntárias ou acidentais -

de leste a oeste, facilitando, assim, as conexões humanas entre a América do Sul e o Caribe.

A partir de agora, com a divulgação dos nossos estudos, tentaremos dar uma visão mais realista sobre a selva amazônica - conhecida no mundo principalmente por documentários e livros de aventuras que, em sua maior parte, só mostram, dessa enorme e rica área, imagens de piranhas e anacondas e folclóricos índios cheios de plumas. O Amazonas foi mitificado e é necessário dar a conhecer as realidades de seus povoados, as suas novas cidades, lutas sociais, o abuso e extermínio dos índios, as suas próprias organizações de resistência. Temos de denunciar a destruição do ecossistema, a ação predatória, que pode transformar o chamado Inferno Verde num deserto vermelho.

Ao relembrar as vicissitudes nos nove meses de expedição pela América, queremos dedicar nossa modesta obra aos povos de nosso querido continente e àqueles que sofrem e lutam todos os dias e superam a adversidade na esperança de construirmos um mundo novo, onde a ciência e a cultura vençam a miséria que hoje domina nas majestosas paisagens por onde desfilaram nossas canoas aborígenes. Ao nos aproximarmos dos 500 anos da chegada dos europeus a essas terras, levantamos a bandeira da esperança militante e, como José Martí, acreditamos, agora com mais firmeza, que "até que o índio não comece a andar, a América não poderá andar bem".

Nota do Autor: A expedição pôde ser realizada com a cooperação dos governos do Equador, Peru, Colômbia, Brasil, Venezuela, Porto Rico, República Dominicana e Cuba e também com o das jovens nações das Antilhas Menores: San Vicente, Santa Lúcia, Martinica, Dominica, Guadalupe, Montserrat, São Cristóvão e Nevis, San Martín (parte francesa), Anguila e ilhas Virgens Britânicas. Também contou com a eficaz cooperação econômica da Comissão Espanhola do V Centenário, presidida pelo dr. Luiz Yáñez Barnuevo. De uma forma ou de outra, também cooperaram para o êxito da expedição os seguintes organismos e instituições: o Centro de Estudos Econômicos e Sociais do Terceiro Mundo (Ceestem), do México, sob a presidência de Luis Echeverría; a Academia de Ciências de Cuba, presidida pela doutora Rosa Elena Simeón. Entre os institutos da nossa Academia, destacamos os de Geografia e Ecologia e Sistemática, assim como outros organismos do Estado cubano, os ministérios da Cultura, Comércio Interno, Forças Armadas Revolucionárias e o Instituto da Indústria Turística. A Unesco também deu seu apoio moral à expedição. A Fundação Guayasamín, do Equador, também ajudou na realização da expedição.

Fotos: p.41, B.Bissio; p.42, Edilson Martins; p.44, Etevaldo Hipólito; mapa, Adérito Gusmão.



Olhando para o Chile

Eduardo Galeano

José Carrasco era um jornalista da revista *Análisis*, de Santiago. No dia 8 de setembro de 1986, poucas horas depois de um atentado contra o presidente Pinochet, Carrasco foi arrancado de casa e desapareceu. No dia seguinte, num subúrbio da capital chilena, dispararam 14 balas contra sua cabeça. Foi ao amanhecer e ninguém viu nada. O corpo ficou ali jogado até o meio-dia. Os moradores do local nunca lavaram o sangue que ficou no muro. O lugar se tornou um santuário, sempre cheio de velas e flores, e "Pepe" Carrasco se transformou numa alma milagrosa. No muro, ainda esburacado pelos tiros, estão escritos agradecimentos por graças e favores obtidos.

Em janeiro passado, recebi o prêmio¹ que leva o nome de "Pepe" Carrasco. Fazia 15 anos que eu não ia ao Chile. Fui recebido por Juan Pablo Cárdenas, o diretor da revista em que Pepe trabalhava, que, inclusive, dorme todos os dias numa prisão. Foi condenado por ofensas ao poder. Todas as noites, às 10 horas em ponto, ele entra em sua cela e sai com o raiar do sol. Jesus Eugenio, um fotógrafo de *Análisis*, também dorme na prisão por motivos políticos. "Temos um sono vigiado", me disse ele.

Chilenos e subchilenos

Nunca as aparências enganaram tanto no centro de Santiago e nos bairros altos, zona aristocrática. Aí a cidade parece a capital de um país próspero. Legiões de operários baratos, quase gratuitos, se preocupam com a limpeza das ruas e com o brilho das paredes. Da classe média para cima, se vive como em Miami;

os aviões vão e voltam, dia e noite, entre Miami e Santiago. Na capital chilena, a vida está "miamizada" — comida de plástico, gente de plástico —, enquanto os aparelhos de TV e os computadores se transformam em passaportes para a felicidade.

Os telefones e o correio funcionam às mil maravilhas. São os instrumentos eficientes de comunicação numa sociedade isolada, que condena e castiga qualquer vínculo de solidariedade comunicativa. Os mais poderosos meios de comunicação do país têm plena liberdade para "incomunicar" as pessoas. O jornal *El Mercurio* anuncia, na sua página econômica, investimentos estrangeiros no valor de 500 milhões de dólares. Mas, na sua página social, a grande pergunta é: "O que acontecerá em 1988?" A resposta vem logo em seguida: a moda será dominada pelos tons cor de terra, verde com cáqui, mostarda, tudo dentro de uma tendência para o safári.

O Festival de Viña del Mar reúne multidões. Este ano não veio Julio Iglesias, o doce amigo de Pinochet. Mas novos ídolos aparecem e a televisão repete à exaustão os novos sucessos. A música mais tocada diz: "Tu não me queres, oh, oh, oh, oh. Tu não me queres oh, oh, oh, oh". A Doutrina de Segurança Nacional protege o sono dos consumidores. O filme "A Mosca", está há muito em cartaz. Na porta dos cinemas, a propaganda ordena: "Tenham medo, tenham muito medo".

Os que sobram

Os mendigos e vendedores ambulantes são caçados nas ruas pela polícia, mas sempre sobra um sinal vermelho onde eles se escondem. Vi

muitos mendigos. Alguns desesperados, à beira da loucura. Vi também alguns profissionais admiráveis, verdadeiros artistas da esmola. O melhor de todos foi um que ia direto ao coração das pessoas. Num país como o Chile, que parece um gigantesco quartel, o mendigo despertava imediata atenção dizendo simplesmente: "Sou civil".

Em alguns bairros pobres, há um médico para cada 20 mil pessoas. Nos hospitais públicos não há remédios. Para salvar a vida de uma criança doente é preciso escrever uma carta para a senhora Lucia Hiriart de Pinochet. Ela tem bom coração, escuta súplicas e sente piedade.

Cada vez são menos os chilenos e mais os subchilenos. Por eles, morreu Salvador Allende. No pequeno cemitério de Viña del Mar, a tumba do ex-presidente não tem nenhuma identificação, mas está sempre coberta de flores.

Enquanto estive em Santiago, a direita mesquinha e a esquerda puritana gastavam suas energias discutindo se Allende se suicidou ou foi morto, como se isso tivesse alguma importância. Poucos dias antes, a ditadura havia cassado os direitos políticos e civis do ex-ministro Clodomiro Almeyda, como se os demais chilenos desfrutassem desses mesmos direitos.

O que na verdade importa, é que Allende anunciou que não sairia vivo do palácio presidencial e teve a grandeza de cumprir sua palavra: "Saiam os senhores, porque eu já vou", disse ele aos seus colaboradores mais íntimos, pouco antes de trancar-se no palácio em chamas.

O capitão afundou junto com seu navio, como deve ser. Todos dizem isso, mas poucos vão até o fim. Que importância tem qual foi o dedo que disparou a bala final? Allende caiu defendendo a democracia chilena e seus assassinos foram os assassinos da democracia chilena. E agora, a democracia chilena ressurgirá?

¹ O prêmio é concedido à pessoa que mais se destacou na defesa dos direitos humanos na América Latina.

SUPLEMENTO

BRASIL

CALENDÁRIO DO
terceiro mundo
PANAMÁ
As propostas secretas de Reagan

CONSTITUINTE

BETINHO



Prêmio Nobel da Paz

A RETA FINAL

A Assembléia Nacional Constituinte entra na fase final dos trabalhos, sem deixar de levantar polêmicas e recebendo, como desde o início, críticas à direita e à esquerda, enquanto perdidas já estão algumas esperanças populares de que esse corpo especial de representantes viesse a dar à luz não só um documento coerente e condizente com as necessidades de um Brasil novo, mas resolvesse, como que por mágicas (em política, em geral são as revoluções), alguns dos impasses históricos nacionais.

A Constituinte não inventou qualquer remédio especial, mas o documento-base que está gerando poderá ser um roteiro seguro para o futuro, não tão avançado quanto exigiria a gama dos problemas nacionais, nem retrógrado ao ponto que se chegou a temer, a certa altura dos acontecimentos. Um documento, enfim, que jamais poderá ser acusado de não espelhar a verdadeira e intrincada realidade política nacional.

Alguns instrumentos de transformação e avanço, contudo, estão preservados, como o regime presidencialista.

A escolha da expressiva maioria constituinte pelo presidencialismo coincidiu com o sentimento esmagadoramente majoritário da cidadania brasileira pelo regime mais apto a gerar políticas de mudanças. A decisão teve, ainda, a virtude de antecipar definições partidárias que os novos tempos estão cobrando já há alguns anos.

A discussão desses temas abre o **Suplemento Brasil**, que nesta edição leva ao leitor, entre outros assuntos, reflexões sobre a economia nacional, a chaga social do banditismo urbano – em matéria especial de José Louzeiro –, a luta feminista e um panorama do setor editorial, um termômetro da área cultural do país.

Presidencialismo, um passo à frente

A Constituinte decidiu-se pelo regime que tem o apoio popular
p. 48-51

As incertezas de Maílson

O ministro tenta definir uma política econômica em meio a pressões estruturais
p. 52-53

A dança da dívida

Negociações difíceis, caixa baixa, o país não consegue equacionar a questão da dívida externa
p. 54

Reforma bancária desperta temor

Pequenos bancos e bancários desconfiam da reforma no setor, que pode tornar ainda maiores os conglomerados já dominantes
p. 55

O Rio corre atrás do turista

Assustado com o medo que o turista possa ter de violência e enchentes, o Rio lança campanha de atração
p. 56

Março

Os acontecimentos marcantes do mês que passou
p. 57-58

Rebeldes sem causa?

Treze anos depois, Lúcio Flávio ainda é manchete
p. 59-62

Opinião

Neiva Moreira propõe a candidatura de Herbet de Souza ao Prêmio Nobel da Paz
p. 63-64

Mulher, a luta pelo espaço social

O movimento feminista se amplia, em busca do fim das discriminações
p. 65-67

O livro enfrenta a crise econômica

Editores discutem o negócio da cultura
p. 68-71

PRESIDENCIALISMO



Um passo à frente



Ulysses Guimarães, José Sarney e Leonel Brizola: três ângulos da questão do regime de governo

Definindo-se pelo presidencialismo, a Constituinte eliminou importante ponto de incertezas e deu ao país o regime adequado à grandeza dos desafios a vencer

Procópio Mineiro

Uma sessão de pouco mais de quatro horas de duração, em 22 de março, definiu o regime de governo, sem deixar margem a dúvidas, ante a preferência de quase dois terços da Constituinte (62%) pelo presidencialismo, uma votação que uniu diversos setores da vida partidária. A decisão eliminou um dos nós de incerteza – a que se atribuíam os instáveis resultados administrativos governamentais, principalmente na área econômica – e marcou, igualmente, a hora da verdade para o PMDB, a frente política que tem suas diferenças internas agravadas a cada dia e cuja perspectiva é a de assistir ao desligamento de importantes nomes identificados com posições progressistas.

A maciça preferência constituinte pelo presidencialismo significou um

passo à frente, no sentido de lançar maior clareza sobre o quadro político nacional e atender à predominante tendência do povo por tal regime, conforme as pesquisas de opinião pública divulgadas. Os desdobramentos partidários e administrativos – inclusive em função da próxima votação do tempo de mandato para o presidente José Sarney – serão uma contribuição extra daquela definição inicial e poderão ajudar a tornar mais preciso o quadro de opções para o eleitorado brasileiro.

O debate das eficácias

O quadro político brasileiro pode ser descrito por algumas condicionantes básicas, algumas recentes, outras de décadas: a necessidade de desenvolvimento, inadiáveis exigências sociais, um processo de redemocratização ainda instável, partidos políticos carentes de sedimentação e programas, tendência a

questões imediatistas se sobreporem a interesses mais gerais do conjunto da sociedade.

Tais elementos estiveram na base dos debates entre parlamentaristas e presidencialistas, desde o início dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, que se instalou em fevereiro de 1987. Até a definição da questão, 13 meses depois, muito argumento foi lançado pelos defensores de cada tese.

O parlamentarismo exorciza o demônio do militarismo e do golpe – cansaram-se de repetir os partidários do regime de gabinete, escudados nos estudos sobre o parlamentarismo europeu e, por vezes, recordando a experiência brasileira no Império. Sua preocupação básica residia em evitar um eventual retorno ditatorial fardado e em impedir a volta de figuras presidenciais de forte liderança popular. O deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB/PE), por exemplo, destacou, como principal virtude do

parlamentarismo, o poder de "eliminar de vez o imperialismo presidencial", como definiu a força da figura de um presidente. Estando para completar um século, o regime presidencialista só produziu crises e não tem grandes serviços a exhibir, arrematavam, ao mesmo tempo em que exaltavam o desenvolvimento social e econômico das nações ricas como um fruto do regime parlamentarista.

A eficácia de que carece o Brasil, em seu estágio de desenvolvimento, só pode ser alcançada pelo presidencialismo – respondia o outro lado, chamando a atenção para o fato de que só esse regime permite a adoção de políticas econômicas e sociais que contemplem o conjunto da sociedade, sem os limites que o regime de gabinete fatalmente imporia, em função de acordos de elites. As crises do presidencialismo são as crises geradas pelo esforço de superar os problemas emergentes da sociedade brasileira e não são, portanto, inerentes ao regime, mas provocadas pelas forças que resistem às mudanças sociais, lembravam, como o fez, de forma sintética, o deputado Vivaldo Barbosa (PDT/RJ), naquela sessão que definiu o regime de governo: "Culpar o presidencialismo (por crises) é uma análise elitista".

O resultado da histórica votação – 344 votos presidencialistas, 212 parla-

mentaristas, 3 abstenções, entre estas de Ulysses Guimarães – fixou um momento de encontro entre a Constituinte e o anseio popular, esmagadoramente presidencialista.

Frente heterogênea

Todos os votos das bancadas do PDT e PT, mais metade do PMDB, a maioria do PFL, PDS e PTB, a predominância da opinião pública, o interesse do presidente José Sarney e da maioria dos governadores – esta grande frente presidencialista poderia dar a impressão de que se constituía uma base política capaz de resolver todos os impasses.

Mas, não poderiam ser mais divergentes as motivações de alguns dos integrantes dessa frente eventual. Isso, porque à questão do regime de governo está indissolúvelmente associada a duração do mandato presidencial, assunto sobre o qual as preferências variam entre quatro e cinco anos, o que significa, no primeiro caso, falar em eleições presidenciais para novembro próximo, e, no segundo, eleições no final do ano que vem.

Significa, ainda, a definição, adiamento ou eliminação de candidaturas, conforme o tamanho do mandato, e, para o governo, quer dizer começar a limpar as gavetas ou dispor de tempo

para executar programas viáveis. Para alguns setores, a questão da duração do mandato significa vislumbrar a possibilidade de dar por encerrada a chamada fase de transição democrática e iniciar uma nova fase na vida nacional, enquanto outros consideram que a oportunidade não é já.

Se metade do PMDB apoiou o presidencialismo, não há certeza de que a proporção se mantenha, quando da próxima votação sobre a duração do mandato de Sarney, que luta pelos cinco anos. O mesmo sucede com outros partidos e governadores, enquanto o PDT e o PT, fechados com o presidencialismo desde o primeiro momento, são quattranistas em bloco.

Se os demais interesses foram e são divergentes, o resultado do encontro momentâneo em torno de uma tese comum preservou a forma de governo que a maioria da população prefere.

A próxima definição em torno do mandato, segundo alguns setores, sofrerá a influência da decisão já adotada de atribuir cinco anos aos sucessores de Sarney. Tal decisão, aprovada logo após a definição do regime de governo, obteve o apoio de 304 votos (menos



Luís Inácio da Silva

Um regime para resolver os problemas do povo

“ O Partido dos Trabalhadores, desde março de 1987, pregou na Constituinte, no seu projeto de Constituição, a definição do presidencialismo como sistema de governo. Porque entendíamos que não era um sistema esgotado, e que a questão do sistema não era a coisa mais premente na história política deste país. O mais premente era o próprio governo. As pessoas, quando, à última hora, falam em parlamentarismo, se esquecem de que o parlamentarismo na Itália, na França, na Suécia, na Alemanha, dá certo porque a cultura política ali é uma cultura política mais séria, é praticada com mais responsabilidade, é uma cultura milenar”.

“Aqui no Brasil – continua Lula –, o que nós estamos percebendo é que os políticos fazem as críticas ao Poder Executivo, mas agem às vezes até pior do que o Executivo. A nossa cultura política é uma cultura política corrupta. Muitos políticos transformam o Congresso Nacional num balcão de negócios, como se fosse uma bolsa de valores, onde o cidadão telefona de manhã, perguntando o que é

que vai votar e qual é a cotação de seu voto”.

“Ora, com um quadro político desse, seria inadmissível implementar o parlamentarismo como tábua de salvação”.

“Nós entendemos que a tábua de salvação é a eleição direta para presidente da República. Não há outra solução, além de um governo presidencialista. O PT vê o presidencialismo como o sistema que pode, efetivamente, resolver os problemas do povo. E entendemos que o povo brasileiro é um povo presidencialista. O povo quer o sistema presidencialista e o que desejamos é cuidar agora de eleger um presidente sério, um presidente responsável, um presidente popular e que tenha compromissos com uma grande parcela da sociedade brasileira. Um presidente que tenha honrabilidade, credibilidade de brigar com os credores internacionais, para que respeitem a soberania nacional”.

“Acho que é isso o que o povo está querendo e acho que o Partido dos Trabalhadores cumpriu com o seu dever, ao votar no sistema presidencialista.”

•
C.S.

Constituinte: Avanços, apesar de tudo



□ Analisando a vitória da tese presidencialista, o líder do PDT na Constituinte, deputado Brandão Monteiro (RJ), considerou que foi resultado de interesse popular contra um casuísmo, o parlamentarismo, que visava apenas a determinados interesses:

"Na questão sistema de governo, foi uma vitória a adoção do presidencialismo e a consequente rejeição do casuísmo parlamentarista, articulado pela cúpula do PMDB. Na bancada do PDT, dos seus 25 integrantes, 24 votaram pelo presidencialismo. Isso demonstra que nós não viemos construir nossa posição presidencialista aqui na Casa. Nossa posição pelo presidencialismo vem desde a fundação do partido, na histórica reunião de Lisboa, em 1979. Isso é importante, porque achamos que o regime presidencialista - que não deve ser confundido com esses regimes biônicos que estão aí desde 64 - é mais democrático, ele abre possibilidades à participação popular".

Brandão entende que a crise e os

golpes decorrem da dominação estrangeira e não do sistema de governo.

"É uma ilusão - diz o representante do Rio de Janeiro - pensar-se que o Parlamento é mais democrático. Os fatos demonstram que os presidentes da República eleitos por partidos populares eram mais avançados do que o Parlamento, na sua época. Getúlio Vargas era mais avançado do que o Parlamento. E não só ele, mas também Juscelino e João Goulart".

Brandão Monteiro sustenta que a eleição parlamentar deixa muitos flancos abertos, para que os parlamentares sejam eleitos pelo poder econômico.

"E a questão que se discute é: Por que não há golpes na França, na Alemanha? Sempre se diz que é por causa do sistema de governo. Então, eu perguntaria: Por que não há golpes nos Estados Unidos? Ah, respondem, mas a democracia norte-americana é diferente. A verdade é que a questão fundamental é que o sistema de governo não impede gol-

pe nem crise. O que faz golpe no Brasil, como na América Latina, como na África, é a circunstância de sermos um país dominado. Nos países dominadores, quer seja sob sistema presidencialista, quer parlamentarista, não há golpe".

Quanto à questão dos cinco anos, Brandão reconhece que a decisão pela duração do mandato dos futuros presidentes poderá ter influência, quando chegar a vez de a Assembléia decidir até quando durará o mandato do presidente atual.

"O destaque objetivando a retirar os cinco anos, em favor dos quatro para todos, era um destaque meu, ao contrário dos outros: todas as demais emendas, quer parlamentaristas, quer presidencialistas, continham cinco anos para o mandato do presidente. E por que passaram os cinco anos? A maioria do PMDB votou pelos 5 anos. Nenhum constituinte do PDT ou do PT votou pelos cinco anos. Todos votamos pelos quatro anos".

Clóvis Sena

40 que a decisão referente ao regime), contra 223 (mais 11) e três abstenções, indicando uma vitória menos ampla que a anterior, ficando pouco acima de 57% dos que votaram.

Os partidários de eleições presidenciais neste ano trabalham com a hipótese de modificar o quadro pela pressão popular sobre a Constituinte, através da reedição da campanha das "diretas já", como definiu, três dias após aquela sessão, o líder pedetista Leonel Brizola. Falando pelo rádio e televisão, Brizola conclamou os partidários de eleições neste ano a superarem diferenças e ocuparem os palanques, mobilizando a população.

Parlamentarista quattranista, o governador baiano Waldir Pires apontou uma das consequências da confirmação do presidencialismo: "Chegou a hora dos partidos definitivos". Indicou, com a frase, o movimento que logo se manifestaria entre pemedebistas defensores

do parlamentarismo, os quais consideraram que chegou o momento final do PMDB, enquanto uma frente capaz de, tendo um programa avançado e de compromisso com teses populares, abrigar setores conservadores e até mesmo francamente antipopulares. A estes ficará entregue o PMDB, se se consumar a migração dos quadros parlamentaristas para uma nova legenda, que pretendem social-democrata. Nessa nova legenda, se abrigariam nomes como os de Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lyra, Pimenta da Veiga, Cristina Tavares, José Richa.

A implosão do PMDB, nessa linha de raciocínio, poderia ser definitiva, pois a aprovação do presidencialismo deu início, igualmente, a um movimento pró-partido de Sarney, onde se abrigariam todos os parlamentares identificados com a defesa das teses governamentais.

Tal rearrumação selaria o processo de definições partidárias - iniciado com



Humberto Lucena propôs a emenda vencedora

O argumento parlamentarista



Richa



Arinos



Barbosa Lima

□ Confiantes na aprovação do parlamentarismo, várias semanas antes, mas surpresos na véspera com a virada da tese presidencialista, os constituintes parlamentaristas consideraram um retrocesso a manutenção do presidencialismo, regime que identificam com um poder central excessivamente forte ou, como dizem alguns, de cunho imperial. Preocupados em fortalecer o legislativo e eliminar, em definitivo, a influência política e o recorrente intervencionismo militar, os parlamentaristas identificam o regime de gabinete como o único remédio apropriado àqueles males.

Antes e depois da sessão que manteve o presidencialismo, eles se pronunciaram, em declarações à imprensa:

Afonso Arinos de Melo Franco, senador (PFL/RJ)

Principal figura da tese parlamentarista e seu defensor no enca-

minhamento da votação, o senador Afonso Arinos já incluía o sistema de gabinete no trabalho elaborado por uma comissão, ainda em 1986, e que seria levado como uma contribuição à Constituinte. Frisando o aspecto do entendimento que o regime parlamentarista propiciaria, o senador defendia a necessidade desse mecanismo de governo para evitar impasses institucionais e tornar moderno, como explicava, o sistema político brasileiro. No discurso final, Afonso Arinos destacou a ausência de interesses subalternos em sua opção parlamentarista, afirmando-se convencido das vantagens do sistema para o país.

José Richa, senador (PMDB/PR)

"O parlamentarismo é a negociação e o entendimento diários. Com o parlamentarismo, o país viria a gozar de uma trégua política, pois todas as lideranças iriam buscar o entendimento, e já se esboçava um movi-

mento para elaboração de um plano de salvação nacional. Corremos o risco de caminhar para uma crise institucional pior que a de 1964."

Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI

"Lamento que não se tenha dado oportunidade ao regime parlamentarista. Perdemos a oportunidade de colocar em prática uma nova experiência. Acho que não há esperanças maiores nesse presidencialismo, que conserva características de um regime ditatorial. No Brasil, nunca houve ponto de vista de um presidente que fosse derrotado. Em grande parte, a culpa cabe ao Legislativo, que, no decorrer de nossa história republicana, sempre se omitiu e, consequentemente, fortaleceu o poder executivo."

Hélio Jaguaribe, sociólogo

"O presidencialismo é incapaz de administrar os conflitos brasileiros."



Fernando Lyra e Cristina Tavares pemedebistas históricos que agora rompem com o seu partido

o rompimento da Aliança Democrática, que juntava no governo o PMDB e o PFL, até o final do ano passado – e daria ao governo uma sustentação política mais coerente que a daquela aliança ou a do multifacetado PMDB, o que serviria para definir, inegavelmente, os perfis da situação e da oposição no país.

A próxima definição do mandato de Sarney e os primeiros movimentos em torno do pleito municipal de novembro podem, contudo, exercer influências sobre a direção do protesto dos pemedebistas identificados com as teses mais avançadas. Talvez não tenha chegado ainda a hora final pemedebista, nem o momento dos partidos definitivos, amarrados a um programa coerentemente seguido, o que só vem ocorrendo a agremiações menores do ponto de vista da representação parlamentar. ●

Fotos: p. 48, Luís Antônio, H. Santos; p.50, Jamil Bittar, A. Trindade; p.51, Paulo de Souza, José Vasco, Waldomiro Teixeira

Dívida, Déficit, Constituinte

As incertezas de Mailson

Em conversa com jornalistas estrangeiros, o ministro da Fazenda expõe as alternativas da economia brasileira



Mailson da Nóbrega: "O Brasil não alcançou os objetivos previstos com a moratória"

Anecessidade de crescer tropeça na poupança insuficiente e sofre as inibições decorrentes de um clima de expectativa produzido pelas difíceis negociações da dívida externa, pelos efeitos do déficit público e pela evolução dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Esse diagnóstico da conjuntura brasileira – ou da crise – foi transmitido aos correspondentes estrangeiros, em atuação no país, pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, durante uma en-

trevista-almoço realizada no Rio de Janeiro, na segunda quinzena de março passado, quando o ministro considerou que o Brasil não alcançou os objetivos previstos com a moratória, seja com relação ao aspecto puramente financeiro, seja quanto à mobilização dos países endividados do Terceiro Mundo, para a busca de uma solução conjunta frente à banca internacional.

O fim da moratória, contudo, embora pregada pelo ministro, dependerá, no correr deste mês de abril, da flexibilida-

de dos banqueiros em fazer algumas concessões ao país, principalmente novos empréstimos em condições aceitáveis. A ameaça de Mailson em suspender qualquer pagamento não pode ser interpretada como uma defesa programática do instrumento da moratória, mas apenas o reconhecimento de que inexistem recursos para efetivar certos pagamentos que tinham sido retomados.

O reinado das incertezas

O ministro vê o panorama econômico brasileiro dominado por temores e incertezas, que formam, com algumas insuficiências próprias do estágio de desenvolvimento do país, o clima psicológico de crise, desânimo e de falta de investimentos.

"Ocorre hoje, no Brasil – explicou o ministro –, uma redução da capacidade de poupança da economia, que chega a 16% do Produto Interno Bruto (PIB). Isso corresponde a aproximadamente 50 bilhões de dólares, uma vez que o PIB ultrapassa os 300 bilhões de dólares. Mas, as empresas não estão investindo no nível permitido por tal grau de poupança. E tal atitude decorre de três aspectos, que eu chamaria de as três incertezas: a dívida, o déficit público, os trabalhos da Constituinte."

A dívida, na explicação do ministro, atua sobre o empresariado como um fator de expectativas, uma vez que não se tem um quadro claro e firme em torno das negociações, não se sabendo se as circunstâncias poderão levar ao aprofundamento da moratória ou resultar em acordos que tragam o desafio externo, com a consequente injeção de recursos em investimentos.

O déficit público, por sua vez, retira a credibilidade nas políticas governamentais e cria a expectativa inflacionária, atuando assim como fator de desestímulo à economia e elemento desorganizador.

A Constituinte, enfim, na explicação do ministro, contribui com uma parcela



"Gerar o número de empregos suficientes para absorver a mão-de-obra ativa"

da incerteza, por estar ainda construindo as grandes normas gerais, que afetam as áreas política, social e econômica, resultando numa série de interrogações, tais como o nível de intervenção do Estado na economia, o sistema tributário, o tratamento ao capital estrangeiro, o alcance dos benefícios sociais.

"Essas são as questões – assinalou – que estão impedindo que o Brasil retome um processo de investimentos semelhante ao da década passada, quando se investiam aproximadamente 25% do PIB. Nós precisamos investir acima de 20%, para alcançar um crescimento econômico de 6% a 7%, de modo a gerar o número de empregos suficiente para absorver a mão-de-obra que chega ao mercado."

Objetivos não-alcançados

A posição crítica do ministro da Fazenda, quanto à moratória da dívida externa, toma por base a conclusão de que os resultados pretendidos não foram alcançados, seja no plano interno, seja no plano internacional. Em suma, o Brasil, na observação dele, não resguardou suas reservas e não conseguiu a mobilização externa que poderia ter levado os credores a definir novas condições gerais para a questão do débito do Terceiro Mundo – de quase 500 bilhões de dólares – de que o Brasil e o México respondem por cerca de 40% do total.

"Em primeiro lugar, a moratória foi feita apenas contra os bancos privados – criticou Mailson – e o país manteve o pagamento de juros e mesmo do prin-

cipal, em alguns casos, da dívida contraída junto a agências multilaterais e ao Clube de Paris, e não suspendeu a remessa de dividendos. Imaginava-se que o país iria engrossar suas reservas com o que deixasse de pagar aos bancos privados, enquanto continuaria a dispor da boa vontade das agências multilaterais, não atingidas pela moratória.

"Mas, o que ocorreu, na verdade, foi que essas agências agiram de modo crítico: no âmbito do Clube de Paris, o Brasil perdeu os financiamentos de suas exportações, ocorreu substancial redução de novos financiamentos do Banco



Mundial e o país continuou a pagar juros ao Fundo Monetário Internacional (FMI), por falta de acordo com esse organismo.

"O resultado disso é que o Brasil não acumulou reservas, acabou pagando dívida barata, sem resolver a questão da dívida cara (a dos bancos privados), e sofreu o custo invisível desse processo, que foi o clima de incertezas e a perda de confiança em relação à economia nacional, gerando queda de investimentos."

As observações, quanto às limitações com que tem sido praticada a moratória – esclareceu o ministro –, não significam, porém, que se pretenda simplesmente abrir a medida, a esta altura dos acontecimentos. O objetivo é o de se alcançar um acordo favorável com os bancos privados, fazendo alguns gestos de boa vontade no correr do processo de negociações.

"O Brasil tem interesse em pagar os juros, normalmente – frisou –, desde que exista a garantia mínima de que parte desses juros será financiada pelos bancos, com definições quanto ao montante do dinheiro que pretendem emprestar, quanto à taxa de risco (*spread*) e quanto ao mecanismo de cálculo dessa taxa de risco". Para este ano, a previsão é de que os juros da dívida junto aos bancos privados alcançarão cerca de 6,6 bilhões de dólares, correspondendo a perto de 30% das exportações.

A suspensão formal da moratória depende, segundo o ministro, do comportamento das negociações no correr de abril, que definirão as possibilidades brasileiras de pagar os juros referentes a este segundo trimestre do ano, o que lança sobre os bancos privados a responsabilidade de se mostrarem condescendentes, segundo o cálculo estratégico da equipe econômica brasileira.

Aos correspondentes estrangeiros, o responsável pela política econômica mostrou-se cético, quanto à possibilidade de constituição de uma frente de devedores, argumentando que as diferentes realidades dos países acabam por impor soluções isoladas, como ocorreu, por exemplo, com o México e a Argentina, que fizeram acordos, quando o Brasil iniciava a moratória.

B. Bissio

Fotos: p.52, B. Bissio; p.53, W. Santos; Ilustração Mowa

A dança da dívida

Luiz Carlos de Souza



Nogueira Batista Jr.: "O retorno ao FMI não resolverá os problemas do país"

As negociações do Brasil com os bancos credores da dívida externa, que pareciam ir bem, ficaram emperradas na penúltima semana de março. O próprio ministro da Fazenda, Mafíson da Nóbrega, declarou, no Rio, que se não fosse fechado um acordo até o final do mês, já a partir de abril o país suspenderia o pagamento dos juros da dívida. Com a lembrança de que ainda não foi levantada formalmente a moratória, realizada na gestão do ministro Dílson Funaro, Nóbrega deu a entender que seria melhor para os credores um acordo. E para o Brasil também.

As negociações empacaram quando, em duas reuniões com o comitê assessor da dívida externa, em Caracas, o país não conseguiu avançar no caminho de fechar um acordo com os credores. O Banco Mundial (Bird) resistiu em dar garantias aos bancos, para que promovam empréstimo-ponte de 1,8 bilhão de dólares, que possibilitaria o pagamento dos juros de abril a junho. E, no próprio âmbito interno, o governo ainda questiona se isso seria bom. O fato é que dinheiro novo está cada vez mais distante para o Brasil.

Dificuldades previstas

O economista Paulo Nogueira Batista Jr., do Centro de Estudos Monetários e Economia Intenacional, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que assessorou o ex-ministro Funaro quando o Brasil declarou a moratória dos juros da dívida externa, há um ano atrás, não se surpreendeu com o emperramento das negociações. Isso, para ele, já era até esperado.

Segundo o economista, o processo de negociação está andando mais lentamente do que o Brasil esperava devido a um problema político — que, em parte, começou a ser resolvido quando a Constituinte escolheu o regime de presidencialismo para o Brasil e a definição do mandato do presidente Sarney — entre outras questões.

Os credores aguardam, ainda, medidas duras da parte do governo quanto ao controle do déficit público, que viabilizariam um acordo com o FMI. É comum, segundo Batista Jr., que esse órgão induza um país interessado em mandar-lhe uma carta de intenções à tomada de decisões duras, como o corte nos gastos. Por isso, esperam que o Brasil corte, em especial, os salários do setor público.

Por motivos políticos — acrescenta Batista Jr. —, o governo não pôde, no início de março, congelar a URP dos servidores devido a resistências e ao próprio presidente da República não ter autorizado, para não se desgastar perante a opinião pública.

Para Paulo Nogueira Batista Jr., tal situação mostra o erro que foi o Brasil fazer pagamentos expressivos de juros sem ter conseguido um acordo com os bancos. "O país, de dezembro a março, pagou 1,6 bilhão de dólares de juros da dívida de longo prazo com recursos das suas reservas, isso sem contar com o pagamento dos juros da dívida de curto prazo", diz, para enfatizar: "O Brasil pagou isso sem ter obtido sequer a minuta do acordo com os credores".

Para o ministro da Fazenda, Mafíson da Nóbrega, a questão da definição do regime político brasileiro — parlamentarismo ou presidencialismo ou a duração do mandato presidencial — não era a principal na negociação da dívida externa. Nóbrega acha que o fundamental para um acordo com os bancos é a credibilidade do Brasil. Qualquer financiador quer saber é se o seu cliente vai prosperar e poderá pagar o financiamento, afirmou em Caracas, na reunião do comitê da dívida externa.

Mafíson da Nóbrega estava preocupado, também, com a possibilidade de que o déficit público deste ano avance para fechar o ano entre 6% e 7% do Produto Interno Bruto, gerando um grau de incerteza muito grande na economia. Nesse quadro, o economista Paulo Nogueira Batista Jr. acha que o retorno do Brasil ao FMI — defendido por algumas áreas — não contribuirá para livrar o país dos seus problemas. O mesmo pensa o economista Silvano Silva Cardoso, ex-presidente do Conselho Regional de Economia (Corecon-RJ), dizendo que a política desse órgão não deu certo, nem no México nem na Argentina. Aliás, para Cardoso, a afirmação de Tancredo Neves, de que o Brasil não pagaria sua dívida com a miséria do povo, já foi totalmente esquecida pela Nova República. (Veja na seção **Março**, o primeiro leilão de conversão da dívida em investimento.)

Foto: Agência Estado

Há tempo falada, mas nunca anunciada oficialmente, a reforma bancária e do sistema financeiro terá seu primeiro passo concreto com a extinção do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) até final de maio, conforme admitiu o diretor da Área Bancária do Banco Central, Wadico Buchi, em conferência a empresários do setor.

A reforma visa a criar condições de mais estabilidade para o ramo, com alongamento de prazos e redução de custos, permitindo dinheiro mais barato para o tomador. E fixará, ainda, condições para criação do banco múltiplo, via fusão de várias seções e divisões dos atuais bancos.

A reforma contará possivelmente com um empréstimo de 1,5 bilhão de dólares do Banco Mundial em três anos e cujos primeiros 500 milhões viriam logo, quando ela fosse deflagrada pelo governo. Se para os banqueiros e para o Banco Central a reforma será boa, pela "redução dos custos", setores de bancos menores especulam em torno da possibilidade de que resulte em fortalecimento ainda maior dos grandes conglomerados, em prejuízo dos bancos menores, enquanto, para os bancários, a perspectiva é nada agradável: perda de empregos — numa época de recessão econômica —, de um dia para outro, em nome de "custos mais baixos".

É por isso que o economista Sérgio Goldstein, que assessora o Sindicato dos Bancários do Estado do Rio de Janeiro, pelo Departamento de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), está preocupado com a reforma. Na prática, conforme afirma, ela já começou com a adoção de diversas medidas pelos bancos, até com demissões de executivos. Isso para não falar de que contas, com saldos abaixo por exemplo de três mil cruzados, estão sendo fechadas, e extratos de contas-correntes e de poupança, abaixo de determinados níveis fixados por agências, não são mais enviados pelo correio aos clientes. Isso sairá "caro" para os bancos, ou seja, contas que dão prejuízo devem ser extintas.

O significado dessas medidas, segundo o economista, para os bancários, poderá até ser a mudança de profissão. Sua previsão é de que poderão ser dis-



Reforma bancária desperta temor

Instituições menores e trabalhadores prevêem concentração financeira e demissões

pensados mais do que os 140 mil bancários demitidos logo após o Plano Cruzado I. Os bancos múltiplos irão precisar de muito menos gente para funcionar. Apesar disso, Wadico Buchi, diretor da Área Bancária do BC, diz que não deve ocorrer desemprego em massa. E que o banco múltiplo já existe, pois até o Banco do Brasil, praticamente, funciona nesse esquema.

A conferência de Wadico Buchi para membros da Associação dos Diretores de Empresas de Crédito, Investimento e Financiamentos (Adecir) foi a portas fechadas, a seu pedido. A imprensa não teve acesso e a explicação de um empresário é que muitas das medidas veiculadas pelo diretor de Área Bancária do BC poderiam, se divulgadas, provocar especulação no mercado financeiro.

Segredos à parte, Buchi revelou que a reforma está sendo planejada por cinco grupos de estudo. O primeiro, sobre taxas de juros, dispersão de recursos e fundos não levantados; o segundo, *spread*, as taxas de risco, reservas bancárias e ainda dispersão, com 42 tipos

de depósitos compulsórios em vigor; o terceiro, tributação sobre o sistema financeiro e seus instrumentos, fim do IOF e criação de um seguro-depósito, para substituí-lo; o quarto, os bancos estaduais (alguns dos quais, como Banerj, estão sob intervenção governamental); e, por último, as normas reguladoras do sistema financeiro: a redução do número de limites do sistema.

Wadico Buchi acrescentou, em rápido contato com a imprensa, que a reforma pretende mostrar à sociedade como são formadas as taxas de juros e saber se ela pode aceitá-las. A reforma também visa à transparência de impostos e subsídios nas operações financeiras, simplificar e racionalizar o funcionamento do sistema, com mais eficiência e fortalecer a competitividade, inclusive com a extinção do regime de cartas-patentes, que autorizam o funcionamento dos bancos pelo Banco Central — que hoje valem muito dinheiro — e o fortalecimento do próprio BC. ●

L.C.S.

O Rio corre atrás do turista

A antipropaganda da violência e das enchentes preocupa o turismo carioca.

Roberto Kenard

As catástrofes não são responsáveis pela queda do turismo na cidade do Rio de Janeiro, segundo o presidente da Riotur, Alfredo Laufer. Munido de pesquisa realizada na Alemanha, onde em março participou da Bolsa de Turismo de Berlim, ele aponta que apenas 28% dos turistas estrangeiros levam em consideração esse tipo de notícia e, desses, somente 3% ou 4% modificam seus roteiros de viagem.

Para Alfredo Laufer, tragédias como os temporais ocorridos este ano no Rio criam, na verdade, dois tipos de *lobby*: primeiro, o empresarial, onde grande parte dos empresários, tomada pela síndrome da catástrofe, aproveita-se da situação para exigir investimentos publicitários imediatos das instituições públicas, livrando dessa forma o próprio bolso; segundo, o estrangeiro, que são os representantes do turismo usando acontecimentos negativos em outros países para aumentar o número de turistas em seus territórios.

"A Riotur não chegou a constatar uma queda - prossegue ele - ou mesmo desvio de fluxo de turistas para outros pontos do Brasil, em detrimento do Rio de Janeiro. Na verdade, as campanhas que estamos pondo em prática, como 'O Rio Continua Lindo', têm mais caráter preventivo".

Educar a população

Por acreditar que muitos dos problemas brasileiros com o turismo resultam de distorções sociais, da condição de país do Terceiro Mundo ostenta-

do pelo Brasil, o presidente da Riotur coloca que a empresa, fundamentalmente, deve prover o Rio de infraestrutura interna. "A promoção externa tem de vir desse trabalho interno", acrescenta. Para que isso venha a acontecer, segundo ele, há a necessidade de modificações básicas, que vão desde a educação da população, para receber bem o turista, até a quebra da inoperância dos próprios órgãos encarregados pelo turismo.

"Nas entidades oficiais, nos órgãos públicos, o problema pessoal supera o problema institucional. O pior mal é a autopromoção. Dessa maneira, os órgãos, em vez de cuidarem de algo representativo para a comunidade, acabaram desvirtuando as suas finalidades. Falta, além do mais, coordenação interna. Os órgãos ligados ao turismo deveriam trabalhar juntos, sem que isso resultasse na perda de identidade de cada um."

Pensando nesse potencial interno não-aproveitado, a Riotur realizou, em dezembro do ano passado, pesquisa de mercado em 11 zonas da cidade do Rio consideradas essencialmente turísticas, procurando saber dessas comunidades o que representava o turismo. Foram ouvidas três mil pessoas e ficou constatado que 35% delas não sabiam avaliar a importância do turismo. A partir do resultado, a empresa começou a organizar campanhas. Mais: passou a agir diretamente junto às áreas escolhidas, realizando seminários e exibindo audiovisuais.

Reclamações

Os entraves, porém, são muitos. Responsável por nada menos que 60%



Laufer: "O Rio continua lindo"

do turismo estrangeiro no Brasil, a cidade do Rio, pelos cálculos de Alfredo Laufer, merecia investimentos no mínimo em igual proporção. Daí os atritos da direção da Riotur com órgãos federais, por parte dos quais espera investimentos mais agressivos no setor.

"É aquela coisa: se você tem uma fábrica com um produto bom e outros menos aceitáveis, jamais cometerá o suicídio de investir mais dinheiro nos menos vendáveis. Isso é natural. Claro que não queremos investimentos maciços apenas na cidade do Rio. Desejamos, sim, um equacionamento mais racional."

A depender do presidente da Riotur, o problema tem solução: "Precisamos de uma política de turismo arrojada. Somos extremamente nacionalistas, temos medo de perder o controle do país. A única alternativa é fazer perder o medo do erro. Vamos fazendo, se algumas coisas saírem erradas, modificamos. O fundamental é que o medo de errar não imprima o imobilismo. Nunca esquecendo que o turista ainda é a melhor propaganda".

Foto: Walter Santos

Comprando a dívida

Considerado um dos grandes acontecimentos econômicos do mês de março, o primeiro leilão de conversão da dívida externa em investimentos internos realizou-se no dia 29, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, um leilão-teste para o que se pretende que se torne uma rotina, capaz de converter até 4 bilhões de dólares por ano.

Pelo mecanismo da conversão, os credores do Brasil se desfazem dos créditos,

100 centavos", explicou o economista Paulo Nogueira Batista Jr., da Fundação Getúlio Vargas e um dos principais estudiosos brasileiros da questão do débito externo. Segundo ele, nunca se deve esquecer que o montante da dívida brasileira surgiu em decorrência da aplicação de taxas de juros (a maior parte da dívida brasileira está à mercê da flutuação dos juros) determinadas por eventos da economia internacional, fora do controle nacional. Em outras palavras, grande parte da dívida do Brasil foi criada pela política econômica norte-americana, que se refletiu na taxa de juros, penalizando sobretudo os países do Terceiro Mundo que tinham tomado empréstimos com a cláusula dos juros flutuantes.

Os resultados do primeiro leilão indicaram que o setor de turismo (hotel/lazer) atraiu o maior interesse dos investidores externos, recebendo um total de 29,3 milhões de dólares, seguindo-se o setor agropecuário (24,5 milhões de dólares), alimentos (15,7 milhões), eletro-eletrônicos (15,3 milhões), química/petroquímica (12,2 milhões), mineração (11,2 milhões), brinquedos (10 milhões) e participações (10 milhões), ficando as demais áreas com valores menores.

Os Estados Unidos (50,8 milhões de dólares), a França (26,8 milhões), Panamá (15,7 milhões), Japão (11,9 milhões), Lichtenstein (11 milhões) e Uruguai (10,9 milhões) foram os países dos principais investidores.



Roberto Marinho e Sílvio Santos: a influência eletrônica

A guerra do vídeo

Em março, aumentou mais alguns graus a temperatura da briga de audiência entre as televisões de Roberto Marinho e Sílvio Santos. Desde o final do ano passado, o Sistema Brasileiro de Televisão-SBT, de Sílvio Santos, faz intensa publicidade sobre sua vice-liderança nacional em audiência - "líder absoluto no segundo lugar" - e ameaça a concorrente com movimentos ousados, como a contratação do comediante Jô Soares e a quase atração de Xuxa.

Se Xuxa não foi para o SBT, março marcou a estréia de Jô Soares no canal de Sílvio Santos, um golpe que a Globo não deixou sem uma represália, que alguns consideram falta de ética e outros um atentado ao direito de trabalho: não exibirá comerciais feitos por Jô Soares.

Isso significa a imposição consciente de prejuízos ao humorista, configurando uma vingança e uma perseguição, uma vez que os anunciantes vão simplesmente esquecê-lo, para não perder o público atingido pela emissora de Roberto Marinho.

Um dado especialmente novo, porém, indica que, no ramo da comunicação eletrônica, o dono da Globo encontrou um adversário com fôlego e competência: Sílvio Santos, hoje um sólido conglomerado empresarial, ensaia dar o passo que faz de Roberto Marinho muito mais que um multiempresário: vai associar, à sua força e tino comercial, a influência política.

Sílvio Santos anunciou, no terceiro domingo de março, durante seu programa, a intenção de candidatar-se à prefeitura de São Paulo, um conhecido caminho para vãos políticos mais altos, mas, já por si mesmo, um lugar de destaque nacional. O partido é o PFL.

Consumada a politização às claras de Sílvio Santos, o mundo da comunicação eletrônica poderá passar a contar com duas forças de influências equivalentes: de um lado, o dono do SBT tirando sua força da atividade partidária ostensiva e, do outro, Roberto Marinho, o poder político oculto. Um quadro novo como este certamente não deixará de gerar consequências no mundo da comunicação.



O leilão, na bolsa do Rio

repassando-os mais baratos a interessados, que terminam por receber o pagamento em cruzados, mas com a condição de empregar o dinheiro, por um determinado prazo, em projetos no país.

O primeiro leilão converteu o total de 150 milhões de dólares da dívida, negociados com deságio de 27% para a área livre e de 10,5% para a área incentivada, gerando com isso uma economia de 36,5 milhões de dólares no total da dívida externa.

"O leilão provou que cada dólar da dívida não vale



João do Amaral Gurgel: Projetos para a autonomia tecnológica

O carro nacional acumula forças

□ O desenvolvimento de um carro de tecnologia inteiramente nacional cumpre mais uma etapa: em meados de março, o governo federal baixou o decreto nº 95.860, pelo qual se estabeleceu uma nova categoria fiscal de veículos econômicos, com a alíquota do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) de apenas 5%.

A medida visou a beneficiar o projeto da Gurgel S.A., que, com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos-Finep, do Ministério da Ciência e Tecnologia, está resultando na criação do Cena, o carro econômico nacional, que deverá adotar o nome comercial de Gurgel-280.

Ao comentar o decreto presidencial, numa reunião com Fábio Celso Macedo

Soares Guimarães, presidente da Finep, o engenheiro João do Amaral Gurgel destacou as características do veículo, que rodará 25km por litro de combustível, será cerca de 40% mais barato que o mais barato carro das montadoras transnacionais e, sobretudo, não pagará *royalties* a ninguém, pois o Cena terá tecnologia totalmente brasileira, contando com um motor de dois cilindros, desenvolvido pela própria Gurgel.

Conhecido por sua insistência em realizar projetos de fundo autônomo, Gurgel já lançou nas estradas diversos modelos de utilitários, e, agora, com o Cena, entra na linha dos carros de passeio, tornando o Brasil um dos poucos países do mundo a contar com um produto automobilístico próprio.

A força da informática

□ Um panorama da indústria da informática brasileira foi apresentado na penúltima semana de março, no Riocentro, a principal área de exposições do Rio de Janeiro, quando a II Feira Nacional de Software-Fenasoft, o II Congresso Internacional de Tecnologia do Software, Telemática e Informação e o VIII Encontro Nacional das Empresas de Serviços de Informática-Enesi reuniram mais de 200 empresas do setor, que, em quatro dias, puderam realizar negócios superiores a 70 milhões de dólares, o dobro do que se conseguiu no ano passado. Igualmente dobrou o número de visitantes, que este ano chegaram a 50 mil pessoas, numa demonstração do crescente interesse que o assunto vem despertando.

Área avançada, que diz respeito ao futuro da economia brasileira e do desenvolvimento global do país (veja, a propósito, a matéria de capa da edição nº 107 de **terceiro mundo**), a informática brasileira mantém-se como alvo preferencial das pressões norte-americanas e

dos grupos internos que não atribuem maior importância ao desenvolvimento autônomo dessa tecnologia vital.

Às vésperas da abertura da Fenasoft, uma missão norte-americana percorreu os principais centros do país, contatando as áreas empresariais para um exercício de terror comercial: os representantes de Washington transmitiam a ameaça de que o governo Reagan irá mesmo impor restrições à importação de produtos brasileiros, em decorrência da legislação nacional que defende a reserva de mercado no segmento de mini-computadores. O objetivo claro é o de levar os empresários ameaçados pela retaliação de Washington a exercer pressão sobre Brasília, para modificações na legislação, o que — se viesse a acontecer — significaria algo como uma devastação no futuro tecnológico brasileiro, além da destruição de um setor que vem dando progressivos saltos de qualidade, como ficou demonstrado, mais uma vez, nesta Fenasoft.



A II Fenasoft demonstrou o crescente interesse sobre o assunto

Mataram o último da gang de Lúcio Flávio

Júlio Augusto Diegues, o **Portuguesinho**, encontrado morto na mala de um Chevette roubado de outro cadáver, na Rua Visconde de Albuquerque, no Leblon — Uma bala no ouvido e outra no braço — Na década de 70 foram encontrados os corpos de Lúcio Flávio e Liece de Paula Pinto, assassinados por assaltantes de bancos — Admitida hipótese de os 2 homens terem sido desova roubado de motorista que foi levar mulher a centro espiroita

Orla do Botafogo, reapareceu ontem — foto — foi perdoado pelo clube. Disse que se afastou o tudo e de todos para esquecer os últimos acontecimentos, inclusive a morte do filho (Esportes)

Rebeldes sem causa?

José Louzeiro

Júlio Augusto Diegues, 39 anos, conhecido como "Portuguesinho", um dos maiores assaltantes de bancos do país, parceiro de Lúcio Flávio e Liece de Paula Pinto, foi morto na madrugada do dia 14 de março passado e seu corpo encontrado no portamalas de um Chevette roubado, em frente ao nº 801, da rua Visconde de Albuquerque, no Leblon.

"Portuguesinho" estava condenado a 350 anos de reclusão e ainda tinha alguns processos a responder. Fugiu pela última vez da Ilha Grande em 1979, quando desembolsou a quantia de 150 mil cruzeiros, muito dinheiro para a época.

Amante de filmes policiais norte-americanos, "Portuguesinho" era natural de Vinhais, província de Bragança. Seus pais vieram para o Brasil e trabalhavam como feirantes. Sempre que conseguia algum dinheiro, ele se enfiava nos cinemas. Impressionava-o, particularmente, a postura dos bandidos que funcionavam como motoristas das quadrilhas. Depois de certo tempo, passou a ter admiração por Humphrey Bogart.

Não perdia um só filme do protagonista de "O Tesouro de Sierra Madre".

Nessa época de cinema, "Portuguesinho" não conhecia Lúcio Flávio e seus principais parceiros: Liece de Paula Pinto, Fernando C.O. e Nijine.

Em 1955, os pais de "Portuguesinho" nem pensavam em vir para o Rio. Mas aqui (no Méier), já funcionava a Galeria Imperator, com um dos melhores cinemas da cidade. Um grupo de rapazes frequentava a casa como se ali fosse sua escola. O grupo era grande, mas pelo menos dois nomes se destacavam: Lúcio Flávio e Fernando C.O. Eles se deslumbravam com as fitas policiais e, mais tarde, com as aparições de um jovem ator que se tornou famoso de um momento para outro: James Dean.

Quando Lúcio Flávio viu "Juventude Transviada" (1956), sua empatia com Dean foi total. Nesse ano, o ator norte-americano assumia a liderança dos moços considerados "rebeldes sem causa".

Por essa época, também, a garotada da Imperator começou a conseguir carros — quem não tinha roubava —, para armar "pegas" pela Zona Norte, principalmente no Alto da Boa Vista e na Estrada de Jacarepaguá, exatamente por ser repleta de curvas, com tráfego em mão dupla.



É necessário lembrar que o Rio de Janeiro da década de 50 vivia na condição de Distrito Federal, o que lhe acarretava uma série de problemas políticos mas sempre a vida era mais folgada para os que tinham empregos junto ao governo. E como havia funcionário público!

As boates fervilhavam na orla marítima, as casas de jogos funcionavam às escondidas (mais que hoje), o teatro de revista estava no auge, a Cinelândia era o ponto mais importante da cidade, os *rendez-vous* de luxo ficavam nas ruas Alice e Conde de Lage, o Manguê era uma cidadela de prostitutas, muitas delas de origem francesa e polonesa, as famosas "polacas".

Na Lapa, a boemia resistia. Havia o Café Indígena, onde a malandragem



A turma de Lúcio Flávio

"O objetivo dos 'esquadrões da morte' era acabar com os delinquentes"

tomava pinga e comia "bife de chaleira" (mêdia e pão com manteiga). Os que ganhavam nas corridas do Jockey podiam frequentar o Capela, as coristas tomavam leite com broa de milho na Leiteria Bol, do lado do cabaré Naná.

Pela ordem de importância, para os jovens, as diversões eram: o cinema, com longas filas em cada estréia; bailes com o rock de Elvis Presley, os "pegas" com carrões importados, de preferência Simca Chambord ou Tufão, os Citroëns 11 Ligeiros, os Fords cupê, os Pacards, todos hidramáticos (menos os Citroëns), todos pesados e queimando gasolina azul.

Quem não gostava de carros usava motos Read-Indian, as mesmas que a Polícia Especial utilizava, por serem poderosas.

O sonho de todo jovem daquele tempo, com menos de 18 anos: entrar num inferninho, onde havia sessões contínuas de *strip-tease*.

Politicamente, germinava a crise iniciada com a eleição de Getúlio Vargas para o governo democrático, em 1951. A "Última Hora" de Samuel Waiher estava entrando no mercado com grande estardalhaço e os cinemas Azteca, São

Luiz e Metro eram verdadeiros palácios da sétima arte. A revista "O Cruzeiro" tinha tiragens de mais de 600 mil exemplares semanais, a "Revista do Rádio" era o porta-voz dos artistas que brilhavam na Rádio Nacional, Zica imperava na Praça Mauá como o grande contrabandista, mas o retrato da família carioca era divulgado mensalmente pela sofisticada revista "Vida Doméstica", toda em papel couchê da melhor qualidade.

Em meio a tudo isso, rolava o crime, principalmente o homicídio de características passionais. Os furtos corriam por conta dos punguistas e batedores de carteiras que agiam de preferência nos bondes, os estelionatários falsificavam escrituras das casas de viúvas ou de sítios em Jacarepaguá e na distante Barra da Tijuca. Assaltos a banco era coisa dos filmes. Assalto nas ruas, raramente aconteciam. A imprensa costumava gabar-se de que, felizmente, numa cidade abençoada por Deus, não havia tragédias como em Nova Iorque, Londres ou Paris.

Certos jornais até menosprezavam os delinquentes da época, classificando-os de "pés-de-chinelo", expressão ainda hoje utilizada.

Foi nesse período de tanta efervescência, que o grupo de Lúcio Flávio tomou forma. É bom lembrar, também, que na década de 50, havia as "turmas" dos bairros da Zona Norte do Rio. Quando uma turma atravessava a região da outra, sem acerto prévio, o pau cantava. A mesma coisa ocorria durante o Carnaval. Quando um bloco se encontrava com outro, em certos lugares como Quintino, Engenho Novo, Engenho da Rainha e em Madureira, a briga era feia.

Lúcio Flávio liderava sua patota. Não falava alto, nem fazia ameaças. Mas quando ele insistia com uma coisa, melhor deixar que fosse em frente. Disso sabiam Liece de Paula e Fernando C.O., seus companheiros de primeira hora. Depois vieram outros, muitos outros, o "grupo" virou quadrilha.

Lúcio declarou: sua maioridade no mundo da delinquência, no dia em que bolou, provavelmente com Fernando C.O., as corridas de carro, tendo como prêmio uma bailarina e a despesa paga na boate Nice, que funcionava na própria Galeria Imperator.

As corridas, sempre à noite, tinham umas tantas normas que não podiam ser ignoradas. 1) Cada corredor deveria ir ao bar e restaurante Barril, o mais sofisticado de Ipanema, onde compraria alguma coisa e pegaria a nota. A norma 2 era óbvia: seria vencedor aquele que chegasse primeiro ao ponto de partida.

Lúcio era bom volante mas não gostava de mostrar-se. Fernando exibiu-se. Adquiria fama de exímio piloto de carros e motos Read-Indians. Numa certa noite, por insistência inclusive de umas garotas, frequentadoras da Imperator, Lúcio decidiu inscrever-se nas corridas. Usava um Simca envenenado, descarga livre, dois carburadores, gasolina azul com aditivo especial.

Lúcio retornou à Galeria Imperator com uns 10 minutos de vantagem sobre o segundo corredor. Ganhou os troféus a que tinha direito, não se embebedou, não fez longos comentários sobre as peripécias da maratona, como era comum entre os corredores.

No dia seguinte, alguns jornais deram as explicações que ele omitira. Inteiramente absurdas. Um guarda de trânsito contava que, estando no cru-

zamento das ruas Figueiredo de Magalhães com Barata Ribeiro, ficou apavorado ao ver um carro em alta velocidade que virava descendo a Barata Ribeiro, direção contrária à corrente de tráfego, obrigando os outros carros a subirem nas calçadas. Um motorista de ônibus mais assustado, bateu numa loja e o guarda confessava ter sido levado à farmácia mais próxima, pois tivera um princípio de desmaio. Lúcio Flávio chegou correndo muito dianteira sobre o 2º colocado porque, enquanto este fez o retorno pela Avenida Atlântica, ele foi e voltou a Ipanema pela Barata Ribeiro. Quando lhe mostravam os jornais, comentava, sorridente: "A Barata Ribeiro até que não estava com um trânsito tão intenso, assim. O guarda tá exagerando".

A partir dessa estória, que rapidamente transformou-se em lenda, um maior número de admiradores reuniu-se ao James Dean carioca. Bonitão, educado, audacioso, brigador, ele encarnava o tipo do homem que as garotas de então admiravam.

Até o ano de 1964, o "grupo" de Lúcio praticou pequenos delitos. De modo geral, roubavam carros para os "pegas", depois devolviam. Eles podiam ser considerados, simplesmente, "rebeldes sem causa".

Durante o governo de Juscelino Ku-

bitschek, os micros cariocas incharam. Mas havia otimismo. JK abriu estradas, "voava como passarinho", no dizer do povo, criou a indústria automobilística, o carro deixou de ser objeto só dos ricos e remediados. A classe média também passou a ter acesso a ele. E, enquanto Kubitschek iniciava a construção de Brasília, um grupo de policiais do Rio criava o "Esquadrão da Morte".

O objetivo era acabar com delinquentes que começavam a perturbar a vida dos cariocas, ao mesmo tempo que "policiais de escol" teriam oportunidade de mostrar suas qualidades. Esses policiais, mais tarde, seriam chamados "homens de ouro". Curiosamente, quase todos eles terminaram envolvidos em processos por corrupção, homicídios e tráfico de entorpecentes. O que mais se destacou na escalada de crimes foi Mariel Mariscott de Mattos.

Com o golpe militar de 64, o "Esquadrão da Morte" passou a ser utilizado nas perseguições políticas, embora sua existência fosse sempre negada.

Foi, também, após o golpe de 64 que os componentes do grupo dos "rebeldes sem causa", do Méier, assumiram uma outra conotação: passaram a necessitar de dinheiro e, como eram inteligentes, tinham carros e disposição, partiram para os primeiros assaltos. As preferências eram hotéis, joalherias, lojas de eletrodomésticos, bancos.

Em 1973, quando "Portuguesinho" foi convidado a participar da quadrilha, Lúcio Flávio era nome temido pelos outros delinquentes e por metade da polícia carioca. Ele foi admitido no bando como motorista "de fuga", exata-



"Na transgressão às leis, eles seguiram minimamente os militares"

mente como "Portuguesinho" sonhava ser um dia, vendo seus filmes de *gangsters*.

Ao morrer na prisão, em 1975, Lúcio Flávio estava condenado a 308 anos de reclusão, com processos a responder. Lieke de Paula, metralhado no Túnel Novo, juntamente com Nijine, irmão mais novo de Lúcio, pegaria 300 anos e "Portuguesinho", morto dia 14 de março último, estava condenado a 350 anos, também com alguns processos pendentes.

Teria sido o cinema?

Depois de escrever um livro sobre o bando de Lúcio e participar de um filme sobre sua vida, como roteirista, o assassinato de "Portuguesinho" me conduz a esta reflexão: teria sido o cinema que entortou tantas cabeças?

Creio que os filmes contribuíram, de alguma forma, para que aqueles moços tivessem consciência de que integravam





Lúcio Flávio (de barba), com seus parceiros na prisão: não foi o cinema e sim o desrespeito dos ditadores que os levou ao crime

a legião dos "rebeldes sem causa". Mas a razão maior da sua revolta passava pela família mal constituída e esbarrava na usurpação do poder, época em que os mocços que tinham participação política eram esmagados nas ruas, enquanto outros constavam de cartazes que se espalhavam pelos pontos mais movimentados da cidade, com prêmio a quem os denunciasse.

Essas perseguições e os assassinatos, Lúcio Flávio não entendia. Revoltava-se. Veio o dia em que, durante uma festa, policiais invadiram a casa dos seus pais. Ele prometeu que os mataria.

A partir daí, os "rebeldes sem causa" passariam a agir paralelamente aos que faziam resistência aos ditadores. Pena que essa linha de ação de Lúcio não tenha tido conexão com as facções políticas em atividade. Ele preferia atuar como "livre colaborador", aquele que não precisa se submeter a compromissos, muito menos obedecer ordens. O homem de ligação da quadrilha de Lúcio Flávio com alguns segmentos subversivos era Antônio Branco, o mais politizado de todos.

Através de Branco, Lúcio Flávio conheceria um ativista que, embora não tivesse marcado época nas facções que se batiam contra os "esquadrões" organizados pela direita, assumiria projeção no submundo. Trata-se de Januário Jo-

sé Pinto de Almeida Oliveira, o Janu, poeta como Lúcio Flávio tentou ser. Embora eu não disponha de muitos elementos quanto à relação Janu-Lúcio, sei de fontes seguras que os dois se encontraram pelo menos três vezes.

Janu não se deixara influenciar pelos filmes norte-americanos, pois todo o seu tempo ele dedicava ao estudo do manual de guerrilhas do Che Guevara que, por essa época, circulava clandestinamente nas mãos dos jovens, "rebeldes com causa definida".

Agora, ao fazer o registro da morte de "Portuguesinho", todas essas lembranças de um velho repórter de Polícia afloram. Vale dizer: "Portuguesinho", Lúcio Flávio e parceiros não eram tão bandidos assim. Na transgressão às leis, eles seguiram minimamente os militares que usurparam o poder. Por isso, acho que não foram arrastados ao crime pelos filmes e, sim, pela demonstração de desrespeito que os ditadores de 64 deram à nação.

Lúcio costumava dizer, em tom de deboche: "Se eles podem tomar o país, por que a gente não pode tomar um barco?"

"Portuguesinho tinha pose de megalômano e costumava repetir: "Eu sou grande. Tudo que faço em grandeza. Um assalto que eu pratico é pra ninguém botar defeito".

Janu, ideólogo do Comando Vermelho, não era de bravatas. Embora fosse alegre, parecia-se com Lúcio no jeito de falar. Um dia, quando a sua filha já estava grandinha, ele escreveu um poema na prisão, dedicado à menina. Eis um instante desse trabalho:

*Posso apenas te contar
que um dia acordei e,
como acontecerá com você tam-
bém,
descobri que os Anjos não existiam,
e nenhum deles nos guardava
do mundo.*

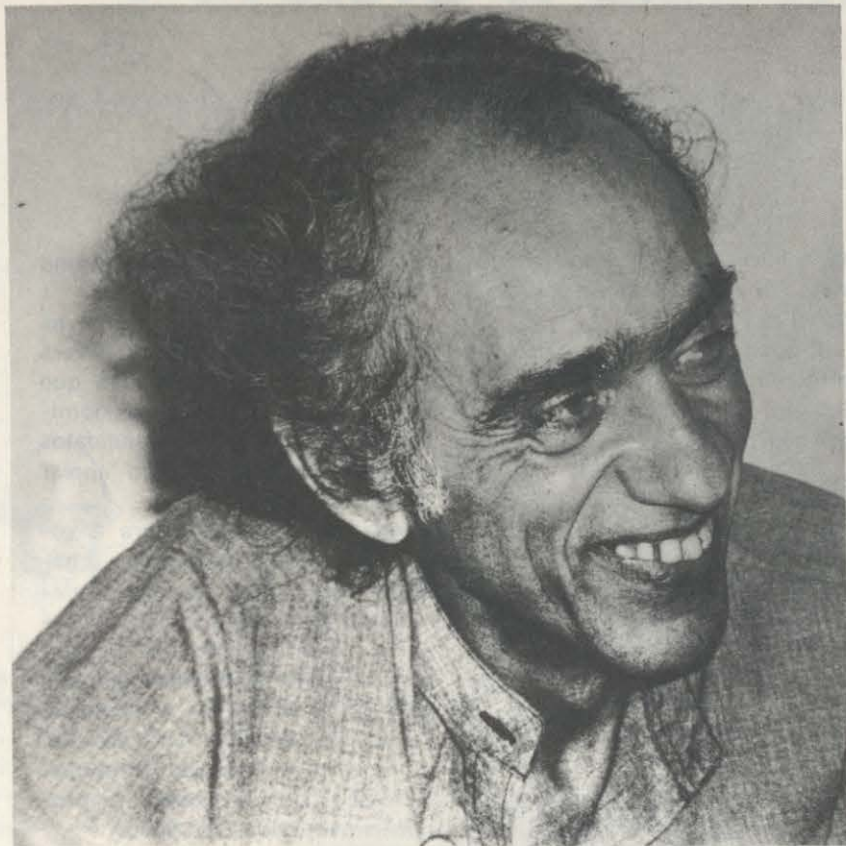
Lídice de Paula Pinto não era diferente de Janu, Lúcio e "Portuguesinho". Gostava de que Dionéia Machado, sua última amante, lhe desse uma manadeira de Tódy quando ele voltava para o esconderijo, altas horas da madrugada, após os assaltos.

Antônio Branco isolava-se nos cantos da prisão, para conversar com o fantasma do filho que nasceu morto. A mulher, subnutrida, não conseguiu gerar o menino direito, abortou. Isso foi a senha para que ele deixasse o emprego da TV Tupi e partisse para o crime.

Curioso é que o Rio de Janeiro dessa época, segundo dizem hoje, vivia seus "anos dourados".

Fotos: p. 60, W.Santos; p. 61, Paulo Moreira

Betinho: Prêmio Nobel da Paz



Por que não?

Neiva Moreira

Foi uma festa bonita a sessão realizada na Assembléia Legislativa para a entrega do título de Cidadão Fluminense a Herbert de Souza. De Bocaiuva, em Minas – famosa pelo eclipse do ano de 1945 e pelas anedotas de José Maria Alkimim, também filho da terra – a Botafogo, no Rio, Betinho percorreu um longo caminho, quase sempre duro e perigoso e que, por isso mesmo, enriqueceu sua biografia.

Na reunião, estávamos muitos dos que, em tempos diferentes, de liberais a anarco-sindicalistas, de presidencialistas a parlamentaristas, passando pela social-democracia e pelo marxismo, estimam e admiram Betinho e com ele coincidem em um ponto qualquer do amplo espectro de suas lutas.

O bispo de Caxias, d. Mauro Morelli, o padre Boff, jovens deputados como Carlos Minc (PT), Er-

nani Coelho (PT), La Feghali (PC do B), Luis Henrique (PDT), e outros não tão jovens, como Milton Temer (PS), o cientista Sergio Arouca, o secretário da Saúde, José Noronha, com mútuas recordações de Moçambique, Lucélia Santos e muitos e muitos mais.

"Somos o exército Brancaléone", disse o homenageado, "especializado em causas perdidas". O bispo d. Morelli, por todos os títulos capelão desse enorme exército sem "urutus", falou sobre o sentido da reunião e as coincidências que congregavam a todos.

E sobre a curiosa indagação se Betinho é ou não católico, d. Mauro encerrou a polêmica com um argumento para ninguém questionar mais: "Só sei que ele é o meu diretor espiritual". E olhe que ser diretor espiritual de um bispo já não é pouca coisa, mas de um d. Morelli, é andar lá por cima, quase como

um "marajá" teológico na cátedra de Pedro.

Depois disso, por que perguntar se o Betinho vai ou não à missa ou se conta seus pecados – que não devem ser poucos – ao padre da freguesia?

Tive vontade de falar. Ali perto estava aquela tribuna de onde, companheiro do povo fluminense, andei dizendo coisas, nos idos de 50, mas acho que depois de tantos discursos na Constituinte, a gente fica inibida diante do microfone. Havia recordações memoráveis, dos dias agitados da resistência no começo da década até o golpe de 64, dos tempos da AP e dos Grupos dos Onze, do exílio em Montevideu, e do México, que ficarão para outro momento.

O exílio é uma coisa chata e desagregadora. No Uruguai – dos códigos "secretos" e das conspirações – ou no México, com os estudos e

as análises da nova realidade nacional e das projeções sobre o pós-ditadura, Betinho era o mesmo: não se abatia e não se afastava daquilo a que tantos se referiam na Assembléia: a "utopia democrática".

As suas palavras são, por vezes, cáusticas e duras, mas nem elas, nem o seu humor cortante conseguem esconder a sua mensagem inamovível: a esperança e a solidariedade.

Talvez seja isso e a confiança na missão, que ajudam Betinho a resistir a tudo e a transformar a Aids, não num atestado de óbito, mas num formidável instrumento de luta contra a incúria dos governos, a insensibilidade das classes dominantes, a injustiça social.

Quando sepultava o irmão Chico Mário — depois de perder Henfil — não consegui, como todos os que se encontravam a seu lado, resistir àquele momento de angústia e injustiça. Foi Betinho quem nos consolou a todos: "Tocar pra frente, velho".

Perguntei a Maria, a admirável nissei sua companheira, de onde o magro Betinho tira tantas energias. "Eu mesma não sei", me respondeu ela. Será seguramente essa poderosa conjugação de resistência e luta que o faz presente nas grandes causas de nosso povo e que dá ao seu proselitismo o sentido universal que o torna tão africano, quanto brasileiro, tão latino quanto asiático.

Talvez por isso mesmo — e não apenas pela corrente de solidariedade e respeito que nos une a Betinho — foi que todos acolhemos como uma inspiração de cada um, uma espécie de idéia compartilhada,

a iniciativa do deputado Carlos Minc, propondo para ele o Prêmio Nobel da Paz.

É possível que algumas pessoas perguntem por quê. Sim, por quê Betinho? Pergunto o contrário: por que não?

Sei que nem tudo é prata fina na galeria dos agaloardos do Nobel da Paz. Se Betinho para lá fosse, iria estranhar as companhias de Begin e Kissinger e sobre essa "parceria" inventaria, sem dúvida, anedotas deliciosas. Mas certamente teria outras companhias ilustres e respeitáveis: Luther King, Teresa de Calcutá, Pérez Esquivel, Desmond Tutu.

Correm muitas versões e especulações sobre a concessão de um Prêmio Nobel. Há pressões, interesses diplomáticos e conveniências de Estado. Também há inspirações justas, que, por vezes, se impõem. A decisão dos julgadores não está isenta das influências de campanhas internacionais, frequentemente, bem lubrificadas. Enfim, entre a justiça das indicações e a decisão, há um longo caminho a percorrer.

No caso do Betinho, isso é o que menos importa. O fato mais significativo é que centenas hoje, possivelmente milhares de pessoas amanhã, coincidem na sua indicação e se dispõem a lutar por ela.

E por que não?

Betinho tem muitas credenciais ao título. Nas suas lutas pela democracia, os direitos sociais, a justiça e a vida, ele tem muito da ternura da madre Teresa, do humanismo de Luther King, da paixão pelos direitos humanos de Pérez Esquivel, ou do repúdio à discriminação racial

do bispo sul-africano Desmond Tutu.

Estou certo de que, mesmo na Europa e Estados Unidos haverá instituições e personalidades que romperão os preconceitos dominantes em relação aos candidatos do Terceiro Mundo, para apoiar aquela indicação.

O fundamental agora é estruturar a campanha, organizar o seu comitê coordenador e partir para indicações regulamentares do nome de Herbert de Souza. Sua candidatura ganhará mais força se obtiver o apoio de instituições privadas e do Estado, de modo a ser recebida como uma indicação do nosso país, um pronunciamento do nosso povo.

Quando o trabalho, o esforço, a coerência, a visão profética, a identidade com as causas justas de Betinho forem devidamente conhecidas, não há dúvidas de que muitas pessoas estarão solidárias com sua indicação ao Nobel da Paz e se considerarão representadas por ele na luta por uma sociedade justa e na visão de um mundo de paz, justiça e solidariedade.

Não preciso anunciar que **terceiro mundo** já está engajada nessa luta. No Brasil ou onde chegue a mensagem das suas edições e dos seus colaboradores. Para viver um momento de justiça e verdade, se os julgadores de Oslo lhe reconhecerem os méritos ao Prêmio. Para cumprir o ritual das batalhas inevitáveis, mas perdidas, se outra for a sua decisão final. Não é outro o compromisso dos que nos alistamos ou fomos alistados nesse teimoso e simpático "exército Brancalione".

Persiste a discriminação

As Nações Unidas reconhecem que, apesar das mulheres executarem dois terços do trabalho no mundo, seus salários continuam inferiores aos dos homens e sua contribuição não é reconhecida



As Nações Unidas advertiram, no mês de março passado, na comemoração do Dia Internacional da Mulher, que continua a discriminação política e sa-

larial das mulheres: elas só ocupam no mundo todo cinco cargos de chefe de governo e 10% das cadeiras das Assembléias Legislativas.

As mulheres executam dois terços do trabalho no mundo, mas ganham em média menos de dois terços do salário que recebem os homens. "Os problemas de discriminação por causa do sexo existem tanto nos países desenvolvidos quanto no Terceiro Mundo", declarou o secretário geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Javier Pérez de Cuéllar, numa mensagem dedicada ao Dia Internacional da Mulher.

O diplomata peruano destacou que as Nações Unidas adotaram, no dia 8 de março, o lema "Chegou a hora de agir", visando a melhorar a condição da mulher em todo o mundo e a não perder o impulso criado nesse sentido durante a Década da Mulher, instituída pela comunidade internacional, entre 1976 e 1985.

Vítima da dívida externa

Pérez de Cuéllar exortou a que se dê especial atenção às consequências da dívida externa do Terceiro Mundo sobre a população feminina. "Devemos evitar que os mais pobres, na sua maioria



Segundo dados da ONU, as mulheres fazem dois terços do trabalho no mundo, mas recebem, em média, menos de dois terços do salário do homem pela mesma tarefa

mulheres, sofram demasiadamente com os programas de ajuste econômico".

A dívida externa dos países subdesenvolvidos chega a cerca de um bilhão de dólares e a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina) advertiu que os planos para enfrentar a crise na região acarretam um alto custo social,

acentuando a extrema pobreza, principalmente nos meios rurais.

O secretário geral da ONU lembrou o fato de que a falta de atenção para com o número cada vez maior de mulheres sós que são chefes de família "colocou em perigo o futuro de um número crescente de crianças em todo o mundo. Da

mesma forma – acrescentou –, o fato de não se prestar a devida assistência às mulheres camponesas contribuiu para a redução da auto-suficiência em termos de alimentos”.

As Nações Unidas constataram que, a nível mundial, as mulheres ocupam uma de cada 10 cadeiras nas câmaras legislativas nacionais e apenas cinco são chefes de governo. E reconhecem que a discriminação também existe na própria ONU, onde somente quatro dos 159 cargos de embaixadores e só 8% dos postos mais altos dessa organização são desempenhados por mulheres.

Um dos primeiros passos para se conseguir a igualdade é reconhecer que as mulheres cumprem funções indispensáveis à sociedade, mas que em sua maior parte são ignoradas nas estatísticas econômicas, além de seu trabalho não ser suficientemente valorizado e ser mal remunerado, sublinha o documento da ONU. Na população mundial, que chegou a cinco bilhões de habitantes em 1987, as mulheres são chefes de 20% das famílias e constituem sua única fonte de subsistência; cultivam a metade dos alimentos nos países subdesenvolvidos e representam 60% dos analfabetos. As Nações Unidas insistiram no fato de que as mulheres “assumem uma carga dupla, porque trabalham cada vez mais fora de casa e continuam executando quase todas as tarefas domésticas”, e “em média, têm entre duas e quatro horas menos de tempo livre, por dia que os homens”.

A mulher como produtora

Na comissão das Nações Unidas sobre a condição da mulher – que realizou sua 32ª sessão em março passado, em Viena, Áustria – a ONU também apresentou um relatório, resultado dos trabalhos desenvolvidos durante 1987. A comissão trabalha sob a égide do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc).

O relatório assinala que, em muitos países do Terceiro Mundo, são as mulheres que produzem os alimentos para a família, mas a sua capacidade de continuar exercendo essa função diminuiu, sempre que se vê obrigada a mudar para áreas marginais ou a renunciar completamente à terra – seja pela legislação vigente que, em muitos casos,



Os problemas de discriminação sexista existem tanto nos países ricos como nos pobres



Mulher: “chegou a hora de agir”

favorece os grandes proprietários, seja por problemas decorrentes da situação política do país.

Da mesma forma, um número cada vez maior de mulheres se vê atraído pelo trabalho assalariado e por atividades ligadas ao mercado, sem que contem com uma legislação trabalhista que as proteja, diz o relatório da ONU. Além disso, o estudo mostra que muitas vezes as mulheres se acham na linha de frente da degradação ecológica, porque suas necessidades de sobrevivência as obrigam a trabalhar terras semi-áridas.

Por outro lado, a tendência dos homens à migração, temporária ou permanente, aumenta o número de lares onde a mulher se torna a principal responsável pela subsistência da família. Além do seu papel como produtora de

alimentos, em muitas sociedades subdesenvolvidas as mulheres desempenham um papel chave no processamento, armazenamento e comercialização de produtos alimentícios, aponta o estudo.

Mesmo assim, elas tendem a ser excluídas da tomada de decisões, tanto na família como a nível da comunidade. Além disso, enfrentam dificuldades para conseguir terra e créditos, e raramente são postos à sua disposição os serviços de extensão para lhes dar assessoria e treinamento em suas atividades produtivas e de negócios.

A saúde em perigo

Nas áreas rurais dos países do Terceiro Mundo as mulheres enfrentam sérios perigos para a sua saúde, não só devido ao parto e programas de saúde irregulares, como também devido aos riscos que as tarefas desempenhadas envolvem. A ONU recomenda que os governos se esforcem em coletar mais informações sobre o papel da mulher na economia rural e na sociedade em geral. A ONU afirma que a comunidade internacional poderia fazer muito mais para ajudar à mulher em áreas como agricultura, crédito, propriedade da terra, educação e capacitação a níveis local e nacional.

Entre outras medidas para se avançar nesse caminho, a ONU afirma que devem ser formuladas políticas para ajudar os pequenos proprietários e estimular a formação de cooperativas. Além disso, as políticas de reforma agrária devem levar em conta as necessidades de terra que as mulheres têm. ●

Dia Internacional da Mulher

Yacy Nunes

Empunhando velas acesas e gritando palavras-de-ordem, cerca de mil mulheres comemoraram o Dia Internacional da Mulher, no dia 8 de março, com uma passeata no centro da cidade do Rio de Janeiro. Por causa do centenário da Abolição, este ano, as manifestantes fizeram uma homenagem especial às mulheres negras, denominando a passeata de "Axé Mulher".

Em Recife, no entanto, o Dia Internacional da Mulher foi marcado por discriminação: o Banorte (Banco Nacional do Norte S.A.) – que lidera, na região e em todo o país, atividades que vão desde o seguro social à venda de passagens aéreas – proibiu as mulheres de se inscreverem no concurso público para escriturário, caixa e recepcionista, que, a princípio, era para homens e mulheres. O banco explicou que tomava a medida, decretada um dia depois de abertas as inscrições, por falta de vagas.

Por causa de fatos como esses, as feministas mineiras decidiram, este ano, não mais homenagear homens que tenham se destacado no apoio à causa da mulher. O Prêmio Berta Lutz, que foi criado em Minas para homens mineiros e vivos, que fossem considerados "amigos" da causa feminista, ficou, então, sem ganhador.

"Nas nossas relações pessoais, conhecemos muitos homens que mereciam o prêmio. A escolha fica difícil, no entanto, quando se trata de homem público", afirma a presidente do Movimento Popular da Mulher, Jô Moraes, que já presidiu também o Conselho Estadual da Mulher, em 1983, logo depois do órgão ter sido criado pelo então governador Tancredo Neves.

Na Bahia, a homenageada dos grupos feministas foi a ex-cangaceira Sêrgia da Silva Chagas, a Dadá – mulher de Corisco, um dos mais temidos integrantes do bando de Virgulino Ferreira, o Lampião –, que tem se destacado no trabalho de apoio à mulher, mesmo



Deputada Benedita da Silva (PT/RJ)

com 72 anos de idade.

"Sou um troféu do povo e de quem me queira", disse Dadá, ao receber a homenagem dos grupos feministas baianos e do tradicional Instituto Central de Educação Isaías Alves.

Sobre a ex-cangaceira, foi feito, recentemente, um documentário – pelo cineasta José Humberto –, mostrando sua participação no cangaço. As entidades feministas aproveitaram a homenagem feita à Dadá para reivindicar uma pensão vitalícia ao governo do Estado da Bahia e à Assembléia Legislativa para a ex-cangaceira, que atualmente sofre de diabetes e está enfrentando dificuldades financeiras.

Passeata

No Rio, a passeata, realizada no centro da cidade, foi coordenada por quase todos os partidos políticos do estado, principalmente o PDT, o PT, o PC e o PC do B.

Segundo algumas das manifestantes, as velas acesas que empunharam durante a passeata representavam "tochas humanas, reacendendo um movimento que hoje atinge a quase todos os países do mundo".

"Esses movimentos vêm clareando caminhos, abrindo etapas e clareiras de união em torno da igualdade da dignidade da mulher, mantendo viva a chama capaz de iluminar sua luta", afirmou a deputada estadual Jandira Feghali (PC do B), que, juntamente com o jornalista Fernando Gabeira, discursou após a

manifestação, na Cinelândia.

A luta das mulheres, segundo um dos manifestos apresentados na passeata, só terminará quando forem extintas todas as formas de discriminação social.

Aborto

A legalização do aborto e o controle da natalidade foram os principais temas do debate, promovido pela Prefeitura do Rio, no Clube Municipal, homenageando o Dia Internacional da Mulher. O Programa de Assistência Integral à Mulher, de implantação de atendimento ginecológico e preventivo do câncer também foi objeto de discussão.

Coordenado pela Diretora do Instituto Fernando Magalhães, Lucinda Maria Ciuffo, o encontro foi considerado muito importante para a luta em defesa dos direitos da mulher.

Segundo a deputada estadual Jandira Feghali, uma das participantes, "é essencial que haja um trabalho de conscientização das mulheres sobre a sua saúde. É preciso que elas sejam constantemente orientadas e alertadas para os riscos que correm e as precauções que devem tomar".

Já Lúcia Arruda (PT) acha que aborto e controle da natalidade são questões diretamente ligadas à saúde da mulher: "Atualmente, só pela prática ilegal do aborto, morrem cerca de 400 mil mulheres por ano, sem contar o número de óbitos provocados por uma série de doenças ginecológicas", denunciou a deputada estadual.

Tanto Lúcia Arruda como Jandira Feghali concordam com a necessidade dos profissionais de saúde se mobilizarem para criar uma legislação rigorosa, que realmente garanta assistência e orientação à mulher.

Jandira Feghali acha que a "reprodução deve ser democrática, pois ela tem ótica de classe e não pode estar sob ação oficial. Não é diminuindo o número de miseráveis que se acaba com a miséria", advertiu a deputada, denunciando ainda a realização de "um número absurdo de esterilizações de mulheres brasileiras", recurso de controle da natalidade que gera sérios problemas de saúde, segundo afirmou. ●

Fotos: p.66, Janini Widel; p.67, Ana Carolina/Ag. O Globo

O livro enfrenta a crise econômica

O mercado editorial brasileiro procura ajustar-se à contração da demanda, após a explosão de consumo no período do cruzado



Alfredo Machado (dir.) com Jorge Amado: otimismo



Paulo Rocco: "O brasileiro gosta de ler"

Elias Fajardo

O que acontece hoje no mercado editorial brasileiro? A crise econômica tornou as perspectivas sombrias ou está tudo no melhor dos mundos, com novos títulos e vendas altas?

Para tentar responder a essas perguntas, ouvimos vários editores e descobrimos uma gama muito variada de opiniões. Há os otimistas, como Alfredo Machado, da poderosa Record, ou Paulo Rocco; há os pessimistas, como Júlio César Monteiro Martins, da Anima; e há os que tentam ser realistas e são sobretudo críticos, como o *double* de escritor e editor Márcio Souza, da Marco Zero. As visões são às vezes tão diferentes que parece que se trata não de um Brasil, mas de vários *Brasis*.

Tanto Alfredo quanto Rocco concordam num ponto: o brasileiro gosta de ler; o que ele não tem é dinheiro para comprar livro. Tanto assim que, durante o Plano Cruzado, nunca se vendeu tanto livro no Brasil. No pós-cruzado, houve uma recessão, mas mesmo assim o saldo ainda é positivo. Segundo Rocco, as editoras estavam num patamar 5 em 85; em 86 começaram a vender 10 e, em 87, passaram para 7. "O editor tem de ser um otimista, senão não é um editor", afirma Rocco. "Não dá para ficar milionário editando, mas dá para ganhar dinheiro, sobretudo se se investir em qualidade. É preciso um apuro técnico na tradução e apresentação gráfica; é preciso cuidar do livro enquanto produto, tanto quanto ao conteúdo como quanto à forma".

Alfredo Machado, que, além de dono da Record, é também presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Li-

vros, revela que vendeu 3 milhões e meio de livros em 85; em 86 pulou para 8 milhões e em 87 caiu para 6 milhões. Em 86, seu movimento foi tão grande que, para atender à demanda do Natal, teve de mandar fazer 2 milhões de livros nos Estados Unidos, pois as gráficas brasileiras não deram conta do recado. Nessa brincadeira, gastou um milhão de dólares nos EUA. Usando tais argumentos, ele acabou conseguindo do governo brasileiro autorização para importar a supermáquina, sua nova paixão. No seu cartão de Natal deste ano, escrito em inglês, ele aparece deslumbrado, cheio de originais, diante da engenhoca onde se coloca a bobina de papel de um lado e o livro sai pronto do outro. Em tempo: a máquina custou 4 milhões de dólares.

Ele enumera algumas razões para se entusiasmar com o movimento editorial brasileiro: 1) O programa do governo

(do qual ele é um dos principais beneficiários), que distribuiu este ano 135 milhões de exemplares para as escolas; 2) as coleções vendidas nas bancas de jornal, a preços baixos; 3) nas épocas de crise, como agora, vendem-se mais livros, pois as outras diversões sobem violentamente de preço. "Os livros infantis vendem mais do que brinquedos, e o livro é um brinquedo que não enquiça", afirma.

Júlio César Monteiro Martins, autor e



Júlio: "As pequenas editoras podem fechar"

editor, não é tão otimista. Ele afirma que o que cresceu foi a grande literatura, os autores já consagrados. Jorge Amado e João Ubaldo Ribeiro já partem na primeira tiragem para 50 mil exemplares. Aumentou também o número de leitores que querem status, explica. Certas pessoas acham absurdo chegar numa reunião social e confessar que não leram, por exemplo, *O nome da rosa*, de Umberto Eco. Então, elas compram muito, mas nem lêem ou só dão uma olhada no início". Por outro lado, segundo ele, os autores médios (editados em geral pelas pequenas editoras), se antes vendiam 2 mil exemplares, hoje vendem só 300. O resultado é que, com os altos custos gráficos de hoje, as pequenas editoras estão sem condições de editar e vão acabar fechando. E o espaço do autor iniciante desapareceu.

Márcio Souza concorda com ele: "A

crise nos atingiu porque, com a política absurda do atual governo, ninguém sabe as regras do jogo econômico. Assim, a gente não pode planejar nada nem para o próximo mês, quanto mais para dois ou três anos, como fazem as editoras dos outros países".

Isso, segundo Márcio, cria um círculo vicioso. Os insumos aumentam muito os preços e a instabilidade geral da economia provoca defasagem nas perspectivas empresariais: "E corremos o risco



Márcio Souza: "A crise nos atingiu"

de ficarmos obsoletos tecnicamente. Não se renova o parque gráfico e, nos últimos cinco anos, houve quebra de gráficas. A cadeia Siciliano de livrarias fez uma pesquisa e constatou que, em 1990 (quando entrarem no mercado de trabalho as crianças que se acostumaram a ler na escola), as editoras não conseguirão atender a essa demanda".

O que se edita?

A Record tem em seu catálogo dois mil títulos vivos, a maioria da chamada literatura do escapismo, *best-sellers* norte-americanos, tipo Sidney Sheldon. São os que mais vendem, ao lado dos livros de pensamento positivo, tipo "ajude a você mesmo". Em matéria de literatura brasileira, a editora prefere os já consagrados como Drummond, Jorge Amado ou mesmo a considerada pornográfica Cassandra Riós.

"Edito do sublime ao ridículo, com ênfase no ridículo para poder fazer o sublime", explica Alfredo Machado.

Certa vez, num programa de TV, Alfredo foi chamado de "rei dos importadores do lixo estrangeiro". Ele respondeu dizendo o seguinte: "Eu me orgulho disso, pois com esse lixo se faz o adubo para manter viva a frágil árvore da literatura brasileira. Para cada Harold Hobbins que publico, posso fazer cinco livros de outros autores. Por isso, me considero um editor Robin Hood, que toma do escritor rico para dar ao pobre".

Rocco, por sua vez, diz que procura editar autores que conciliem a boa qualidade literária com a boa colocação no mercado. No seu catálogo, podem ser encontrados os romancistas Gore Vidal, Saul Bellow, Marion Zirmerman ou brasileiros já aceitos, como Otto Lara Resende, Marina Colassanti, Oswaldo França Jr. Na área de não-ficção, ele se especializa no que chama de livros de relacionamento, que têm boa vendagem: *Por falar de amor*, de Marina, *Enamoramento e amor* ou mesmo *Utopia e Paixão*, de Roberto Freire. E está investindo numa linha infanto-juvenil.

A Marco Zero, por sua vez, tem algumas grandes vendagens, como *A cor púrpura*, da norte-americana Alice Walker ou os livros do próprio Márcio Souza (*Galvez, o imperador do Acre*, *O brasileiro voador* etc.), ao lado de um universo de autores brasileiros pouco conhecidos ou estrangeiros de alta qualidade, como Alejo Carpentier (*O recurso do método*) ou Frederic Prokosch (*Os asiáticos*).

"Atuamos arbitrariamente e só publicamos os livros que, por unanimidade, agradam a nós três (Márcio, Maria José Silveira e Felipe Lindoso, os outros sócios). Cada vez que fizemos isso, acertamos, cada vez que não fizemos, erramos. Sempre fomos vorazes consumidores de livros, para glória das editoras. Coincide o nosso gosto com o gosto do brasileiro. Mas gostaríamos de ter um aporte de capital maior para tentar fazer nossos livros venderem acima de 5 mil exemplares. Temos de aplicar a economia do português de botequim: só faz o que pode, o que dá para reaver mais ou menos rápido."

Brasileiros x estrangeiros

A julgar pela lista dos mais vendidos

em 87 do jornal *Leia* (a mais prestigiada do país, embora seja parcial, pois cobre apenas as livrarias e não computa livros vendidos pelo reembolso postal nem nas bancas de jornal), o brasileiro não gosta de literatura brasileira. Entre os dez mais vendidos de ficção, não há nem um só autor brasileiro. E, entre os 10 autores de não-ficção, encontramos quatro brasileiros: *Só é gordo quem quer* e *Novas receitas do só é gordo*, do médi-

co João Uchôa; *Olga*, de Fernando Moraes e *História secreta da Rede Globo*, de Daniel Hertz.

Daí cabe a pergunta: Editam-se mais brasileiros ou estrangeiros no Brasil? Qual o critério para escolher o autor?

Embora na lista de títulos da Rocco figurem mais estrangeiros do que brasileiros, Paulo Rocco afirma estar em busca de um equilíbrio: "Qualidade não tem pátria e eu lanço brasileiros e es-

trangeiros. Não me importa se um autor é estrangeiro ou não, mas sim se ele está dentro do nosso padrão de qualidade".

Ele acha que a questão não é esta, mas sim a falta de apoio do Estado: "Sou contra a interferência do Estado, mas já que ele financia tanta coisa, por que não financiar livrarias?"

A Record edita muito mais estrangeiros do que brasileiros, embora Alfredo Machado saiba que autor brasileiro é

Preço do ensino reativa movimento estudantil

Quando o governo federal voltou a impor controles aos reajustes das mensalidades escolares, no dia 14 de abril, os estudantes puderam celebrar o triunfo de um movimento que, dois dias antes, levava milhares deles às ruas, em diversas cidades do país, em manifestações só antes vistas em 1968, quando a maioria deles sequer havia nascido.

Esse ressurgimento do movimento estudantil parece haver superado a desarticulação imposta pelo regime militar e o já muitas vezes criticado alheamento dos jovens em relação aos grandes problemas nacionais.

O amadurecimento da mobilização aconteceu por força dos apertos financeiros da classe média, que viu, de repente, o ensino pesar demais nos compromissos de fim de mês e, em muitos casos, precisou trocar os filhos de colégios tradicionais para outros mais baratos. Casos de aumentos superiores a 500%, em poucos meses, levou os pais a organizarem uma associação de defesa, que recorreu até a ações ju-

diciais, enquanto os colégios se organizaram para, em diversos casos no Rio de Janeiro, negar matrícula aos filhos de líderes do movimento.

O protesto estudantil, nesse quadro, veio coroar uma mobilização social em torno de uma questão concreta e imediata, mas que se relaciona com o quadro geral da economia nacional.

Tal tomada de consciência e o impulso da manifestação pode significar o início da reativação do movimento dos estudantes, que voltam a se congregam em torno de suas associações, como foi o caso do papel desempenhado pela União Nacional dos Estudantes-UNE e pela Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas-Ames, na passeata do Rio de Janeiro.

A reativação do movimento estudantil - deve-se ainda destacar - ocorre à margem de influências dos partidos políticos, fato significativo e que pode propiciar uma salutar volta à cena de um segmento social que tem marcado presença na história brasileira deste século. •



Dias Gomes: "Me tratam como se eu fosse um autor morto"

Globo censura Dias Gomes

A censura imposta pela TV Globo ao teatrólogo Dias Gomes, que readaptou a peça "O pagador de promessas" para exibição em forma de minissérie, trouxe à tona um problema enfrentado diariamente pelos roteiristas da emissora e que se supunha inexistir nos tempos da redemocratização.

"Sempre fui um corpo estranho dentro da Globo e continuo sendo - constata Dias Gomes. Eu escrevo o que quero e eles colocam no ar o que querem. Esta tem sido a regra do jogo."

Os cortes começaram a ser impostos pela direção da emissora de Roberto Marinho, quando o enredo passou a mostrar conflitos de terra e a lançar o debate sobre a reforma agrária. Setores direitistas protestaram, entre eles a União Democrática Ruralista-UDR, que

congrega a reação dos fazendeiros à reforma agrária e acusou o teatrólogo de promover, com a obra, divulgação de idéias esquerdistas.

"É engraçado até - comenta Dias Gomes sobre o incidente -, pois me tratam como se fosse um autor já morto. Esquecem que a obra é minha, que a adaptação dela é também minha e ainda me acusam de não respeitar minha própria obra."

O absurdo da situação, porém, está na ocorrência da própria censura, que, num período de reconstrução da democracia no país, pretende esconder da vista da população a versão artística de problemas e dores, que toda a sociedade sente na própria pele, como é o caso do impasse agrário em que se debate o país.

Yacy Nunes



José Aparecido, Niemeyer e Neiva Moreira, no lançamento do livro em Brasília

Vito Grandam

Descobri, dia desses, que o desenhista, humorista e escritor Zivaldo Alves Pinto, o Zivaldo, é figura popular das mais conhecidas também entre a criançada – ainda não tanto, infelizmente, quanto a Xuxa e o *He Man*, mas bem mais, em compensação, do que quase todos os heróis dos adultos. Lendo “Vito Grandam”, a sua novela de estréia, descubro porque: Zivaldo sabe, como poucos, sentir e encarar a realidade do ponto de vista da criança e do adolescente.

Numa linguagem simples, quase singela, o livro é a história da profunda amizade entre Vito, a persona-

gem-título, e o sobrinho, contada por este, que vai desfiando, com as aventuras compartilhadas com o tio, os seus primeiros encontros com sentimentos como o amor, a saudade, o ciúme, a perda etc.

Como diz Marcos Vasconcellos, “não obstante a sua grande candura, a narrativa consegue ser épica, emocionada e emocionante”. Porque ela é, acima de tudo, um reencontro com o heroísmo que todos cultuamos nos primeiros anos da nossa vida, estivesse ele encarnado na infância permanente de Peter Pan, nos braços musculosos de Tarzã ou nos pés mágicos de Zizinho ou Didi.

Artur José Poerner

mais barato, pois não requer tradução. “Mas, por outro lado, afirma ele, é mais lucrativo editar o estrangeiro, que em geral tem mais tino comercial, é feito para um público maior. O autor novo brasileiro não faz concessão ao público; por isso prefiro os mais consagrados”.

Márcio Sousa tem 61 títulos brasileiros e 41 estrangeiros no catálogo da Marco Zero. Ele acha, ao contrário de Alfredo, que o custo do autor brasileiro, sobretudo o iniciante, é maior, porque o custo promocional dele é maior e ele não tem o dossiê pronto do autor estrangeiro.

“Mesmo assim, prossegue Márcio, o fato de termos mais autores nacionais é absolutamente fortuito, a gente publica o que gosta. E temos gostado mais de brasileiros. Não temos preconceitos contra os estrangeiros e nem diminuímos a literatura brasileira com reserva de mercado. Quando é boa, a nossa literatura se coloca.”

Márcio cita como exemplo o fato de que, nos Estados Unidos, até a Segunda

Guerra Mundial, os autores ingleses vendiam muito mais do que os norte-americanos. Mas os autores americanos foram aos poucos ganhando os leitores de seu país, escrevendo romances que foram substituindo os ingleses.

“Os autores brasileiros precisam ganhar a guerra não com uma legislação protecionista, mas escrevendo. Têm de descobrir o *clique* que faz com que a ligação com o público se fortaleça. A literatura de massa no Brasil hoje é feita de autores americanos, australianos, alemães. Mas a culpa não é do imperialismo, a culpa é dos escritores brasileiros, que não pesquisam nem fazem literatura de massa. No século XIX, o romance era uma forma popular. Quando José de Alencar publicou o folhetim com *O Guarani*, num rodapé de jornal, o jornal era disputado a tapas pelos leitores quando chegava à Estação da Luz, em São Paulo. No século XX, o romance passou a ser ‘grande literatura’ e se elitizou. E isso foi um fenômeno burguês.”

Biblioteca francesa incorpora livro de escritor catarinense

livro “O Desmoroamento do Mundo Jagunço” (FCC) do autor catarinense Paulo Ramos Derengoski acaba de ser incorporado ao acervo da biblioteca do Institut des Hautes Études d’Amérique Latine, conforme comunicado do diretor daquele estabelecimento tradicional ao escritor. A obra narra com detalhes e muitas ilustrações a grande saga da Guerra do Contestado, que abalou os sertões do sul do país no início do século. O autor foi *auditeur-libre* do I.D.H.E.A.L., instituição especializada em problemas da América Latina, pela qual passaram grandes nomes do subcontinente terceiro-mundista.

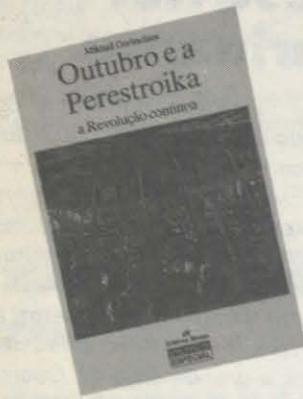
Júlio Cesar M. Martins discorda completamente de Márcio. Ele acha que o autor brasileiro novo (que, como ele, começou a despontar na década de 70) teve seu espaço totalmente retirado na década de 80. “Hoje, pessoas da maior qualidade não conseguem nem terem seus livros resenhados. Os próprios escritores não compram os livros de seus colegas. Então, como escrever se os editores não editam, os críticos não falam e, portanto, os leitores não compram? A culpa não é nossa (que continuamos querendo criar e refletir literariamente sobre o país). A culpa é do sistema”.

“Tudo depende da construção da democracia entre nós”, sustenta Márcio Sousa. “Não existe desenvolvimento real em qualquer setor da indústria (literatura, inclusive), num país com um Estado autoritário que interfere em tudo e não resolve nada. A democracia exige que se conheçam as regras e aqui hoje as regras só são conhecidas pelos tecnocratas. Eu preferia o Brasil socialista, pois no socialismo a literatura atinge milhões de pessoas, os livros são baratíssimos, todo mundo é alfabetizado”.

Fotos: p. 66, Zélia Amado, V. Cardoso; p. 67, W. Santos

terceiro mundo

postal



OUTUBRO E A PERESTROIKA
De: Mikhail Gorbachiov

A perestroika, como continuidade da revolução, só avançará na medida em que esse caminho seja assimilado pelos próprios soviéticos, que devem, da mesma forma, como o autor aconselha, assimilar as experiências de outros países.

As mudanças que se sucedem na URSS, talvez sejam o mais importante passo depois de Outubro no sentido da democracia socialista. Democracia sem o estilo impositivo, de cima para baixo. 86 pág.

E-153 CZ\$ 240,00

MAIS DEMOCRACIA MAIS SOCIALISMO
De: Mikhail Gorbachiov

A URSS, hoje, é um laboratório para o qual estão voltadas as atenções do mundo. O que lá ocorre, já começa a influir sobre os nossos destinos - as perspectivas de se criar progresso no caminho do desarmamento são positivas. Gorbachiov, formula com audácia o princípio do caráter humanista que deve impregnar as relações internacionais em um universo cada vez mais independente. 77 pág.

E-155 CZ\$ 200,00

O VERÃO DOS PERSEGUIDOS
De: José Louzeiro

Neste romance, entre outras coisas, Louzeiro nos mostra como os índios são exterminados e como se inventam lendas para que o genocídio possa ser "explicado" oficialmente e, por isso mesmo, tolerado.

Com uma narrativa forte e direta, o autor compõe um quadro o mais nítido possível de um mundo selvagem que raramente tem ocupado nossos ficcionistas. 300 pág.

E-154 CZ\$ 450,00



TRANSFORMAÇÃO E CRISE NA ECONOMIA MUNDIAL
De: Celso Furtado

"A decisão de reunir esses ensaios (...) foi motivada pelo desejo de imitar a nova geração a retornar aos estudos dos problemas globais, sem o que estaremos murados no provincianismo intelectual, e continuaremos caudatários de alguma visão do mundo recortada sob medida para que nos conformemos com nossa secular situação de dependência". (Celso Furtado) 289 pág.

E-156 CZ\$ 970,00

O JORNALISMO ECONÔMICO NO BRASIL DEPOIS DE 1964
De: Aylê-Salassié F. Quintão

O livro propõe-se a explicar o desenvolvimento do jornalismo econômico no Brasil, a sua consolidação e o seu papel ideológico. É um livro básico para estudantes e profissionais de comunicação bem como leitores interessados em saber o "porquê" e a função do "econômico" na imprensa brasileira.

E-159 CZ\$ 900,00

RAUL SENDIC AS IDÉIAS DE UM LÍDER TUPAMARO
Tradução: Cássia Corintha Pinto

As idéias de Raul Sendic se colocam em uma séria e digna perspectiva de transformação revolucionária latino-americana. Postura que os sete anos de prisão não quebraram e que em sua saída do cárcere estava expressa na seguinte proclamação que dirigiu ao povo uruguaio: "Amigos, há homens e mulheres que morrem na luta deste povo. Há outros que sofreram até enlouquecer nos calabouços. Há pais que não podem dar comida e nem vestir seus filhos. Eles nos dão força para seguir a luta e nesse sentido vamos nós e todos aqueles que queiram nos fazer companhia". 119 pág.

E-152 CZ\$ 300,00

NÓS, AS MULTINACIONAIS E OS ESTADOS UNIDOS
De: Samuel de Paula

A dinâmica e conteúdo da extorsão a que o Terceiro Mundo vem sendo submetido estão relacionados às forças internas antinacionais e às correntes dos grandes monopólios. O autor mostra em linguagem simples, clara como o imperialismo faz tudo para debilitar a soberania de todos os países onde se implanta, gerando uma crescente maioria de depositados. Isso tem a ver com a vida de cada um de nós, 115 pág.

E-073 CZ\$ 460,00

O SOCIALISMO E AS IGREJAS
O comunismo dos primeiros cristãos
De: Rosa Luxemburgo

Seu trabalho sobre o "comunismo dos primeiros cristãos" tem ainda hoje relevância e, em muitos sentidos, atualidade. Ao buscar na história a explicação do compromisso da instituição religiosa com os poderosos, evidencia dois aspectos de permanente interesse, sempre que se trata das relações Igreja-Estado: primeiro, o inevitável comprometimento da instituição com o Estado; segundo, como o conflito maior da sociedade (a luta de classes) se reflete no seio da organização eclesial. 61 pág.

E-102 CZ\$ 270,00

NICARÁGUA, NICARAGÜITA - UM POVO EM ARMAS CONSTRÓIA DEMOCRACIA

De: Mirian Goldenberg

"Quem já ama a Nicarágua vai amar este livro". (Chico Buarque). A primeira parte de *Nicarágua, Nicaragüita* é uma crônica relatando os desafios de um regime que procura combinar os direitos do trabalhador com pluralismo partidário. Na segunda e terceira partes, a autora dá um apanhado histórico da Revolução Sandinista e entrevista membros do governo e líderes da oposição. "É uma obra indispensável a quem pretende conhecer a Revolução Sandinista por dentro". (Frei Betto). 156 pág.

E-144 CZ\$ 480,00



DESENVOLVIMENTO, CRISE E VISÕES ALTERNATIVAS: PERSPECTIVAS DAS MULHERES DO TERCEIRO MUNDO

De: Gita Sen e Caren Crown

O livro resulta do esforço coletivo da rede DAWN/MUDAR (Mulheres por um Desenvolvimento Alternativo).

Sintetiza a análise de três décadas de políticas voltadas para a mulher, enfatizando, sobretudo, a última fase que se caracteriza pela forte crise econômica que afeta os países do Terceiro Mundo.

Mostra como as mulheres estão se organizando para superar as dificuldades impostas pela pobreza, fazendo uso da criatividade em busca de soluções alternativas. 150 pág.

E-158 CZ\$ 600,00

• Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados, com desconto que tiver direito.

sou: () assinante () não-assinante

Nome

Endereço

Bairro Cidade

Estado CEP Tel:

Profissão

comprador

TABELA DE DESCONTOS

REVISTA Nº 109

- 10% para "não-assinantes" em 4 livros ou mais.
- 10% para "assinantes" na compra de 2 livros ou mais.
- 15% para pagamento antecipado de qualquer pedido.

Obs.:

- Porte a cobrar sobre o líquido (deduzido o desconto, se houver).
- Preços válidos durante a circulação desta revista em banca.

CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE

TRANSPORTAMOS O DESENVOLVIMENTO E A AMIZADE ENTRE OS POVOS



BRASIL

Agência Meridien
Av. Rio Branco, 52 -
10º andar
Tel.: 263-5611
Telex 21664MERI

PORTUGAL

Avenida 24 de Julho,
Nr. 2, 3º Dtº / Lisboa
1200 - Lisboa -
Telef.: 366209 / 372959
Telex 14596 ANGO P

HOLANDA

Coolsingel 139 3012
AG Rotterdam
POSTBUS 1663
3000 BR Rotterdam
Tel.: 010 11 41 60
Telex 24772 / 24756
ANGO NL



ANGONAVE U.E.E.

Linhas marítimas de Angola
Rua Cerqueiras (Lukoki)
C.P. nº 5953 -
Telefs. 30144/5/6/7
End. Teleg.: ANGONAVE AN
Telexes nº 3313 / 3124
Luanda - Rep. Pop. de Angola

ANGONAVE UEE Linhas Marítimas de Angola



Sinal de multiplicar, somar e crescer.

Somar esforços. Aumentar riquezas.
Incentivar o progresso.
É isso que o maior banco do Brasil
tem feito todos os dias.



BANCO DO BRASIL